

Demonstrações Contábeis

Consolidadas em IFRS

EXERCÍCIO DE 2024



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO – EXERCÍCIO DE 2024

Senhores acionistas,

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS do SISTEMA FINANCEIRO BANESTES - SFB, relativas ao período encerrado em 31 de dezembro de 2024, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards - IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

1. CONTEXTO ECONÔMICO

Em 2024, a economia brasileira apresentou um cenário misto. Houve avanços em indicadores como emprego (+3,7% a.a.) e PIB, com crescimento acima do esperado, impulsionado pelos setores de serviços e indústria. A projeção de crescimento para o PIB é de 3,5% a.a., amparado pelo setor de serviços. Por outro lado, a política fiscal do governo gerou incertezas no mercado, impactando nos indicadores econômicos e contribuindo para a desvalorização do real.

A Balança Comercial registrou recuo no superávit de 24,6% (US\$ 74,5 bilhões), influenciado pelo aumento do valor importado de +9,0% e redução do valor das exportações (-0,8%) em relação a 2023.

A inflação (IPCA) acumulou 4,8% em 12 meses, acima do teto da meta de 4,5% definida pelo CMN, levando o Banco Central a elevar a taxa Selic para 12,25%. O consumo das famílias manteve-se aquecido, impulsionado por programas de transferência de renda e pelo bom desempenho do mercado de trabalho, com taxas de desocupação e informalidade em níveis historicamente baixos.

O mercado de crédito expandiu 10,9% (R\$ 6,4 trilhões), com crescimento tanto no crédito às famílias (+12,1%) quanto às empresas (+9,1%). A inadimplência recuou para 3,0%, em comparação a 3,2% em 2023.

No Espírito Santo, projeta-se que a economia cresça 4,8%, com destaque para os setores de serviços (+6,0%) e comércio (+1,2%). O IPCA estadual ficou em 4,3% e foram criados mais de 42 mil empregos formais. O mercado de crédito capixaba apresentou variação positiva de 13,8% até outubro. A taxa de inadimplência recuou para 2,7%, com quedas tanto para pessoa física (2,9%) quanto jurídica (2,3%).

2. DESTAQUES DO PERÍODO

Consolidado como uma instituição forte e certa de seu papel junto a sociedade capixaba, o BANESTES mantém seu compromisso com a sustentabilidade empresarial, forjada sob diretrizes e bases indispensáveis ao mercado bancário: Negócio, Tecnologia da Informação, Comunicação e Gente. O BANESTES cumpre a sua função econômica e social, levantando a bandeira “Crescemos juntos”, apoiando os clientes e a sociedade como um todo, através da oferta de soluções financeiras personalizadas, crédito a baixo custo, serviços, atendimento e parcerias.

✓ Lucro Líquido no quarto trimestre foi de R\$ 117 milhões (+72,7% em 12 meses e -14,6% em 3 meses), correspondendo a R\$ 0,37 por ação e no acumulado do ano atingiu R\$ 429 milhões (+32,4% em 12 meses). O faturamento no trimestre recuou 9,7% com relação ao quarto trimestre de 2023, contudo elevou-se 3,5% contra o trimestre anterior, somando R\$ 1,3 bilhão, motivados pela queda das receitas com operações de tesouraria sob o viés do comportamento taxa média de juros/Selic nos períodos e atenuado pela elevação das receitas com empréstimos e recebíveis. No acumulado do ano, o faturamento atingiu R\$ 5,1 bilhões recuo de 8,7% contra 2023, decorrente da queda das receitas de tesouraria (-19,2% em 12 meses) principalmente ligados à crédito a instituições financeiras e a títulos de investimentos. Vale destacar, a elevação das receitas com empréstimos e recebíveis (+12,8% em 12 meses) no acumulado do ano, reflexo da elevação dos recursos da carteira de crédito a clientes (+23,4% em 12 meses). As despesas financeiras recuaram no trimestre (-19,0% em 12 meses e +0,3% em 3 meses), acumulando no ano R\$ 3,1 bilhões (-14,6% em 12 meses) com destaque para as quedas de custos com depósitos de clientes (-6,6% em 12 meses) e com recursos de instituições financeiras (-24,7% em 12 meses). O *impairment* no trimestre foi R\$ 74 milhões (+1,5% em 12 meses); já no acumulado do ano o custo totalizou R\$ 174 milhões reduzindo-se substancialmente (-43,3%) contra o ano de 2023. Outros itens que impactaram o resultado no ano foram: i) o resultado com serviços e comissões (+10,2% em 12 meses); ii) resultado de seguros e previdência (+1,0% em 12 meses); iii) custos administrativos com pessoal (+10,7% em 12 meses) e com outras despesas administrativas (+17,3% em 12 meses); custos com constituição de provisões passivas - cíveis, trabalhistas, fiscais e outras (-60,6% em 12 meses); e resultado com alienação de ativos não correntes mantidos para

venda – imóveis e salvados – que atingiu 67 milhões (+245,6% em 12 meses). Em suma, a eficiência operacional em 2024 foi de 52,8% e a eficiência operacional ajustada ao risco atingiu 58,3%;

✓ O patrimônio líquido registrado no quarto trimestre de 2024 foi de R\$ 2,3 bilhões, 9,1% superior ao mesmo período de 2023 e 1,7% maior que a posição do terceiro trimestre de 2024. O índice de Basileia alcançou 14,01% composto integralmente de capital nível I. O retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) foi de 19,3% e o retorno sobre o ativo (ROA) foi de 1,1%. A reserva de lucro (R\$ 745 milhões) avançou 41,4% na comparação com o quarto trimestre de 2023 e +30,4% contra o terceiro trimestre de 2024. Foi destinado aos acionistas no trimestre, a título de juros sobre capital próprio o montante de R\$ 58 milhões, atingindo no acumulado do ano o valor de R\$ 152 milhões, representando a distribuição de 38,7% do lucro líquido anual;

✓ Os ativos no quarto trimestre de 2024 atingiram R\$ 36,9 bilhões, recuando 10,8% contra o mesmo período de 2023 e -1,5% contra o terceiro trimestre de 2024, impactado pelo recuo da posição financeira dos recursos em instrumentos de dívidas e ativos financeiros, mensurados a valor justo por meio do resultado (-32,6% em 12 meses e +63,5% em 3 meses), em face da estratégia de posicionamento em títulos públicos e privados (alienação de ativos). Dessa forma, o caixa e equivalentes de caixa da Companhia atingiram R\$ 4,3 bilhões (+136,5% em 12 meses e -55,0% em 3 meses). Os recursos em empréstimos e recebíveis somaram R\$ 11,3 bilhões e mantiveram forte avanço (+24,8% em 12 meses e +6,0% em 3 meses), reflexos das concessões/safras de crédito oriundas das demandas proporcionadas pela retomada do avanço da economia local, principalmente, no setor de varejo e de serviços. Importante frisar que, o BANESTES mantém a máxima atenção e direciona suas estratégias e medidas à adequação da política e processos de concessão de crédito, proporcionando maior qualidade as garantias adquiridas nas novas concessões, o aprimoramento dos processos de reestruturação de ativos e a recuperação de créditos em prejuízo;

✓ A carteira de crédito a clientes registrou o saldo de R\$ 11,8 bilhões crescentes 23,4% contra o quarto trimestre de 2023 e 6,0% contra o terceiro trimestre de 2024. O segmento pessoa física totalizou R\$ 8,0 bilhões (+22,5% em 12 meses e +9,2% em 3 meses); enquanto, o segmento corporativo somou R\$ 3,7 bilhões (+25,6% em 12 meses e +9,2% em 3 meses). Da carteira de clientes corporativos, 68,0% foram concessões à micro, pequenas e médias empresas e 32,0% foram concessões a grandes empresas. Destaque para as modalidades de crédito rural (+72,9% em 12 meses e +29,4% em 3 meses), crédito imobiliário (+29,7% em 12 meses e +4,3% em 3 meses), crédito pessoal (+15,1% em 12 meses e +3,6% em 3 meses), crédito comercial (+24,8% em 12 meses e +6,8% em 3 meses) e cartões (+6,6% em 12 meses e +1,4% em 3 meses). No conceito carteira de crédito a clientes ampliada, o saldo nesse trimestre atingiu R\$ 14,7 bilhões (+15,3% em 12 meses e +5,3% em 3 meses) mantendo o crescimento expressivo da operação bancária;

✓ O índice de inadimplência (>90 dias) encerrou o trimestre em 2,1% e, no conceito ampliado, em 1,7%. As operações com atraso superior a 90 dias no segmento da pessoa física foram de 1,6% enquanto, no segmento da pessoa jurídica atingiu o patamar de 3,1%. Em suma, a inadimplência da carteira de crédito a clientes recuou 0,1 p.p. contra o mesmo trimestre de 2023; pautada preponderantemente na queda da inadimplência (-0,5 p.p.) no segmento corporativo. A classificação por níveis de risco de crédito se posicionou em dezembro de 2024 da seguinte forma: 73,7% classificadas nos níveis de risco AA e A, 21,2% entre os níveis de risco B e C, 3,4% entre D a G e 1,7% no nível de risco H. O saldo em *impairment* nesse trimestre totalizou R\$ 474 milhões (-3,3% em 12 meses e +5,1% em 3 meses). Consoante com sua estratégia e atento a esse cenário, o BANESTES aplica toda sua cautela, métodos e sistemas no controle e gestão da qualidade das garantias junto às novas concessões e às operações em carteira, que apresentam potencial de *default*;

✓ Os depósitos de clientes somaram R\$ 22,8 bilhões no trimestre, crescente 2,0% contra o mesmo período de 2023 e -1,8% contra o terceiro trimestre de 2024. Os recursos de depósitos a prazo avançaram no período (+2,2% em 12 meses e -1,7% em 3 meses), aliados aos recursos de poupança que também elevaram-se (+10,0% em 12 meses e +0,4% em 3 meses); já os recursos de depósitos à vista retraíram (-25,2% em 12 meses e -13,2% em 3 meses). Os recursos em títulos de dívidas emitidos totalizaram R\$ 1,1 bilhão expandindo 65,5% e 11,1%, respectivamente nas mesmas comparações. Os recursos de instituições financeiras atingiram R\$ 8,9 bilhões, quedas de 39,1% em doze meses e de 1,5% em três meses, decorrente das condições de mercado. No trimestre, o BANESTES gerenciou 1.035 mil contas correntes (+5,5% em 12 meses) e 651 mil contas de poupança (+0,8% em 12 meses), relacionando-se com 1.411 mil clientes (+3,0% em 12 meses), a sua maioria, 1.330 mil foram pessoas físicas (+3,0% em 12 meses) e 81 mil pessoas jurídicas (+4,0% em 12 meses). Os recursos em fundos administrados totalizaram no período o saldo de R\$ 7,5 bilhões com expressivos avanços de 20,3% em doze meses e 7,5% em três meses;

✓ As despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram nesse trimestre o montante de R\$ 282 milhões, aumentando 9,5% contra o mesmo período de 2023 e +23,7% contra o trimestre anterior função da contabilização das participações estatutárias no lucro. No acumulado do ano, as despesas administrativas (pessoal e outras) atingiram R\$ 964 milhões (+13,2% em 12 meses), pautados nos custos adicionais com a

atividade bancária em publicidade e propaganda comercial, serviços técnicos especializados (assessorias), processamento de dados (fábricas de software) e com amortização e depreciação (investimentos em infraestrutura e tecnologia da informação). Importante frisar que os trabalhos em andamento e ações aplicadas para racionalização de custos têm como diretriz a preservação da qualidade dos serviços prestados, sempre focando na melhor experiência do cliente. No trimestre, o índice de cobertura geral atingiu 31,6%, enquanto que, no acumulado do ano registrou 36,0%;

O resultado de serviços e comissões foi de 49 milhões no trimestre, avançando de 18,2% contra o quarto trimestre de 2023 e +2,5% contra o trimestre anterior, no qual as receitas de serviços somaram R\$ 89 milhões (+9,1% em 12 meses e -0,8% em 3 meses) motivado por elevações de receitas com corretagem de seguros (+92,1% em 12 meses e +30,7% em 3 meses) e transferência de fundos e recursos (+40,4% em 12 meses e -6,4% em 3 meses); no acumulado do ano o resultado de serviços e comissões atingiu R\$ 187 milhões (+10,2% em 12 meses) puxados pelas receitas oriundas de cartões de crédito/débito (+15,1% em 12 meses) e de corretagem de seguros (+52,0% em 12 meses). Os canais digitais confirmaram sua importância na operação/negócio bancário do BANESTES, com destaque para o aplicativo, que registrou mais de 184 milhões de transações (+27,4%) contra 2023. Essa preferência pelo aplicativo consolida-o como principal canal de interação, respondendo por grande parte das mais de 273 milhões de transações totais (financeiras e de consulta) realizadas em 2024. O crescimento também foi expressivo nas transações financeiras, que ultrapassaram 75 milhões de operações, impulsionadas pelos canais digitais (Internet Banking e aplicativo), com aumento de 25,1% em relação a 2023.

✓ O total de Impostos, Contribuições e Encargos Sociais pagos ou provisionados pelo BANESTES no quarto trimestre de 2024 somaram R\$ 73 milhões (+37,3% em 12 meses), acumulando no ano o valor de R\$ 358 milhões (+13,8% em 12 meses). Desse montante, R\$ 260 milhões (+14,9% em 12 meses) foram recolhidos aos cofres públicos em forma de impostos e contribuições, refletindo a importância das operações desenvolvidas e executadas pela Instituição. Os outros R\$ 98 milhões (+11,2% em 12 meses) referem-se aos encargos sociais sobre a folha de pagamentos; e

✓ A nota de rating do BANESTES manteve-se em AA+ (bra) com perspectiva estável concedida pela Fitch Rating - agência de classificação de risco. Em sua análise, relata uma visão positiva quanto a estrutura de governança corporativa e o sólido perfil financeiro do banco, que via de regra é sustentado pela estabilidade e força dos indicadores de rentabilidade, capitalização, captação e liquidez;

3. GESTÃO, INOVAÇÃO E SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

O BANESTES reafirma a sustentabilidade como um dos pilares de sua cultura organizacional. Durante o ano de 2024, diversas iniciativas foram realizadas de modo a fortalecer os compromissos da organização, impactando positivamente o ambiente interno e externo.

Reconhecendo a urgência e a necessidade de promover ações concretas em matéria de Governança Ambiental, Social e Corporativa (ESG, na sigla em inglês), nesse ano, foi criada uma gerência específica voltada para a implementação do Plano de Ações ESG e para a criação de iniciativas, visando o reconhecimento da Companhia para o mercado financeiro. Também ocorreu a contratação de uma prestadora para consultoria e análise de desenvolvimento de matriz de materialidade do BANESTES e, para criação, desenvolvimento, diagramação e disponibilização de relatório de sustentabilidade nos padrões internacionais do *Global Reporting Initiative* (GRI).

A Companhia instituiu a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PR SAC), criada com base na Resolução CMN nº 4.327/14, que se aplica às empresas integrantes do Conglomerado Prudencial, abrangendo o BANESTES e a BANESTES DTVM. Essa Política estabelece princípios e diretrizes que norteiam as ações de natureza socioambiental nos negócios, na relação com as partes interessadas, e na identificação e controle do risco socioambiental presente nas atividades e nas operações do banco.

O BANESTES atua como agente e incentivador do desenvolvimento sustentável, buscando o equilíbrio social, ambiental e climático. Com essa responsabilidade, o Banco atua em projetos, como o de Educação Financeira que visa levar conhecimentos da área para os mais variados públicos, realizando ciclos de palestras em instituições e o Projeto Triciclo que visa impulsionar a economia circular e o descarte responsável de resíduos recicláveis, em parceria com a Ambipar, a Retorna *Machine* é uma máquina destinada a coletar embalagens pós consumo em geral, gerando pontos Triciclo e/ ou vouchers, que posteriormente podem ser trocados por benefícios.

O BANESTES lançou uma nova linha de financiamento para a aquisição de bicicletas e ciclomotores elétricos, com foco na mobilidade urbana sustentável. A iniciativa visa facilitar o acesso a meios de transporte mais eficientes e ecológicos para os capixabas. O financiamento é destinado aos correntistas do Banco e pode cobrir até 100% do valor do veículo com taxas de juros atrativas, para pagamento em 48 meses, com possibilidade de carência de até 90 dias.

Reforçando o compromisso com a sustentabilidade: como empresa participante do Pacto Global das Nações Unidas, o Banco aderiu a Carta Compromisso “Mente em Foco”, reforçando o Programa Cuidar 360º, que desenvolve iniciativas para garantir um ambiente de trabalho seguro, saudável e inclusivo, oferecendo suporte emocional e de prevenção de doenças mentais, com a presença de profissionais habilitados para tratar do tema.

O Programa Cuidar 360º foca na saúde e bem-estar dos colaboradores com ações em quatro pilares: físico, emocional, financeiro e social. Para promover a saúde emocional, foram realizadas cinco "rodas de conversa" e quatro palestras psicoeducativas que abordaram temas como felicidade (Janeiro Branco), autismo em adultos (Abril Azul), “Acelera Mulheres – Maternidade e Mercado de Trabalho” e “Paternidade Ativa - Construindo vínculos” e Setembro Amarelo, com o tema “Sua vida com mais cor”, que contou com a participação de 287 colaboradores.

O programa também promoveu a solidariedade com 5 campanhas, arrecadando mais de R\$ 192 mil, visando o compromisso com a responsabilidade social e contribuindo para as causas relevantes, como destaque para as campanhas da AFEEC e para as famílias e colaboradores atingidos pelas enchentes no sul do Estado. Ainda no âmbito do voluntariado, foram realizadas ações que refletem o comprometimento do BANESTES com o bem-estar da sociedade e com a construção de um ambiente corporativo mais humano e solidário, como a “Campanha do Agasalho”, “Limpeza Socioambiental”, “Pequenos Banestianos em Ação” e o projeto “Papai Noel dos Correios”.

Para fortalecer o atendimento individualizado aos colaboradores, o Time Cuidar contratou uma psicóloga organizacional, visando ampliar o cuidado e atendimento aos colaboradores resultando em 37 atendimentos psicológicos. Além disso, foram realizados 117 atendimentos psiquiátricos e 438 atendimentos pelo serviço social, demonstrando o foco no cuidado integral do colaborador.

No que tange à saúde física, o programa *WellHub* registrou 1.100 colaboradores ativos, com a realização de dois desafios voltados para o engajamento e o cuidado com a saúde física e mental. No campo de desenvolvimento e gestão de pessoas, o BANESTES também admitiu 309 novos colaboradores, nomeou novas lideranças em São Paulo e Rio Preto, e manteve cursos de atualização profissional ampliando o número de colaboradores certificados junto à ANBIMA. Atualmente, são 927 empregados certificados em níveis como CPA-10, CPA-20, CEA e CGA, evidenciando o compromisso com a excelência profissional.

Em segurança do trabalho, foram disponibilizados 492 equipamentos ergonômicos e realizadas 22 avaliações de postos de trabalho, garantindo o cumprimento da NR 24. O banco conquistou a certificação *Great Place to Work* (GPTW), pelo terceiro ano consecutivo, e o selo *Great People Mental Health*, demonstrando seu compromisso com o bem-estar dos colaboradores, a responsabilidade social e o desenvolvimento do Espírito Santo.

O BANESTES investe em inovação aberta e parcerias estratégicas, como Base 27 e AMCHAM, para impulsionar a transformação digital e o desenvolvimento de soluções inovadoras. Destacam-se o BanesHub e o Programa Inov.AI, que visa desenvolver talentos e democratizar o acesso à tecnologia *Low-Code*, gerando maior agilidade e flexibilidade no desenvolvimento das aplicações menos complexas.

O banco experimentou soluções de Inteligência Artificial (IA) generativa, como o "Sab.IA", assistente inteligente para aprimorar e agilizar o atendimento interno dos colaboradores, otimizando a busca por informações estruturadas no formato de *chatbot*, e o uso do *Google Gemini* e *Gemini Code Assist* para aumentar a produtividade, a eficiência e o desenvolvimento de códigos e documentação.

O BANESTES foi finalista do Prêmio Inovés 2024, iniciativa do Governo do Estado do Espírito Santo, com vitória do projeto Inov.AÍ na categoria "Projeto em Desenvolvimento". Essa iniciativa do Governo, busca reconhecer e estimular projetos inovadores desenvolvidos por equipes do serviço público estadual. O Inov.AÍ, que visa desenvolver soluções inovadoras com potencial de transformação para o banco, concorreu com o projeto "Sab.IA, o assistente inteligente do BANESTES".

O Banco investe em inteligência de dados para aprimorar o relacionamento com clientes, otimizar processos internos e fortalecer a tomada de decisão estratégica, realizando consulta formal ao mercado para

modernização da operação de *Business Intelligence*, *Analytics* e Inteligência Artificial. O objetivo é construir um ecossistema de *Data & Analytics* robusto e integrado, que forneça suporte orientado a dados para a tomada de decisão em todos os níveis da Instituição.

As ações do BANESTES reforçam seu compromisso com a inovação, visando proporcionar uma experiência cada vez melhor aos clientes, impulsionando a melhoria contínua de suas soluções e o desenvolvimento de novos produtos e serviços digitais e ampliar o acesso aos serviços bancários de forma remota e conveniente, promovendo a sustentabilidade. A expansão dos serviços digitais, além de otimizar o tempo dos clientes e da Instituição, promove a redução de despesas operacionais e contribui para um uso mais responsável e sustentável dos recursos alinhando-se à estratégia de sustentabilidade.

O Bizi, plataforma digital de crédito consignado do BANESTES para servidores públicos, encerrou o ano de 2024 alcançando a marca de R\$ 23 milhões em créditos em mais de 1.000 contratos originados digitalmente. Com clientes em todas as regiões do país, o Bizi demonstra sua capacidade de expansão dos negócios do BANESTES para além das fronteiras do Espírito Santo, promovendo o bem-estar financeiro para os servidores de todo o Brasil.

Pode-se destacar também, a consolidação do ERP SAP como um marco na modernização do BANESTES. Após o período inicial de adaptação, a solução está estabilizada e seus benefícios se mostram cada vez mais evidentes. A gestão de processos como Contábil, Financeiro, Fiscal, Controladoria, Suprimentos e Patrimônio tornou-se mais eficiente e transparente, impactando positivamente a tomada de decisões estratégicas e otimizando recursos. Além disso, melhorias foram implementadas com base nas experiências dos usuários, aprimorando a usabilidade do sistema e a agilidade operacional. A padronização de processos proporcionada pelo ERP continua contribuindo para a redução de riscos e a segurança das operações. O SAP se consolida como um pilar estratégico para o crescimento sustentável do BANESTES, reforçando seu compromisso com a inovação e a excelência no setor financeiro.

No âmbito do risco de crédito e perdas esperadas, a construção de um repositório de dados dedicado permitirá a implementação de modelos computacionais avançados para análise e gestão de risco. Simultaneamente, o BANESTES avança na gestão e governança de dados com a implantação de um catálogo de dados, organizando e facilitando o acesso às informações.

Em 2024, o BANESTES investiu R\$ 216 milhões em Tecnologia da Informação e Comunicações (TIC), visando modernizar e garantir competitividade, eficiência e satisfação do cliente em um mercado cada vez mais digital. O BANESTES, por sua vez, investiu em tecnologia sem abrir mão do atendimento presencial, como demonstra seu slogan "Digital quando você quiser, ao seu lado sempre que você precisar". O banco mantém 770 postos de atendimento, compostos por 151 unidades de atendimento (entre agências e postos), 278 postos de atendimento eletrônico e 341 correspondentes.

O ano de 2024 confirmou a importância dos canais digitais para os clientes do BANESTES, com destaque para o aplicativo, que registrou mais de 184 milhões de transações, incluindo consultas, representando um aumento de 27,4% em relação a 2023. Essa preferência pelo aplicativo consolida-o como principal canal de interação, respondendo por grande parte das mais de 273 milhões de transações totais (financeiras e de consulta) realizadas no ano. O crescimento também foi expressivo nas transações financeiras, que ultrapassaram 75 milhões de operações, impulsionadas pelos canais digitais (Internet Banking e aplicativo), com aumento de 25,1% em relação ao ano anterior.

Os cartões BANESTES com bandeira Visa obtiveram faturamento de R\$ 5,3 bilhões em 2024, representando um crescimento de 11,4% comparado ao ano anterior. Para impulsionar o uso dos cartões e fortalecer a marca, o Banco lançou a campanha "O Mundo dá Voltas", premiando clientes com vouchers de viagem e créditos na fatura. Além disso, foram oferecidos serviços como tag automotiva em parceria com a Veloe para pagamentos em estacionamentos e pedágios com débito direto no cartão de crédito. O serviço de notificações também foi incrementado, informando os clientes sobre transações e pagamentos em atraso. Por fim, houve melhorias no tratamento de suspeitas de fraudes, com o aprimoramento das verificações de segurança e interações com clientes para confirmação de compras via SMS e aplicativo de mensagens instantâneas conectado à internet. No contexto do Programa de Fidelidade, foi realizada ação para validar a funcionalidade de Pagar com Pontos e as comunicações foram intensificadas, resultando em um crescimento de 58,3% na base de clientes cadastrados no programa.

O BANESTES expandiu o serviço de Pix na Arrecadação e na Cobrança Bancária, atendendo a mais de 90,0% das prefeituras do Espírito Santo, além de autarquias municipais e o Governo Estadual. Essa iniciativa resultou em um aumento de 40,0% na volumetria de documentos recebidos, gerando mais receita e maior satisfação dos clientes. O Banco também prospectou clientes em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro,

com destaque para São José do Rio Preto/SP. Em 2024, o BANESTES lançou o Minhas Contas, um assistente financeiro que facilita a gestão das finanças dos clientes e aumentou em quase quatro vezes o número de adesões ao DDA.

Em continuidade ao apoio às micro e pequenas empresas do Espírito Santo, foi concedido, durante todo o ano de 2024, mais de R\$ 85 milhões em Microcrédito, com mais de 5.800 empreendedores atendidos. Desse montante, cerca de R\$ 21 milhões (+25,0%) foram destinados especificamente às mulheres empreendedoras capixabas, por meio das linhas "Microcrédito JUNTAS". Além disso, a recém criada linha "Garantir-ES", que conta com garantia de fundo de aval do Governo do Estado, atendeu 1.614 empreendedores, liberando R\$ 15 milhões em crédito (+18,0% do total contratado no ano). A carteira ativa de microcrédito fechou o ano em, aproximadamente, R\$ 119 milhões, alcançando o maior volume registrado em 21 anos do programa "Nossocrédito".

Em 2024, o BANESTES, por meio do PRONAMPE, realizou mais de 2.300 operações, totalizando aproximadamente R\$ 115 milhões em apoio financeiro para micro e pequenas empresas capixabas, incluindo profissionais liberais. Desse montante, cerca de R\$ 26 milhões foram repassados no quarto trimestre, beneficiando mais de 500 empresas. Além disso, a carteira ativa de Capital de Giro e Crédito Investimento para empresas atingiu aproximadamente R\$ 2,7 bilhões no mesmo ano.

Ainda no contexto de crédito e repasse, por meio da linha CrescerCidadES, o BANESTES destinou quase R\$ 81 milhões para obras de infraestrutura dos municípios capixabas, recebendo R\$ 1,3 milhão em comissões de abertura de crédito. O Banco também disponibilizou as linhas de crédito Finame Pronaf Tratores e Moderfrota, vinculadas a programas do BNDES, na nova plataforma de crédito do BANESTES (CBS).

Em 2024, o BANESTES reforçou sua posição como o principal apoiador da cultura, esportes e projetos sociais no Espírito Santo. Manteve o patrocínio de eventos tradicionais como o Carnaval Capixaba e o Futebol, além de apoiar diversas manifestações culturais, como a Festa da Penha e o Festival de Jazz de Santa Teresa. O BANESTES também investiu em eventos de negócios, como a Vitória Stone Fair e o Café de Negócios dos Empresários da Serra (CANEG), e em feiras agrícolas, como a Exposul Rural e o TecnoAgro Linhares.

Além disso, patrocinou eventos esportivos, como o Campeonato Brasileiro de Futebol – Série D 2024, o Campeonato Estadual Banestes de Beach Soccer, a Arena BANESTES de Verão da Serra, a 10ª Corrida dos Bombeiros BANESTES e a Corrida Novembro Azul e projetos sociais, como a recuperação de visão do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e a prevenção ao câncer de pele da Universidade Federal do Espírito Santo.

O BANESTES está passando por um processo de revitalização, modernizando sua imagem e a experiência dos clientes. Em 2024, nove agências e dez andares da Direção Geral foram reformados com um novo conceito visual, além de melhorias na sinalização em mais de doze unidades. O Banco também investiu em comunicação institucional, com destaque para a campanha "Somos Azul", que reforça seu compromisso com o desenvolvimento social do Espírito Santo, por meio do apoio a iniciativas nas áreas de esporte, cultura e educação. Paralelamente, foram alocados recursos em diversas frentes de negócios, incluindo Microcrédito, Crédito Rural, Banescard Visa, além de parcerias estratégicas com Veloe e GetNet.

O BANESTES manteve suas ações de marketing digital em 2024, com destaque para o impulsionamento nas redes sociais e campanhas educativas como "Desvia do Golpe" e "Retorna *Machine*". Essas iniciativas visam fortalecer o relacionamento com os clientes, ampliar a base de atuação do banco e consolidar sua imagem como uma instituição inovadora e em constante evolução, que oferece um ambiente moderno, acolhedor e eficiente.

Em 2024, o BANESTES repassou cerca de R\$ 140 milhões ao seu acionista controlador, o Estado do Espírito Santo, sob a forma de juros sobre capital próprio. Esse valor retorna à sociedade capixaba conforme as prioridades de investimentos definidas no orçamento estadual.

4. GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS, CONTROLES INTERNOS E PROTEÇÃO DE DADOS

O BANESTES prioriza a gestão de riscos, implementando controles para identificar, avaliar e mitigar riscos inerentes às suas atividades. A gestão de riscos é centralizada em uma diretoria específica, subordinada diretamente à Presidência, com áreas dedicadas para gestão e avaliação dos riscos de crédito, mercado e liquidez, além de outras áreas como a gestão da continuidade dos negócios e a Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e ao Financiamento da Proliferação de Armas de Destrução em Massa – PLD-FTP. Essa estrutura visa otimizar o capital dos acionistas, buscando a melhor relação risco/retorno.

Considerando as exigências associadas à estrutura de gerenciamento de riscos e à estrutura de gerenciamento de capital normatizadas pela Resolução CMN nº 4.557, o BANESTES adota uma gestão integrada de riscos, com a indicação do Diretor de Riscos e Controle como o responsável pelo gerenciamento dos riscos do Conglomerado Prudencial (CRO - Chief Risk Officer).

Além disso, possui o Comitê de Gestão Integrada de Riscos e de Capital para assessoramento e recomendações ao Conselho de Administração acerca dos níveis de apetite por riscos, das políticas e das estratégias para o gerenciamento de riscos individuais e integrados, bem como a prática de três linhas, com papéis e responsabilidades definidos nos processos de controles internos e riscos operacionais, sendo prática institucional a disseminação corporativa da cultura de gerenciamento de riscos e compliance, com a realização de treinamentos, trilhas de aprendizagem, palestras e divulgação na intranet para formação e conscientização dos seus colaboradores.

Conta com comitês, procedimentos normatizados e controles internos, de acordo com a legislação brasileira e demais diretrizes de órgãos, que regulam sobre a PLD-FTP e o combate à corrupção. Sobre este tema, implantou o Programa de Integridade BANESTES, adotando ações, procedimentos e controles para prevenção à corrupção e combate à prática de atos ilícitos e/ou de improbidade na condução dos processos e negócios no âmbito de atuação do BANESTES, contando inclusive com canal de denúncias no site da instituição. Além disso, possui um canal interno de comunicação com a área de PLD-FTP: prevencaolavagemdinheiro@banestes.com.br

A Auditoria Interna, subordinada diretamente ao Conselho de Administração é responsável por avaliar os processos corporativos com o objetivo de aprimorar o gerenciamento de riscos, os controles e a governança corporativa, atuando no âmbito do Modelo Referencial de Linhas de Defesa (MRLD) na 3ª linha e contribuindo para a geração de valor para o SFB.

Na análise gerencial do risco social, ambiental e climático, é realizada uma avaliação mensal dos clientes pessoa jurídica que se enquadram nas atividades econômicas de maior potencial para causar danos. Nessa avaliação, é realizado um monitoramento da concentração de exposições e da inadimplência dos setores de atuação dos clientes. Essa análise tem como objetivo mitigar eventuais perdas de natureza social, ambiental e climática nos empréstimos, financiamentos e investimentos, a partir da identificação de possíveis eventos dessas naturezas que possam ocorrer com o cliente.

O BANESTES apresenta seu “Relatório de Gerenciamento de Riscos - Pilar 3” disponível, em seu site, na seção Relações com Investidores, Governança Corporativa e Gerenciamento de Riscos (www.banestes.com.br/ri). Dessa forma, o banco assegura transparência ao mercado e ao público em geral.

O SFB demonstra seu compromisso com a proteção de dados através de um Programa de Proteção de Dados, que inclui medidas como a adequação da infraestrutura à LGPD e a Análise de Riscos de Privacidade com uma nova plataforma para mapeamento e classificação de dados. Os contratos são constantemente revisados e atualizados com cláusulas protetivas para mitigar riscos relacionados ao uso não autorizado de dados pessoais. O plano de comunicação garante a divulgação de políticas e procedimentos relacionados à privacidade, e um canal oficial (protecaodedados@banestes.com.br) está disponível para assuntos relacionados à LGPD.

Adicionalmente, o SFB implementou um novo contrato para serviços gerenciados de segurança, que abrange serviços de proteção, monitoramento de vulnerabilidades, resposta a incidentes e consultoria, com o objetivo de fortalecer a segurança cibernética e da informação. Essa iniciativa inclui atualizações tecnológicas e a incorporação de novos serviços para aumentar a proteção do ambiente cibernético da Instituição.

4. EMPRESAS CONTROLADAS

A BANESTES Seguros (BANSEG) se destaca no mercado de seguros, ocupando posições de liderança nos rankings nacionais. Está entre as 20 maiores seguradoras do Brasil em vida e previdência, segundo o anuário Finanças Mais e entre as 50 maiores em ramos gerais, de acordo com o Valor 1000 do jornal Valor Econômico. No Espírito Santo, a BANSEG é líder de mercado e foi reconhecida como uma das marcas mais lembradas na pesquisa Recall de Marcas em 2024. Seus produtos são comercializados nas agências BANESTES e por meio de cerca de 400 corretoras de seguros.

No exercício de 2024, a BANSEG atingiu R\$ 39 milhões de lucro líquido, garantindo um retorno sobre o patrimônio líquido (ROE) de 18,1%. Este resultado, apurado pela relação entre o Lucro Líquido e o Patrimônio Líquido médio registrado em 31/12/2023 e 31/12/2024, representa 10,0% do resultado consolidado SFB. O

desempenho evidencia a solidez da seguradora e seu compromisso com a inovação na criação de produtos e parcerias estratégicas.

Em 2024, as carteiras de Automóvel, Patrimonial e Pessoas da BANSEG apresentaram um crescimento moderado de 1,1% no volume de prêmio ganho total, após um forte crescimento nos anos anteriores. A carteira de Pessoas, no entanto, destacou-se com um aumento de 13,3%. O resultado da seguradora foi afetado pelas fortes chuvas no Sul do estado em março de 2024, com um impacto de R\$ 3 milhões nas despesas com sinistros, já considerando os efeitos tributários. A gestão das despesas administrativas é rigorosamente monitorada pela alta administração, demonstrando uma boa prática de governança.

A BANSEG investe em inovação, infraestrutura e governança em TI para oferecer um atendimento completo e eficiente aos seus segurados. Está desenvolvendo novos produtos nas áreas de Vida e Habitacional, com lançamento previsto para 2025, e implementando um novo sistema de gestão para aumentar a eficiência operacional e ampliar a oferta de produtos e parcerias. Além disso, a BANSEG valoriza seus talentos por meio de seleção interna, promoções por meritocracia e investimento em desenvolvimento de lideranças. Comprometida com a sustentabilidade, a BANSEG atua em ações ESG por meio do Comitê de Sustentabilidade, estabelecendo planos de ação para mitigar os riscos relacionados à sustentabilidade, com base na Matriz de Materialidade da BANSEG.

No ano de 2024, a BANESTES Corretora consolidou com uma atuação sólida na gestão e corretagem de seguros em diversos segmentos, além de atuar na intermediação de títulos de capitalização, planos odontológicos, previdência privada e consórcios. A empresa se destaca pela busca ativa de parcerias em um mercado de seguros altamente competitivo.

A BANESTES Corretora apresentou um volume expressivo de produção em seguros, com destaque para o crescimento dos seguros de acidentes pessoais. Apesar de uma queda de 13,7% em relação ao ano anterior, os seguros novos de automóveis atingiram R\$ 8 milhões. Os seguros residenciais alcançaram R\$ 7 milhões e os empresariais, R\$ 3 milhões, com uma redução de 2,3%. Por outro lado, os bilhetes de acidentes pessoais tiveram um aumento significativo de 27,4%, chegando a R\$ 16 milhões.

O produto prestamista também apresentou resultados positivos. Para pessoas físicas, o volume comercializado foi de R\$ 2 milhões, um aumento de 17,6% em relação ao ano anterior. Já para pessoas jurídicas, o valor alcançou R\$ 10 milhões. A parceria com a ICATU em títulos de capitalização intermediou R\$ 17 milhões, com crescimento de 18,6%.

Os planos de previdência também demonstraram crescimento, com R\$ 4 milhões em pagamentos mensais e R\$ 284 milhões em aportes e portabilidades, representando aumentos de 7,3% e 41,1%, respectivamente. A carteira de previdência encerrou o ano com um total de R\$ 851 milhões. Destaque também para a parceria com a Embrakon, que impulsionou as vendas de consórcios para R\$ 125 milhões, um crescimento de 83,0%. A nova parceria com a Odontoprev para comercialização de planos odontológicos, iniciada em 2024, gerou R\$ 82 mil em vendas.

A BANESTES DTVM, especialista em gestão de ativos e administração de recursos de terceiros, oferece diversos produtos e serviços de investimento em renda fixa e variável, como os fundos de investimento (fundos de renda fixa, fundo incentivado de investimento em infraestrutura, multimercados, de ações e estruturado) e o FII BANESTES Recebíveis Imobiliários (BCRI11), que possui mais de 42 mil cotistas.

Em 2024, a DTVM intensificou a captação de recursos para seus fundos, tanto no Espírito Santo quanto em outros estados, através de seminários e visitas a investidores, especialmente os institucionais. Ao final do período, o volume total de recursos sob gestão ultrapassou R\$ 8,1 bilhões. A DTVM encerrou o ano com um lucro líquido de R\$ 16 milhões, um crescimento de 27,0% em relação a 2023. Considerando o resultado consolidado da BANESTES DTVM e sua controlada, a BANESTES Corretora, o lucro líquido consolidado no período foi de R\$ 54 milhões.

A BANESTES Loteria, subsidiária integral do BANESTES, foi constituída em 20 de agosto de 2024, com foco no serviço público de loteria no Estado do Espírito Santo em todas as modalidades autorizadas por lei pela União Federal, conforme disposição da Lei n.º 11.617/2022 e Lei Complementar n.º 1.069/2023, ambas do Estado do Espírito Santo.

A empresa encontra-se em fase pré-operacional, na qual as estruturas física, de pessoal e de produtos/serviços é mínima, atendendo apenas ao necessário para a organização interna antes do início da operação. Será administrada e gerida por um Conselho de Administração e por uma Diretoria, composta por,

no mínimo dois Diretores, que deverão residir no país, sendo que um será Diretor Presidente e outro Diretor Administrativo-Financeiro.

A BANESTES Loteria opera sob um modelo de compartilhamento operacional com o BANESTES, utilizando suas áreas de apoio para atividades como: contabilidade, controladoria, auditoria, infraestrutura, jurídico, tecnologias da informação e comunicação.

A BANESTES Loteria não possui um quadro de funcionários próprio e suas atividades são desempenhadas por empregados do BANESTES alocados na sede da BANESTES Loteria e por empregados designados para grupos de trabalho específicos.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições da Resolução CVM nº 80/2022, os Diretores do BANESTES, responsáveis pelas demonstrações financeiras, declaram que discutiram, reviram e concordam com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes e com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas relativas ao quarto trimestre de 2024.

SERVIÇOS PRESTADOS PELOS AUDITORES EXTERNOS

O BANESTES informa que a empresa KPMG Auditores Independentes LTDA (KPMG), contratada em 1º de abril de 2022, via processo licitatório – Pregão Eletrônico nº 52/2021, com base nas diretrizes da Lei nº 13.303/2016, que regulamenta os processos de licitação e contratos da Administração Pública, à qual o BANESTES se submete por ser sociedade de economia mista controlada diretamente pelo Estado do Espírito Santo, prestou serviços exclusivamente relacionados à auditoria externa no quarto trimestre de 2024.

AGRADECIMENTOS

A Administração do BANESTES agradece aos acionistas, clientes, colaboradores e parceiros que empreendem esforço contínuo e acreditam na Instituição, tornando possível a construção de um Banco cada vez mais sólido e rentável, alinhado às expectativas da sociedade capixaba.

ÍNDICE DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO	2
2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	3
3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE	4
4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	5
5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA	6

1. BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO

Em milhares de reais

ATIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades e Reservas no Banco Central	9	1.388.546	1.264.095
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	5-7-10	398.683	423.311
Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - Líquidos de Provisão para Perdas	5-7-10	14.232.497	19.926.725
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		14.232.497	19.926.725
Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado - Líquidos de Provisão para Perdas	5-8-10-11	19.378.369	18.378.519
Créditos a Instituições Financeiras		4.454.961	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis		11.285.113	9.039.165
Instrumentos de Dívida e Patrimônio		3.638.295	6.740.189
Operações de Seguros		27.602	25.556
Outros Ativos	13	592.409	621.621
Ativos Fiscais Diferidos	12	308.518	328.940
Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	46.404	63.819
Ativos Imobilizados e de Arrendamentos	15	163.966	163.741
Ativos Intangíveis	16	379.917	216.673
Total do Ativo		36.916.911	41.413.000

PASSIVO	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Recursos de Instituições Financeiras - Ao Custo Amortizado	7-8-17	8.917.652	14.642.959
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	7-8-18	22.841.860	22.383.278
Títulos de Dívida Emitidos - Ao Custo Amortizado	7-8-19	1.125.357	679.925
Passivos de Impostos Correntes		5.363	3.252
Passivos de Operações de Seguros		3.264	2.373
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros	22a	20.460	16.991
Passivos para Sinistros Ocorridos	22b	29.437	39.665
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos	22c	11.515	8.951
Provisões	20	164.648	176.006
Outros Passivos	21	1.463.335	1.301.389
Passivos Fiscais Diferidos	12a	20.472	37.393
Patrimônio Líquido			
Capital Social	36	1.600.000	1.600.000
Ajustes de Avaliação Patrimonial		(31.477)	(6.116)
Reservas de Lucros		745.025	526.934
Lucros/Prejuízos Acumulados			
Patrimônio Líquido atribuído aos:			
Acionistas Controladores		2.313.548	2.120.818
Total do Patrimônio Líquido		2.313.548	2.120.818
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		36.916.911	41.413.000

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Exercício	
		31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		4.590.549	5.131.566
Despesas Financeiras		(3.146.924)	(3.686.397)
Margem Financeira	23	1.443.625	1.445.169
Receitas de Prestação de Serviços e Comissões		347.062	330.424
Despesas de Prestação de Serviços e Comissões		(160.336)	(160.992)
Resultado de Prestação de Serviços e Comissões	24	186.726	169.432
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio do Resultado	25	1.143	(878)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes	26	34.570	(9)
Resultado de Seguros e Previdência	27	147.083	145.589
Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial	28	-	62
Resultado Líquido de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	29	(174.200)	(307.172)
Despesa de Pessoal	30	(580.977)	(524.749)
Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado		66.973	19.377
Provisões	31	(15.101)	(38.372)
Despesas Tributárias	32	(116.271)	(109.670)
Outras Despesas Administrativas	33	(382.634)	(326.261)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	34	(15.370)	(39.789)
Resultado antes da Tribuição sobre o Lucro		595.567	432.729
Impostos Correntes	12	(143.271)	(116.279)
Impostos Diferidos	12	(23.662)	7.353
Lucro Líquido do Exercício	35	428.634	323.803
Resultado do Exercício Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		428.634	323.803
Quantidade de Ações Média em Circulação (em lote de Mil)		315.912	315.912
Ações Ordinárias		231.006	231.006
Ações Preferenciais		84.906	84.906
Resultado por Ação Básico e Diluído (em R\$)	35	1,36	1,02

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

3. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais

	Notas	Exercício	
		31/12/2024	31/12/2023
Lucro Líquido do Exercício		428.634	323.803
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado			
	10	(25.361)	4.917
Ganho (Perda) Não Realizado em Ativos Financeiros Mensurados por meio de Outros Resultados Abrangentes	10	(35.136)	6.775
Ganhos (Perdas) Transferidos ao Resultado por Alienação		(5.637)	(9)
Efeito em Impostos	10	15.412	(1.849)
Total dos Outros Resultados Abrangentes Líquidos dos Impostos		(25.361)	4.917
Resultado Abrangente do Exercício		403.273	328.720
Resultado Abrangente do Exercício Atribuível aos:			
Acionistas Controladores		403.273	328.720

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

4. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	1.600.000	403.453	(11.033)	-	1.992.420
Transações de Capital com os Sócios	-	1.000	-	(201.322)	(200.322)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	1.000	-	(201.322)	(200.322)
Resultado Abrangente Total	-	-	4.917	323.803	328.720
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	323.803	323.803
Outros Resultados Abrangentes	-	-	4.917	-	4.917
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	4.917	-	4.917
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	122.481	-	(122.481)	-
Constituição de Reservas	-	122.481	-	(122.481)	-
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

	Capital Social	Reservas de Lucros	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.600.000	526.934	(6.116)	-	2.120.818
Transações de Capital com os Sócios	-	(58.000)	-	(151.699)	(209.699)
Dividendos/JSCP (Nota 35d)	-	(58.000)	-	(151.699)	(209.699)
Resultado Abrangente Total	-	-	(25.361)	428.634	403.273
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	428.634	428.634
Outros Resultados Abrangentes	-	-	(25.361)	-	(25.361)
Ganho (Perda) Não Realizados de Ativ. Financ. VJORA Líquido de Impostos	-	-	(25.361)	-	(25.361)
Mutações Internas do Patrimônio Líquido	-	276.091	-	(276.935)	(844)
Constituição de Reservas	-	276.091	-	(276.935)	(844)
Saldos Finais em 31 de dezembro de 2024	1.600.000	745.025	(31.477)	-	2.313.548

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

5. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO

Em milhares de reais

	Notas	Acumulado	
		31/12/2024	31/12/2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais			
Caixa Líquido das Atividades Operacionais		(7.964.999)	115.287
Lucro Líquido do Exercício Ajustado		(1.397.272)	(2.136.922)
Lucro Líquido do Exercício		428.634	323.803
Ajustes ao Lucro		(1.825.906)	(2.460.725)
Depreciação e Amortização	15-16	100.222	80.318
Resultado líquido de Perdas com Impairment de Ativos Financeiros		174.200	307.172
Ajuste no Resultado de Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(89)	(1.271)
Ajuste de Receitas Financeiras em Ativos Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(1.669.792)	(2.143.701)
Ajuste de Receitas Financeiras Mensurados ao Custo Amortizado		(599.613)	(831.148)
Ajuste Despesa de Juros de Arrendamento		6.855	4.798
Ajuste de Provisão - Passivos Trabalhistas, Civil e Fiscais		14.836	38.261
Ajuste de Provisão - Outras		(19.488)	(24.080)
Despesas de Impostos Correntes		143.271	116.279
Despesas com Impostos Diferidos		23.662	(7.353)
Varição Líquida nos Ativos e Passivos		(6.567.727)	2.252.209
Crédito a Instituições Financeiras - Custo Amortizado		608.640	(112.887)
Reservas no Banco Central		(50.675)	(112.511)
Aumento/Redução de Instrumentos de Dívida e Patrimônio		60.783	(52.629)
Empréstimos e Recebíveis		(2.417.396)	(1.768.836)
Operações de Seguros		(2.046)	(6.805)
Outros Ativos		24.637	(98.500)
Depósitos de Clientes		458.583	2.202.972
Recursos de Instituições Financeiras		(5.725.306)	2.069.631
Títulos de Dívida Emitidos		445.431	262.668
Impostos Pagos		(161.321)	(112.306)
Passivos de Operações de Seguros		891	(989)
Passivos para Coberturas Remanescentes de Seguros		3.469	2.691
Passivos para Sinistros Ocorridos		(10.228)	(11.625)
Passivos de Contratos de Resseguros Mantidos		2.564	49
Passivo de Arrendamento		(13.767)	(10.666)
Outros Passivos e Provisões		208.014	1.952
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos			
Caixa Líquido das Atividades de Investimento		10.719.710	(2.560.077)
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio do Resultado		(90.900)	-
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		(14.599.838)	(4.267.587)
Alienação de Ativos Financeiros Mensurados a Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes		21.821.093	865.147
Aquisição de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		(650.531)	(355.310)
Resgate de Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado		4.133.744	891.345
Aquisição de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	(45.883)	(32.331)
Baixa de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda	14	48.065	25.812
Aquisição de Ativos de Arrendamento	15	(27.956)	(23.605)
Baixa de Ativos de Arrendamento	15	6.427	4.439
Aquisição de Ativos Imobilizados	15	(73.859)	(78.355)

Baixa de Ativos Imobilizados	15	53.044	45.512
Aquisição de Ativos Intangíveis	16	(221.550)	(76.198)
Baixa de Ativos Intangíveis	16	64	39
Juros Recebidos		367.790	441.015
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos			
Caixa Líquido Proveniente de Atividades de Financiamento		(216.499)	(199.322)
Juros Sobre o Capital Próprios Pagos		(158.499)	(142.322)
Dividendos pagos		(58.000)	(57.000)
Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa		2.538.212	(2.644.112)
Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	1.858.140	4.502.252
Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa	9	4.396.352	1.858.140

As Notas Explicativas da Administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras Consolidadas.

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO

1. CONTEXTO OPERACIONAL	9
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	9
3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	11
4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS	25
5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS	27
6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS	38
7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS	39
8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO	40
9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL	40
10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS	41
11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	44
12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	45
13. OUTROS ATIVOS	46
14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA	47
15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS	47
16. ATIVOS INTANGÍVEIS	48
17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO	48
18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO	49
19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO	49
20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	49
21. OUTROS PASSIVOS	51
22. OPERAÇÕES DE SEGUROS	52
23. MARGEM FINANCEIRA	53
24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES	54
25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO	54
26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	54
27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA	55
28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL	55
29. RESULTADO DE PERDAS COM <i>IMPAIRMENT</i> DE ATIVOS FINANCEIROS	55
30. DESPESAS DE PESSOAL	55
31. PROVISÕES	56
32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	56
33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS	56
34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS	57
35. RESULTADO POR AÇÃO	57
36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	57
37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	59
38. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	61
39. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO	64
40. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	65

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS EM IFRS
Referente ao Exercício findo em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo ("BANESTES", "Banco", "Instituição") é uma sociedade anônima de capital aberto e de economia mista constituída e domiciliada no Brasil. Organizado sob a forma de Banco Múltiplo, opera através de suas carteiras de crédito comercial, rural, industrial, imobiliário, câmbio, arrendamento mercantil e administração de cartão de crédito.

Por meio de suas controladas, BANESTES Seguros S.A., BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda., atua ainda nos ramos de seguros e distribuição, intermediação e administração de recursos de terceiros. Em 20 de agosto de 2024, o BANESTES S.A. constituiu uma subsidiária integral para exploração de serviço público de loteria a BANESTES Loteria S.A. que está em fase pré-operacional.

As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições associadas, integrantes do conglomerado BANESTES. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- a. **Base de preparação** - As demonstrações financeiras consolidadas do Sistema Financeiro BANESTES (SFB) referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro - *International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* (IFRIC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão, em atendimento à Resolução n.º 4.818/2020, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que requer a elaboração dessas demonstrações. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pela Diretoria em 24 de fevereiro de 2025 (Nota 42).
- b. **Moeda Funcional e de Apresentação** - As demonstrações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional do Sistema Financeiro BANESTES. Exceto quando indicado, as informações estão expressas em milhares de Reais (R\$(000)) e arredondadas para o milhar mais próximo.
- c. **Base para Consolidação**
As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras do BANESTES S.A., de suas empresas controladas diretas e indiretas.

Empresas Controladas são instituições nas quais o BANESTES exerce controle; essa possibilidade é presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente a maioria dos direitos de voto na investida ou, ainda poderá existir controle quando o Banco possuir, direta ou indiretamente, preponderância de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinada empresa para obter benefícios das suas atividades.

No caso do BANESTES, as empresas controladas são consolidadas integralmente desde o momento em que o Banco assume o controle sobre as suas atividades até o momento em que esse controle cessa.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram eliminadas as participações de uma empresa em outra, os saldos de contas patrimoniais, as receitas e as despesas, incluindo quaisquer ganhos ou perdas não realizadas resultantes de operações entre as instituições. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados mas somente na extensão de que não há evidência de perda por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Empresas	Atividade	Método de Consolidação	Participação%	
			31/12/2024	31/12/2023
Entidades Financeiras no País				
BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Integral	100%	100%
Entidades de Seguros, Fundos e Previdência no País				
BANESTES Seguros S.A.	Seguros	Integral	100%	100%
Entidades Não Financeiras no País				
BANESTES Administradora e Corretora de Seguros, Previdência e Capitalização Ltda.	Administradora e Corretora de Seg.Prev. e Capitalização	Integral	99,99%	99,99%
BANESTES Loteria S.A. *	Casa Lotérica	Integral	100%	-
Fundos de Investimento				
BANESTES Fic Meza I em Cotas de FI em Direitos Creditorios Responsabilidade Limitada**	Fundos de Investimento	Integral	100%	-

*A BANESTES Loteria S.A. foi constituída pelo BANESTES – Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em 20 de agosto de 2024. A BANESTES Loteria está em fase pré-operacional.

** O Fundo BANESTES FIC MEZA foi criado pelo BANESTES - Banco do Estado do Espírito Santo S.A. em dezembro de 2024.

d. Adoção de Novas Normas e Interpretações – a partir de 01 de janeiro de 2024 as seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez:

- **Alterações ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Financeiras"**: uma das alterações tem como objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório. Outra alteração foi realizada para requerer que apenas as informações sobre políticas contábeis materiais sejam divulgadas, eliminando divulgações de informações que dupliquem ou sumarizem os requerimentos das normas IFRS. As alterações do IAS 1 têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2024 e não há impacto para o BANESTES.
- **Alteração ao IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros**: Evidenciação: O IASB passa a exigir que as entidades forneçam informações sobre acordos financeiros com fornecedores, permitindo que os usuários das demonstrações financeiras avaliem seus efeitos no passivo, nos fluxos de caixa e na exposição ao risco de liquidez. Essa alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **Alteração ao IFRS 16 - Arrendamentos**: Esclarece os critérios adotados pelo vendedor-arrendatário na avaliação da responsabilidade de locação originada de uma transação de sale and leaseback, assegurando que o vendedor-arrendatário não registre qualquer valor do ganho ou perda associados ao direito de uso mantido. A alteração entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2024 e não houve impactos significativos nas demonstrações financeiras.
- **IFRS 17 - Contratos de Seguros**: IFRS 17 - Contratos de Seguros: A partir de 1º de janeiro de 2023 o SFB adotou o Pronunciamento IFRS 17, que substitui a IFRS 4 – Contratos de Seguros e estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguros dentro do escopo da norma. O objetivo da IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários das demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. O Banestes avaliou e concluiu que o impacto da adoção da IFRS 17 é imaterial.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Banco

e. Novos Pronunciamentos, Alterações e Interpretações de Pronunciamentos Existentes em Vigor em Exercícios Futuros

- **IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis**: A falta de conversibilidade de uma moeda pode tornar desafiador determinar uma taxa de câmbio apropriada. Essa falta de conversibilidade é muitas vezes resultado de controles cambiais governamentais que restringem a troca ou volume de transações em moeda estrangeira. A emenda ao IAS 21, esclarece como as entidades devem avaliar se uma moeda é de fácil conversão e como devem determinar uma taxa de câmbio à vista para uma moeda de difícil permutabilidade, bem como exige a divulgação de informações que permitem aos usuários das Demonstrações Financeiras

entenderem os impactos de uma moeda sem conversibilidade. Essas alterações têm vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. O Banestes está atualmente avaliando os impactos que essa alteração terá.

- **IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras:** Substitui a IAS 1 – Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 traz consigo a introdução de novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Além disso, requer a divulgação em explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Essas alterações entram em vigor para os exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados pelo Banestes e serão concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

3. POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas e têm sido aplicadas de forma consistente pelas empresas do SFB.

a. Transações em Moeda Estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os ativos e os passivos monetários expressos em moeda estrangeira são atualizados para Reais (R\$) à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes dessa conversão são reconhecidas no resultado como “Resultado de Operações de Câmbio e Variação Cambial”.

b. Caixa e Equivalentes de Caixa

O SFB define caixa e equivalentes de caixa como as disponibilidades (que compreendem caixa e contas correntes em bancos) e as aplicações interfinanceiras de liquidez (posição bancada com conversibilidade imediata), com vencimentos originais em até três meses e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo e são utilizados para gestão de caixa.

As receitas de juros das aplicações interfinanceiras de liquidez são reconhecidas no resultado como “Receitas Financeiras”.

c. Ativos e Passivos Financeiros

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros estão descritas a seguir:

c.1. Reconhecimento inicial

- **Data de reconhecimento**

Um ativo ou passivo financeiro, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SFB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os créditos a clientes são reconhecidos quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SFB.

- **Mensuração inicial dos instrumentos financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da categoria em que foram classificados.

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais (analisados através da aplicação de teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e do modelo de negócios utilizado pelo SFB no gerenciamento de seus instrumentos.

- **Avaliação do modelo de negócio**

O grupo realiza a avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a

maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da administração tem foco na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxas de juros, a correspondência entre a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou realização dos fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à administração do grupo;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
como os gerentes do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo de todos os ativos do grupo.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com o desempenho avaliados com base no valor justo são mensurados com base no valor justo por meio do resultado.

• **Teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros**

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do instrumento financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

c.2. Classificação e mensuração de instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial os instrumentos financeiros são classificados, nas seguintes categorias:

1. Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as condições forem encontradas:

- (i) É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter o ativo para obter fluxos de caixa contratuais; e
- (ii) Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamento de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera a redução ao valor recuperável de crédito e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado (esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento

inicial).

2. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de patrimônio*

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SFB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado.

O SFB designou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes instrumentos de patrimônio representados por cotas de fundos de investimentos. O valor justo desses investimentos é de R\$ 59.012 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 26.842 em 31 de dezembro de 2023).

3. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes – instrumentos de dívida*

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo e das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

- (i) Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e
- (ii) São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado da redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados na demonstração consolidada do resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado do período.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na Nota 3.e.

4. *Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado*

Ativos ao valor justo por meio do resultado compreendem operações que não atendem aos critérios para serem classificadas como custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Além disso, de acordo com o IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado do período a medida em que são apurados.

c.3. Reclassificação de instrumentos financeiros

O SFB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que adquira, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes.

Passivos financeiros nunca são reclassificados.

Não houve reclassificação de ativos e passivos financeiros no período.

c.4. Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

1. Desreconhecimento de ativos financeiros

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SFB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade; ou (ii) o SFB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido.

Além disso, o desreconhecimento é feito pelo SFB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias, momento em que, substancialmente, se esgota todos os esforços de recuperação.

2. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existentes são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

d.1. Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas

O SFB reconhece a provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos e adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como "instrumentos financeiros". Instrumentos de patrimônio não estão sujeitos a *impairment* de acordo com o IFRS 9.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua origem, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses). A política do SFB para determinar se houve aumento significativo no risco de crédito encontra-se descrita na Nota 5.

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros. A política de agrupamento dos ativos financeiros cujas perdas esperadas são determinadas em bases coletivas encontra-se descrita na Nota 5.

O SFB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco da inadimplência ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro. Tal conceito é explicado mais detalhadamente na Nota 5.

Baseado nesse processo, o SFB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

Estágio 1: instrumentos financeiros ativos que não tiveram aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 2.

Estágio 2: instrumentos financeiros ativos que tiveram um aumento significativo no risco de crédito. Também inclui operações que tiveram melhora em seus riscos de crédito e que foram reclassificadas do Estágio 3.

Estágio 3: instrumentos financeiros considerados como ativos problemáticos (inadimplentes). O SFB registra uma provisão para PE Vida.

d.2. Cálculo das perdas esperadas

O SFB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperado. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

- (i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.
- (ii) Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* – EAD): representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas. Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência.
- (iii) Perda dada a inadimplência (*loss given default* – LGD): é uma estimativa de perda originada no caso de a inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

Os conceitos de PD, EAD e LGD, estão explicados mais detalhadamente na Nota 5.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

- (i) Estágio 1: O SFB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada.
- (ii) Estágio 2: Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SFB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs são estimadas ao longo da vida do instrumento.
- (iii) Estágio 3: para operações consideradas como ativos problemáticos, o SFB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizado para as operações do Estágio 2, no entanto a PD é determinada em 100%.
- (iv) Limites de crédito: ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SFB estima a parcela do limite concedido que será utilizado em 12 meses. A PE é então baseada no valor esperado de utilização dos limites concedidos aos clientes.

d.3. Limites de cartão de crédito e cheque especial

Dentre os produtos do SFB inclui a concessão de limites de crédito pela emissão de cartões de crédito e cheque especial, onde o SFB possui o direito de cancelar e/ou reduzir os limites mediante aviso. O SFB não limita sua exposição a perdas de crédito ao período contratual de aviso do corte do limite, mas, ao invés disso, calcula a PE pelo período que reflete a expectativa do SFB em relação ao comportamento do cliente e sua probabilidade de inadimplência.

A avaliação contínua para identificar quando um aumento significativo no risco de crédito ocorreu para limites concedidos é feita em conjunto e de forma análoga à avaliação de aumento de risco do produto subjacente ao limite (ex: risco de exposição em cartão de crédito para avaliação de risco sobre limites de cartão de crédito).

A taxa de juros utilizada para descontar a PE de cartões de crédito é baseada na taxa de juros média que se espera cobrar ao longo do período estimado de exposição aos limites. Essa estimativa leva em consideração que uma parte dos limites utilizados serão pagos na sua totalidade a cada mês e, conseqüentemente, não terão juros cobrados.

d.4. Informações prospectivas

Nos modelos de PE, o SFB utiliza uma série de informações macroeconômicas prospectivas, sendo elas:

- (i) IPCA;
- (ii) SELIC; e
- (iii) Percentual de operações em atraso no Sistema Financeiro Nacional.

O SFB realizou análises históricas e identificou as principais variáveis macroeconômicas que afetam o risco de crédito (PD) e as perdas de crédito esperadas para cada carteira. O impacto dessas variáveis econômicas na PD foi determinado utilizando uma análise de regressão estatística para entender as mudanças de impacto que essas variáveis têm historicamente nas taxas de inadimplência.

Assim como ocorre com qualquer previsão econômica, as projeções e probabilidades de ocorrência estão sujeitas a um alto grau de incerteza inerente e, portanto, os resultados reais podem diferir significativamente dos projetados. O SFB considera que essas previsões representam a melhor estimativa dos possíveis resultados.

d.5. Perdas esperadas para ativos com baixo risco de crédito (*low default portfolio* – LDP)

Para determinar se o instrumento financeiro tem baixo risco de crédito, o SFB utiliza classificações de risco de crédito internas ou outras metodologias consistentes com definição globalmente aceitas de baixo risco de crédito considerando os riscos e o tipo de instrumentos financeiros que está sendo avaliado. A classificação independente de grau de investimento é um exemplo de instrumento financeiro que pode ser considerado como de baixo risco de crédito.

Contudo, determinados instrumentos financeiros não são obrigados a serem classificados externamente para serem considerados de baixo risco de crédito. O SFB pode considerar como sendo de baixo risco de crédito do ponto de vista de participante de mercado, levando-se em conta todos os termos e condições do instrumento financeiro. Atualmente, o SFB considera ativos financeiros de baixo risco de crédito os títulos públicos federais.

Para os ativos financeiros considerados como baixo risco de crédito, o IFRS 9 determina que o critério para reconhecer perdas esperadas de crédito para a vida inteira não é atendido se o risco de crédito do ativo seja baixo. Quando o ativo deixa de ter um baixo risco de crédito, os requisitos gerais para avaliar se houve um aumento significativo no risco de crédito são aplicáveis.

e. Ativos Não Correntes Mantidos para Venda

Ativos não correntes mantidos para venda incluem o valor contábil de bens cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das demonstrações financeiras consolidadas. Especificamente, imóveis ou outros ativos não correntes recebidos pelo SFB, em liquidação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores, são considerados como ativos não correntes destinados à venda e sua alienação ocorre com a execução de leilões.

Ativos não correntes mantidos para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria e não são depreciados.

As desvalorizações dos bens destinados à venda, como resultado de perdas com redução ao valor recuperável são reconhecidas como “Outras Despesas” no resultado. As valorizações decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às desvalorizações previamente reconhecidas, inclusive aquelas por redução ao valor recuperável anterior à classificação como “Ativos Não Correntes Mantidos para Venda”.

f. Ativos Imobilizados

f.1. Reconhecimento e Mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de avaliação menos a depreciação acumulada e redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Esse custo inclui as despesas diretamente atribuíveis à aquisição do ativo. *Software* adquirido que seja necessário à funcionalidade do equipamento relacionado é registrado como parte do equipamento.

Quando os principais componentes de um item do imobilizado possuem diferentes vidas úteis, são contabilizados como itens separados do imobilizado. Os ganhos e perdas na alienação de ativos imobilizados são registrados na demonstração consolidada do resultado como “Resultado da Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Imobilizado”.

f.2. Custos Subsequentes

O custo de substituir parte de um item do imobilizado é reconhecido no valor do bem quando for provável que os benefícios econômicos futuros, incorporados no bem, sejam revertidos para o SFB e o seu custo seja mensurado de maneira confiável. Os custos de reparos rotineiros do imobilizado são reconhecidos em contrapartida ao resultado à medida que são incorridos.

f.3. Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útil estimada dos ativos. Ativos de arrendamento financeiro são depreciados considerando o prazo mais curto entre o do contrato e o de sua vida útil. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

	2024 e 2023
Sistema de Comunicação	10 anos
Equipamentos de Informática e Sistema de Processamento de Dados	5 anos
Móveis, Equipamentos e Instalações	10 anos
Sistema de Segurança	10 anos
Contratos de direito de uso (Arrendamentos)	De acordo com o prazo dos contratos (3 a 20 anos)

g. Ativos Intangíveis

São ativos não monetários identificáveis sem substância física. São decorrentes basicamente da aquisição de *softwares* que são capazes de gerar benefícios econômicos para o SFB. Esses *softwares* são registrados ao custo, deduzidos das amortizações acumuladas e de perdas por redução do seu valor recuperável.

Despesas subsequentes com *softwares* são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas diretamente na demonstração consolidada do resultado à medida que são incorridas.

A amortização é reconhecida no resultado pelo método linear durante a vida útil estimada do *software*, a partir da data da sua disponibilidade para uso. A vida útil estimada dos *softwares* mantidos pelo SFB é de cinco anos.

h. Operações de Arrendamento

h.1 Arrendatário

Identificação de arrendamento

Na celebração de um contrato, o BANESTES deve avaliar se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período em troca de uma contraprestação.

Prazo do arrendamento

Para a mensuração do ativo e passivo de arrendamento, o BANESTES determina o prazo do arrendamento como o prazo não cancelável desse arrendamento, juntamente com:

- Períodos cobertos por opção de prorrogar o arrendamento, se o BANESTES estiver razoavelmente certo de exercer essa opção; e
- Períodos cobertos por opção de rescindir o arrendamento, se o arrendatário estiver razoavelmente certo de não exercer essa opção.

Mensuração inicial

Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente.

O direito de uso é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não foram efetuados até a data. Os pagamentos do arrendamento são descontados, utilizando a taxa de juros incremental sobre empréstimo do arrendatário.

Os direitos de uso são mensurados a custo amortizado de acordo com o seguinte:

- O valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento;
- Quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos;
- Quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo BANESTES; e
- A estimativa de custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento.

O BANESTES utiliza como taxa incremental a taxa de juros que teria que pagar ao tomar emprestado o recurso necessário para obter o ativo com valor similar ao ativo objeto do arrendamento, por prazo, garantia e cenários econômicos semelhantes, representada no BANESTES, pelo seu custo de financiamento (*funding*).

Mensuração subsequente

Após a mensuração inicial, os valores dos ativos registrados como direito de uso estão sendo atualizados utilizando-se o método de custo, assim é mensalmente deduzida qualquer depreciação acumulada, de acordo com critérios do IAS 16 – Ativo Imobilizado na depreciação do ativo de direito de uso e corrigido por qualquer remensuração do passivo de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento inicialmente registrado, é atualizado aumentando mensalmente o valor do passivo da parcela de juros de cada contrato de arrendamento e reduzindo o valor dos pagamentos mensais do arrendamento e corrigido de qualquer remensuração de arrendamento, quando aplicável.

O passivo de arrendamento é remensurado, em caso de alterações no prazo de arrendamento ou no valor de contrato, o valor resultante da nova apuração do passivo de arrendamento é registrado em contrapartida ao correspondente ativo de direito de uso.

Expediente prático de reconhecimento do arrendamento

O BANESTES optou, conforme permitido pelo IFRS 16, por não aplicar os requisitos de reconhecimento para contratos de arrendamento que possuem as seguintes condições:

- Contratos de curto prazo (até 12 meses); e
- Contratos em que o ativo subjacente individual é de baixo valor.

Os pagamentos desses contratos são reconhecidos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.

h.2 Arrendador

Nos contratos em que o BANESTES é o arrendador, realiza-se o reconhecimento inicial dos ativos na conta de “Ativos Financeiros Mensurados ao Custo Amortizado – Empréstimos e Recebíveis” do balanço patrimonial consolidado pelo valor equivalente aos investimentos líquidos dos arrendamentos.

O reconhecimento da receita financeira reflete a taxa de retorno constante sobre o investimento líquido. Os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto do arrendador no arrendamento, são revisados periodicamente. Caso ocorra redução no valor residual não garantido estimado, a alocação da receita pelo prazo do arrendamento é revisada e qualquer redução em relação aos valores acumulados é reconhecida em contrapartida à demonstração consolidada do resultado imediatamente.

i. Impairment de Ativos Não Financeiros

Os valores de contabilização dos ativos não financeiros, exceto ativos de impostos diferidos, são revisados a cada data de balanço para determinar se há alguma indicação de *impairment*. Caso haja tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para unidades geradoras de caixa que contenham intangíveis sem vida útil, não disponíveis para uso ou ágio, têm o seu valor recuperável calculado ao menos uma vez por ano de forma consistente.

É reconhecida uma perda por *impairment* se o valor contábil de um ativo ou a sua unidade geradora de caixa exceda seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Perdas por *impairment* são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado como “Outras Receitas/ Outras Despesas”. As perdas por *impairment* reconhecidas em relação às unidades geradoras de caixa são distribuídas primeiramente para reduzir o valor de contabilização de qualquer ágio distribuído às unidades e depois para reduzir o valor de contabilização dos demais ativos da unidade

(ou grupo de unidades) em bases *pro rata*.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre seu valor em uso e seu valor justo deduzido dos custos de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflete avaliações no mercado corrente do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo.

No exercício de 2024, com base em fontes internas e externas de informação, não foram encontrados indícios de descontinuidade/obsolescência total ou parcial dos softwares registrados no patrimônio da Instituição

j. Recursos de Instituições Financeiras, Depósitos e Títulos Emitidos

Os recursos de Instituições Financeiras, depósitos e os títulos emitidos são as principais fontes com que o SFB conta para financiamento de suas operações.

Os depósitos e os títulos emitidos são inicialmente mensurados a valor justo mais custos de transação e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

k. Operações de Seguros

Os contratos de seguro emitidos pela Seguradora, sob a ótica do IFRS 17 referem-se a contratos de seguros, contratos de resseguros cedidos. Esses contratos, de acordo com o disposto no normativo IFRS 17, deverão ser mensurados. Segundo a definição da Norma, um contrato de seguro é um acordo pelo qual a entidade aceita o risco significativo de seguro da outra parte (o titular da apólice), concordando em indenizar o titular da apólice caso um determinado evento futuro incerto (o evento segurado) afete adversamente o titular da apólice. O risco de seguro, conforme definido pela norma, é o risco, exceto o risco financeiro, transferido do titular de um contrato para o emissor.

A composição da carteira de produtos de seguros está segregada em:

- Carteira de Danos: composta por seguros com vigência de até 12 meses como Riscos Diversos, Compreensivo Residencial, Compreensivo Empresarial e Grupo Automóvel.
- Carteira de Pessoas:
 - Seguros de Curto Prazo: abrange os produtos das carteiras de Acidentes Pessoais Individual e Prestamista Individual.
 - Seguros de Pessoas de Longo Prazo: composta por produtos coletivos, que possuem faturamento mensal, como o Seguro de Vida e Seguro Prestamista.

Nível de agregação

Para realizar a agregação dos contratos de seguros, exigência definida no Normativo IFRS17, a Seguradora realizou a agregação dos seus contratos de seguros considerando a semelhança dos riscos e ainda, serem administrados em conjunto. Esses níveis de agregação foram então segregados por safras trimestrais. Posteriormente segregou os grupos de contratos em contratos lucrativos no reconhecimento inicial, que não têm possibilidade significativa de se tornarem onerosos subsequentemente e um grupo de contratos restantes, se houver.

Reconhecimento do contrato

A Seguradora reconhece um grupo de contratos de seguro que emitir a partir do que ocorrer primeiro entre:

- início do período de cobertura do grupo de contratos;
- data de quando o primeiro pagamento de um titular da apólice do grupo vencer;
- para um grupo de contratos onerosos, quando o grupo se torna oneroso.

Obedecidos os critérios de reconhecimento, os novos contratos são reconhecidos dentro do período das demonstrações financeiras.

Mensuração

A metodologia selecionada para a mensuração dos contratos de seguros da BANESTES Seguros, para a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi a Abordagem de Alocação de Prêmio (PAA), conhecida como abordagem simplificada. Sob esta abordagem, dispensa-se a projeção da melhor estimativa dos fluxos de caixa dos passivos e assume-se uma abordagem de diferimento linear *pro rata* dos passivos, para os graus de agregação de Riscos Diversos, Automóvel e Pessoas Individual. Para o grupo de Vida Coletivo e Prestamista foi adotada a estimação dos passivos de sinistros a ocorrer (LRC – *Liability for Remaining Coverege*), foi o Modelo Geral (BBA).

Esses critérios foram escolhidos, dado as características de vigências dos riscos, similaridades das carteiras e teste de onerosidade, uma vez

que a Seguradora trabalha com apólices anuais e plurianuais.

No reconhecimento inicial de cada grupo de contratos, o valor contábil do passivo para cobertura remanescente é calculado pelos prêmios recebidos na data do reconhecimento inicial e a Seguradora elegerá reconhecer os fluxos de caixa de aquisição de seguros como despesas quando incorridos.

Posteriormente, o valor contábil do Passivo para Cobertura Remanescente é adicionado os prêmios recebidos no período, diminuído pelo valor reconhecido como receita de seguros para serviços prestados; diminuído pelos fluxos de caixa de custos de aquisição de seguros e acrescido de quaisquer valores relativos à amortização de custos de aquisição reconhecidos como uma despesa.

A BANESTES Seguros espera que o tempo entre a prestação de cada parte dos serviços e a data de vencimento do prêmio relacionado não seja superior a um ano. Consequentemente, conforme permitido pela IFRS17, a Seguradora ajusta o passivo pela cobertura remanescente de forma a refletir o valor do dinheiro no tempo e o efeito do risco financeiro, considerando também os efeitos do prêmio de liquidez.

A Companhia efetuou testes de onerosidade com base em dados históricos e não foram observados portfólios de contratos potencialmente onerosos.

Para os contratos de resseguro será adotada as mesmas políticas contábeis para calcular um grupo de contratos de resseguro, sendo que na data de apresentação do reconhecimento inicial acrescido os valores de Prêmios de Resseguros Líquidos de Comissões a Pagar, diminuído dos valores do ativo de cobertura remanescente (Resseguro Diferido) e posteriormente, o valor contábil do Passivo de Contratos de Resseguros Mantidos, será acrescido das despesas reconhecidas de prêmios de resseguros líquidos de comissões e diminuídos dos prêmios de resseguros líquido de comissões pagos.

Será reconhecido o Passivo para Sinistros Ocorridos (LIC – *Liability for Incurred Claims*) de um grupo de contratos pelo valor dos fluxos de caixa realizado relacionados aos sinistros incorridos, ou seja, é definido como as obrigações decorrentes da investigação e pagamento de sinistros válidos associados a eventos segurados que já ocorreram, incluindo eventos que ocorreram, mas para os quais as reclamações não foram relatadas, e outras despesas de seguro incorridas.

Taxa de desconto

Tendo como propósito ajustar as estimativas dos fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo, a Seguradora adota as curvas livres de riscos (ETTJ) divulgada pela Superintendência de Seguros Privados, acrescida do prêmio de liquidez das aplicações financeiras, excluindo os efeitos do risco não financeiro relacionados aos fluxos de caixa. Nesse cenário, a Seguradora definiu pela utilização da abordagem bottom-up.

Ajuste de risco

A Seguradora ajusta a sua estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros para refletir a remuneração que ela requer para suportar a incerteza sobre o valor e a época dos fluxos de caixa que decorrem do risco não financeiro.

A metodologia utilizada pela Seguradora, para os seguros de pessoas, partiu da adoção de modelos estocásticos através da simulação de múltiplos cenários para se obter o *Best Estimate Liability* (BEL) de 48,53%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 63,27%, enquanto que para os seguros de danos o *Best Estimate Liability* (BEL) obtido foi de 74,43%, onde para o nível de confiança de 95%, encontrou-se um VaR de 82,33%.

Margem de serviço contratual

Ocorre o reconhecimento da Margem de Serviço Contratual (CSM) de cada período, tendo o seu reconhecimento em cada unidade de cobertura, registrando a Margem de Serviço Contratual no final de cada período. Esse resultado é contabilizado considerando a poderação pelo fator de exposição ao risco.

k.1. Apuração do Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC)

As diretrizes do IFRS 17, dispõe que o Passivo de Sinistros Ocorridos (LIC) estimado deve ser constituído por quatro componentes:

- i) Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa;
- ii) Descontos;
- iii) Ajuste para o Risco Não Financeiro;
- iv) Margem de Serviço Contratual

A Melhor Estimativa dos Fluxos de Caixa compreende a projeção das obrigações decorrentes dos contratos de seguros utilizando todas as informações e premissas mais atualizadas à disposição. Os descontos referem-se ao cálculo para trazer a valor presente os fluxos de obrigações. Já o Ajuste para o Risco Não Financeiro se refere à remuneração que a entidade exige para arcar com a incerteza sobre o valor e/ou momento dos fluxos de caixa que surgem do risco não financeiro (margem de solvência). A Margem de Serviço Contratual representa o lucro não auferido que a entidade reconhecerá no resultado à medida que os serviços forem prestados.

Fluxo de Caixa de Sinistros Ocorridos

As obrigações decorrentes de sinistros ocorridos representam a soma dos sinistros já avisados e dos não avisados e, dessa forma, estimados pela companhia na data-base do cálculo, ou simplesmente os sinistros ocorridos que ainda não foram pagos. Na presente metodologia, optamos por utilizar o método de triângulos de run-off de ocorrência por pagamento dos sinistros e, desta forma, calcular a melhor estimativa dos sinistros finais ocorridos e não pagos (IBNP - *Incurring But Not Paid*). Este método fundamenta suas aplicações na possibilidade de verificar o desenvolvimento de sinistros estimando o comportamento dos mesmos a partir da experiência da própria Seguradora.

Fluxo de Caixa de Despesas Alocáveis (ALAE)

A mesma metodologia descrita acima para os fluxos de sinistros ocorridos é utilizada para a estimação dos fluxos de caixa associados às despesas alocáveis (ALAE). Substituem-se apenas os montantes de sinistros pagos pelo montante de despesas pagas nos triângulos de desenvolvimento.

Estrutura a Termo da Taxas de Juros

A norma IFRS 17, estabelece que as entidades seguradoras deverão ajustar as estimativas de fluxos de caixa futuros para refletir o valor do dinheiro no tempo e os riscos financeiros relacionados a esses fluxos de caixa, na medida em que os riscos financeiros não estão incluídos nas estimativas dos fluxos de caixa.

As curvas de juros utilizadas devem:

- refletir o valor do dinheiro no tempo, as características dos fluxos de caixa e as características de liquidez dos contratos de seguro;
- ser consistente com os preços de mercado atuais observáveis (se houver) para instrumentos financeiros com fluxos de caixa cujas características são consistentes com os dos contratos de seguro, como, por exemplo, tempo, moeda e liquidez; e
- excluir o efeito de fatores que influenciam os preços observáveis de mercado, mas que não afetam os fluxos de caixa futuros dos contratos de seguro.

Dadas as condições apresentadas, o normativo permite duas abordagens diferentes para construção das curvas de juros, que em teoria, embora não necessariamente na prática, produzem resultados equivalentes. As duas abordagens são referidas como *top-down* e *bottom-up*.

Curvas livres de risco totalmente líquidas são o ponto de partida da abordagem *bottom-up*. O normativo não define explicitamente a base para derivar a curva livre de risco. No entanto, faz referência a instrumentos negociados que contêm níveis insignificantes de risco de crédito, são altamente líquidos, com preços confiáveis e cubram uma ampla gama de vencimentos, incluindo durações e prazos mais longos. Os dois instrumentos mais comuns com essas características são os títulos do governo ou swaps interbancários. O aspecto mais desafiador dessa abordagem provavelmente é o cálculo do ajuste pelo prêmio de iliquidez estimados a partir de portfólio de ativos e posteriormente trasladados para a curva de desconto dos passivos. Esse ajuste de iliquidez é necessário dado que portfólios de contratos de seguro são significativamente menos líquidos do que títulos públicos ou *swaps* interbancários.

O ponto de partida da abordagem *top-down*, por outro lado, são os ativos garantidores dos portfólios de contratos da companhia. Preços de mercado dos ativos garantidores são, geralmente, facilmente observáveis, sendo possível, dessa forma, inferir a rentabilidade efetiva da carteira usando um cálculo de taxa interna de retorno aplicado aos fluxos de caixa contratuais. No entanto, essa curva projetada provavelmente não será adequada para o desconto dos passivos segundo o normativo, uma vez que os instrumentos financeiros utilizados como ativos garantidores podem ser diversos e possuir spreads de risco de crédito variados (considerando que esses ativos não são livres de risco e suas

rentabilidades devem conter um prêmio pelo risco de contraparte). O prêmio pelo risco de crédito dos títulos, portanto, deveria ser expurgado da curva de desconto para que fosse elegível para descontar a melhor estimativa dos passivos. Esse ajuste pelo risco de crédito, no entanto, não é trivial e constitui o aspecto mais desafiador para a aplicação da abordagem *top-down*.

No caso do mercado brasileiro, considerando que curvas livres de risco são disponibilizadas pelo Regulador, a abordagem *bottom-up* tende a ser mais vantajosa para as seguradoras, uma vez que basta adicionar o ajuste pelo prêmio de iliquidez sobre a curva livre de risco. Por outro lado, a utilização da abordagem *top-down* seria mais trabalhosa, visto que é necessário primeiramente derivar uma curva de juros baseadas nos preços de mercado do portfólio de ativos garantidores do segurador, para depois realizar os necessários ajustes para expurgo dos efeitos do risco de crédito.

Optou-se, portanto, pela utilização da abordagem *bottom-up*, tendo como ponto de partida a curva de juros nominal pré-fixada divulgada pelo Regulador.

A Seguradora definiu que as estimativas do passivo de sinistros ocorridos (LIC), serão calculadas segregadas em portfólios, considerando também o prêmio de liquidez, quando aplicável.

I. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes

Provisões são reconhecidas quando for provável que uma saída de benefícios econômicos seja requerida para liquidar uma obrigação legal ou presumida, que tenha surgido como resultado de acontecimentos passados, e para a qual uma estimativa confiável do montante da obrigação possa ser calculada.

Passivos contingentes são obrigações possíveis que decorrem de eventos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. São também considerados passivos contingentes as obrigações presentes decorrentes de eventos passados, mas não reconhecidas em função de não ser provável que um fluxo de saída seja exigido para liquidar tais obrigações, ou porque o valor da obrigação não pode ser mensurado com suficiente confiabilidade. Passivos contingentes não são reconhecidos, porém são divulgados, a menos que a probabilidade do fluxo de saída de recursos seja remota.

Ativos contingentes são direitos potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência depende de eventos futuros incertos que não estão totalmente dentro do controle do SFB. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, exceto quando a Administração do SFB entende que sua realização é praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é virtualmente certa ou provável, que devam ser divulgados.

m. Garantias Financeiras

O SFB emite garantias financeiras aos seus clientes no curso normal de seus negócios bancários. Os passivos de garantia financeira são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, que é amortizado durante o prazo do contrato da garantia financeira e reconhecido na demonstração consolidada do resultado como "Receitas de Prestação de Serviços e Comissões".

Após a emissão dessas garantias, se, com base na melhor estimativa, a Administração concluir que a ocorrência de uma perda em relação à garantia emitida é provável, e o valor da perda for maior que o valor justo inicial menos amortização acumulada, uma provisão é reconhecida por tal valor e classificada em "Provisões".

As garantias financeiras são revisadas periodicamente para a determinação do risco a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária.

Em 31 de dezembro de 2024, foram constituídas provisões para as garantias financeiras no valor de R\$ 37 (R\$ 4 em 31 de dezembro de 2023).

n. Benefícios a Empregados

São todas as formas de compensação proporcionadas pela Instituição, em troca de serviços prestados pelos seus empregados, ou pela rescisão do contrato de trabalho e incluem:

n.1. Benefícios de curto prazo a empregados - são benefícios (exceto benefícios rescisórios) que se espera que sejam integralmente liquidados em até doze meses após o período a que se referem às demonstrações financeiras em que os empregados prestarem os respectivos serviços: ordenados, salários, contribuições para a seguridade social, licença anual remunerada, licença médica remunerada, participação nos lucros,

bônus e benefícios não monetários (tais como assistência médica, moradia, carros e bens ou serviços gratuitos ou subsidiados) para empregados atuais.

n.2. Benefícios pós-emprego - são os benefícios a empregados (exceto benefícios rescisórios e benefícios de curto prazo a empregados), que serão pagos após o período de emprego. Como exemplo, benefícios de aposentadoria (pensões e pagamentos integrais por ocasião da aposentadoria) e outros benefícios pós-emprego, tais como seguro de vida e assistência médica pós emprego. Plano de benefício pós-emprego compreende compromisso assumido pelo SFB de suplementar benefícios previdenciais a seus empregados.

Plano de contribuição definida - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora paga contribuições fixas ao fundo de pensão, não tendo a obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais se o fundo não possuir ativos suficientes para honrar todos os benefícios relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores.

As contribuições nesse tipo de plano são reconhecidas como "Despesas de Pessoal" na demonstração consolidada do resultado.

Plano de benefício definido - é o plano de benefício pós-emprego pelo qual o SFB como entidade patrocinadora tem a obrigação de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado e está sendo apresentado na Nota 38.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o da UCP - Unidade de Crédito Projetada, ou PUC - *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO - *Projected Benefit Obligation*), líquido dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, realizado anualmente por empresa de consultoria, no final de cada exercício.

O IAS 19 que trata de benefícios a empregados, estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios pós-emprego com a extinção do método do corredor no registro da obrigação dos planos, prevendo o reconhecimento integral de passivo líquido decorrente de benefícios definidos, em contrapartida de conta do patrimônio líquido, pertencente ao grupo de "Ajustes de Avaliação Patrimonial".

n.3. Outros benefícios de longo prazo aos empregados - são todos os benefícios aos empregados que não benefícios de curto prazo aos empregados, benefícios pós-emprego e benefícios rescisórios.

n.4. Benefícios rescisórios - são benefícios aos empregados fornecidos pela rescisão do contrato de trabalho de empregado como resultado de:

- (a) decisão de a entidade terminar o vínculo empregatício do empregado antes da data normal de aposentadoria; ou
- (b) decisão do empregado de aceitar uma oferta de benefícios em troca da rescisão do contrato de trabalho.

o. Receitas e Despesas de Juros

Receitas e despesas de juros são reconhecidas pelo regime de competência na demonstração consolidada do resultado utilizando o método da taxa efetiva de juros. A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e os recebimentos futuros em dinheiro durante toda a vida prevista do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro. A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro e não sofre revisões posteriores.

O cálculo da taxa efetiva de juros inclui todas as comissões, custos de transação, descontos ou os prêmios que são parte integrante da taxa efetiva de juros. Os custos de transação são custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

p. Receitas e Despesas de Prestação de Serviços

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas quando o SFB fornece ou disponibiliza os serviços aos clientes, por um montante que reflete a contraprestação que a instituição espera receber em troca desses serviços. Um modelo de cinco etapas é aplicado para reconhecimento das receitas: i) identificação do contrato com um cliente; ii) identificação das obrigações de desempenho do contrato; iii)

determinação do preço da transação; iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho no contrato; e v) reconhecimento da receita quando as obrigações de desempenho, pactuadas nos contratos com clientes, são satisfeitas. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

q. Impostos sobre o Lucro

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais um adicional de 10% e a contribuição social à alíquota de 20% para instituições financeiras, 15% para setores segurador e distribuidor e 9% para controladas não financeiras, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal (Nota 12).

A Emenda Constitucional n.º 103/2019, em seu artigo 32, elevou para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido para os bancos de qualquer espécie a partir de 1º de março de 2020 até que entre em vigor lei que disponha sobre a alíquota da referida contribuição.

A Lei n.º 14.446/2022 (conversão da MP 1.115/2022) elevou para 21% a alíquota da CSLL para o setor bancário, e para 16% para os setores segurador e distribuidor, no período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, retornando às alíquotas de 20% e 15% respectivamente, a partir de 1º de janeiro de 2023.

A despesa de imposto de renda e contribuição social é reconhecida no resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa de imposto de renda corrente e contribuição social é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos no resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

r. Outros Tributos

Outros tributos incidem sobre a receita transacional e são reconhecidos no resultado como “Outras Despesas”, dentre os quais se destacam:

PIS e COFINS: contribuições sociais federais que, para as instituições financeiras, incidem sobre a receita líquida de juros, receita de prestação de serviços e outras receitas operacionais. A alíquota para o PIS é de 0,65% e para a COFINS é de 4%;

ISS: imposto municipal incidente sobre as receitas de prestação de serviços. A alíquota varia de município para município e do tipo de serviço prestado, sendo a mínima de 2% e a mais comum de 5%.

s. Patrimônio Líquido

O capital social do BANESTES, totalmente subscrito e integralizado, é representado por ações ordinárias e preferenciais. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais não conferem direito a voto, sendo-lhes asseguradas as seguintes preferências e vantagens: prioridade sobre as ações ordinárias no reembolso do capital em caso de liquidação do Banco (sem prêmio); participação nos lucros distribuídos e pagamentos de juros sobre o capital próprio em igualdade com as ações ordinárias e direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de controle do BANESTES ao mesmo preço ofertado às ações de controle.

s.1. Custos de Emissão de Ações

Custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são demonstrados no patrimônio líquido, deduzido de impostos, reduzindo o valor de mensuração inicial das ações.

s.2. Lucro por Ação

O BANESTES apresenta dados de lucro por ação básico e diluído para suas ações ordinárias e preferenciais.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas do BANESTES pelo número médio de ações em circulação durante o ano, excluindo-se o número de ações compradas pela instituição e mantidas como ações em tesouraria. O lucro por ação diluído por sua vez é calculado de forma similar, mas com o ajuste realizado ao assumir a conversão de todas as ações potencialmente diluíveis no denominador.

O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há instrumentos financeiros emitidos pelo Sistema Financeiro BANESTES com efeito de diluição.

4. USO DE ESTIMATIVAS E INCERTEZAS SOBRE PREMISSAS

O SFB adota estimativas e premissas que afetam o valor reportado de ativos e passivos no próximo período. Todas as estimativas e premissas necessárias de acordo com o IFRS são as melhores estimativas determinadas de acordo com o padrão aplicável. Essas estimativas e julgamentos são avaliados continuamente e baseados na experiência histórica e outros fatores incluindo expectativas de eventos futuros, considerados como razoáveis nas circunstâncias atuais.

As estimativas e premissas que possuem um risco significativo e podem ter um impacto relevante nos valores de ativos e passivos no próximo ano, podendo os resultados reais serem diferentes dos previamente estabelecidos que estão divulgadas a seguir:

• Valor Justo dos Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em nossas demonstrações financeiras consolidadas consistem principalmente em ativos financeiros mensurados a valor justo no resultado e ativos financeiros mensurados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

O valor justo dos instrumentos financeiros é determinado com base nas metodologias descritas na Nota 7.

• Provisão para Perdas Esperadas para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA

A mensuração da provisão para perdas com créditos esperados para ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ao VJORA requer o uso de modelos complexos e hipóteses significativas sobre condições econômicas futuras e comportamento de crédito.

Explicação das premissas e técnicas de estimativa utilizadas na mensuração da perda de crédito esperada é mais detalhada na Nota 3.e.

Vários julgamentos significativos também são necessários para aplicar os requisitos contábeis para a mensuração da perda de crédito esperada, tais como:

- Determinar critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha de modelos e pressupostos apropriados para a mensuração da perda de crédito esperada;
- Estabelecer o número e ponderações relativas a cenários prospectivos para cada tipo de produto e mercado relacionado a perda de crédito esperada; e
- Estabelecer grupo de ativos financeiros semelhantes para fins de mensuração da perda de crédito esperada.

O processo para determinar o nível de provisão para perda de crédito esperada exige estimativas e uso de julgamentos e é possível que perdas atuais demonstradas em períodos subsequentes sejam diferentes daquelas calculadas de acordo com as estimativas e premissas atuais.

A determinação da perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) com empréstimos e adiantamento a clientes exige, por sua natureza, julgamentos e suposições com relação à carteira, tanto em bases individuais quanto em base coletiva. Na revisão da carteira como um todo, vários fatores podem afetar a estimativa da amplitude provável das perdas, incluindo qual metodologia é utilizada para mensurar as taxas de inadimplência históricas e qual período histórico é considerado para fazer tais mensurações.

Fatores adicionais que podem afetar essa determinação da provisão para perdas com empréstimos e adiantamento a clientes incluem condições econômicas brasileiras gerais e experiência anterior com o devedor ou setor relevante da economia, além de experiência recente

de prejuízos, valores de garantias de uma operação de crédito, volume, composição e crescimento da carteira de empréstimos e recebíveis e quaisquer atrasos no recebimento das informações necessárias para avaliar empréstimos e recebíveis ou confirmar a deterioração de crédito existente.

As provisões para *impairment* calculadas coletivamente cobrem as perdas de crédito inerentes a carteiras de créditos com características econômicas similares quando existem evidências objetivas que elas contêm créditos com *impairment* que não podem ser identificados individualmente. O BANESTES utiliza modelos para analisar as carteiras de crédito e determinar a provisão necessária para perdas, considerando fatores de perdas e outros indicadores de risco. Embora os modelos sejam frequentemente revisados e melhorados, eles são, por sua natureza, dependentes de julgamento sobre as informações.

A utilização de metodologias alternativas e de outras premissas e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes de perdas por *impairment* reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados apresentados.

Durante o período findo em 30 de setembro de 2024 o BANESTES efetuou a revisão da estimativa da provisão para risco de crédito, decorrente de novas informações disponíveis nesse período e da experiência adquirida ao longo dos últimos anos, desde a divulgação da Resolução CMN nº4.966/2021. Este processo de revisão considerou também a avaliação da perda esperada de crédito por especialistas contratados pela Administração, a revisão periódica do SFB dessas estimativas e avaliação das melhores práticas do mercado, bem como a evolução contínua dos processos do Banco. Dessa forma, o BANESTES revisou premissas e critérios, tais como: ajustes nas regras de alocação em estágio 2 (incluindo regras de aumento significativo de risco) e estágio 3; aplicação da PD 12 meses em contratos rotativos em estágio 1 e 2; ajustes no cálculo de PD Vida; ajuste no cálculo de LGD para contratos de financiamento imobiliário.

Esta mudança não se relaciona com períodos anteriores. O montante do efeito da mudança da estimativa para período findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 71.228.

- **Ativos Fiscais Diferidos**

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o SFB terá lucro tributável futuro em relação aos ativos fiscais diferidos que possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o SFB terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados. De acordo com a regulamentação atual, a realização esperada do crédito tributário do SFB é baseada na projeção de receitas futuras e estudos técnicos.

Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas.

- **Provisões Técnicas de Seguros**

As provisões técnicas de seguros são passivos que representam estimativas dos valores que serão devidos em um determinado momento no futuro, a favor dos segurados. Os benefícios futuros de apólices e sinistros incluem reservas para seguro de vida em grupo e individual, seguro contra acidentes, dentre outros.

O valor do passivo é determinado utilizando métodos atuariais baseados em histórico de pagamentos de sinistros para determinar a estimativa de passivos de sinistros. Os métodos para se determinar essas estimativas e estabelecer as provisões técnicas são revisados e atualizados regularmente. Os ajustes resultantes são reconhecidos no resultado do respectivo período.

- **Provisões e Passivos Contingentes**

O SFB revisa periodicamente suas contingências, as quais são avaliadas com base nas melhores estimativas da Administração, levando em consideração o parecer de assessores legais quando houver probabilidade que recursos financeiros sejam exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com razoável segurança.

Para as contingências classificadas como "Prováveis", são constituídas provisões reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como "Provisões".

Os valores das contingências são quantificados utilizando modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente aos prazos, valores e probabilidades de perda.

• **Plano Benefício Pós-Emprego**

Os benefícios a empregados, relacionados a benefícios de curto prazo para os empregados, são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

O método atuarial adotado para a avaliação dos passivos e custos dos benefícios do plano previdenciário é o UCP – Unidade de Crédito Projetada, ou PUC – *Projected Unit Credit*, aplicada sobre as obrigações atuarialmente projetadas (PBO – *Projected Benefit Obligation*), líquido ativos dos ativos garantidores do plano.

A avaliação atuarial é elaborada com base em premissas e projeções de inflação, taxas de juros, aumentos dos benefícios, expectativa de vida, etc. O plano de benefício definido é registrado com base em estudo atuarial, procedida anualmente por atuário independente, no final de cada exercício.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajuste pela experiência e nas mudanças atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como “Ajuste de Avaliação Patrimonial”, quando ocorrer

5. GERENCIAMENTO DE RISCOS FINANCEIROS

Introdução e Visão Geral

O BANESTES, visando proporcionar uma alocação de capital mais eficiente de forma a otimizar o investimento dos acionistas e respeitar uma relação risco/retorno, elabora as suas políticas objetivando estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco em níveis considerados aceitáveis pela Instituição. Essas políticas visam fortalecer a Governança Corporativa do Banco e adotar as melhores práticas de gerenciamento de riscos do mercado, estando sempre em conformidade com os requerimentos do Acordo de Basileia e aos normativos do Banco Central do Brasil - BACEN. Para conhecer mais sobre o processo, acesse o documento de Gerenciamento de Riscos no site de relações com investidores (<http://www.banestes.com.br/ri/index.html>), que não faz parte dessas demonstrações financeiras.

Risco de Crédito

Crédito é definido como a expectativa de recebimento de uma quantia em dinheiro, dentro de um espaço de tempo previamente estabelecido. Em contrapartida, define-se o risco de crédito como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas à inadimplência do tomador ou contraparte, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O gerenciamento do risco de crédito é executado por áreas independentes das unidades de negócios e tem como objetivo gerar informações para as áreas envolvidas no processo de crédito.

Em atendimento ao artigo 7º da Resolução n.º 3.721, de 30/04/2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, o SFB instituiu a estrutura de gerenciamento do risco de crédito que é composta pela Diretoria de Riscos e Controle e Diretoria Jurídica e Administrativa, sendo a Diretoria de Riscos e Controle, a responsável pelo gerenciamento do risco de crédito do SFB perante o Bacen.

Os processos existentes de classificação e análise de risco, administração, controle, avaliação e concessão de crédito são totalmente sistematizados, proporcionando entre outros benefícios, o acompanhamento e controle gerencial dos processos com agilidade, observando a segurança inerente à função de conceder crédito e ao mesmo tempo capaz de garantir a sustentabilidade da Instituição.

No que tange ao *impairment*, o SFB, através da análise de dados históricos do comportamento de atraso das operações de crédito, calcula a perda utilizando a média histórica dos cinco últimos anos, ajustadas para refletir os efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras, conforme descrito na Nota 3.e.2.

Essa média utilizada sobre as carteiras analisadas foi apurada considerando dados de forma massificada, além de dar tratamento especial aos clientes classificados como significativos.

Política de Crédito

A política de crédito tem como linha mestra ampliar a carteira de crédito, fixando regras que devem nortear o processo de concessão de crédito do Banco, não perdendo de vista a mitigação dos riscos e a maximização do resultado, assegurando o retorno sobre o capital, e aderente ao cenário econômico.

As agências possuem limites de alçada decisória de crédito, e os comitês de crédito da Direção Geral, analisam e decidem sobre limites e valores superiores às alçadas das agências, segregando assim as decisões de acordo com o estabelecido na política de crédito.

Ressalta-se na política de concessão de créditos do SFB, a partir da utilização de modelos de *Credit Scoring* avançados e atualizados, a adoção de processos de decisão ágeis e seguros, proporcionando a aprovação automática de limite de crédito padrão e concessão de crédito, viabilizando o crédito por meios de canais eletrônicos e a melhoria contínua da qualidade da carteira de crédito.

A política de crédito é estabelecida com base em fatores internos e externos, relacionados ao ambiente econômico. Destacam-se, entre os fatores internos: resultado da análise da evolução da carteira, os níveis registrados de inadimplência, a qualidade da carteira, as margens e taxas de retorno, dentre outros; enquanto fatores externos são relacionados ao acompanhamento do ambiente macroeconômico do mercado.

A determinação dos níveis de provisões para potenciais perdas está adequada à exposição de risco em cada operação. As análises consideram os aspectos determinantes do risco de crédito do cliente, visando proteger a Instituição contra perdas decorrentes de crédito. As operações são avaliadas em função da classificação de risco do cliente/grupo econômico, ponderando garantias agregadas nas operações, a natureza e o tipo de operação, bem como de atrasos de pagamento que têm predominância sobre outros fatores para determinar a provisão final.

O SFB utiliza as garantias como uma forma de mitigação do risco de crédito, onde no processo de concessão é priorizado as garantias de maior liquidez, sendo elas responsáveis em assegurar plena liquidação do principal e dos encargos financeiros em caso de inadimplência.

A tabela abaixo mostra uma estimativa do valor justo das garantias e de outros tipos de valores mantidos contra ativos financeiros:

	31/12/2024	31/12/2023
Alienação Fiduciária	315.918	322.975
Aval/ Fiança/ Caução	28.272	33.205
Cessão/ Consignação	94.948	133.026
Hipoteca/ Penhor	128.231	55.443
Propriedade do Bem Móvel/ Imóvel	164	255
Total	567.533	544.904

(*) Todas as garantias estão avaliadas pelo Nível 2 da Hierarquia do Valor Justo.

Demonstramos no quadro abaixo os detalhes de ativos financeiros e não-financeiros obtidos pela tomada de posse de garantias mantidas como empréstimos e recebíveis, bem como a posição das garantias detidas no final do trimestre.

Os bens obtidos são registrados no balanço patrimonial na rubrica de "Ativos Não Correntes Mantidos para Venda" (Nota 14) pelo valor justo do bem, de acordo com a expectativa de recuperação em função da venda do ativo, ou pelo valor contábil do contrato, dos dois o menor.

	31/12/2024	31/12/2023
Imóveis	38.154	56.228
Veículos	9.742	9.465
Outros	14	14
Subtotal	47.910	65.707
Provisão p/ Desvalorização	(1.506)	(1.888)
Valor Líquido	46.404	63.819

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos financeiros sujeitos à redução ao valor recuperável

A tabela abaixo representa o pior cenário de exposição ao risco de crédito dos instrumentos financeiros para os quais um *impairment* é reconhecido. Para ativos registrados no balanço patrimonial, as exposições são baseadas em valores contábeis, conforme reportado no balanço patrimonial.

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	14.246.788	-	-	14.246.788	19.937.678	-	-	19.937.678
Letras Fin. do Tesouro - LFT	12.886.108	-	-	12.886.108	18.178.726	-	-	18.178.726
Notas Fin. do Tesouro - NTN	190.688	-	-	190.688	208.812	-	-	208.812
Debêntures	1.090.514	-	-	1.090.514	1.480.740	-	-	1.480.740
Letras Financeiras	20.466	-	-	20.466	42.558	-	-	42.558
Cotas de Fundos	59.012	-	-	59.012	26.842	-	-	26.842
Total	14.246.788	-	-	14.246.788	19.937.678	-	-	19.937.678

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	4.456.847	-	-	4.456.847	2.599.944	-	-	2.599.944
Aplicações no mercado aberto	4.120.718	-	-	4.120.718	1.656.332	-	-	1.656.332
Aplicações em depósitos interfinanceiros	336.129	-	-	336.129	943.612	-	-	943.612
Instrumento de Dívida e Patrimônio	3.640.278	-	-	3.640.278	6.743.865	-	-	6.743.865
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1.629.174	-	-	1.629.174	4.796.743	-	-	4.796.743
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	502.551	-	-	502.551	505.100	-	-	505.100
Títulos da novação da dívida do FCVS - CVS	70.023	-	-	70.023	100.958	-	-	100.958
Certificados de recebíveis imobiliários - CRI	60.989	-	-	60.989	63.201	-	-	63.201
Debêntures	719.124	-	-	719.124	591.946	-	-	591.946
Letras financeiras	628.170	-	-	628.170	685.914	-	-	685.914
Nota Comercial	30.244	-	-	30.244	-	-	-	-
Outros	3	-	-	3	3	-	-	3
Créditos a clientes	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Créditos a clientes	10.960.026	276.701	522.000	11.758.727	7.159.920	1.969.337	399.444	9.528.701
Riscos potenciais	187.615	34.631	251.368	473.614	75.556	216.785	197.194	489.535
Limites a clientes	187.615	34.631	251.368	473.614	75.556	216.785	197.194	489.535
Total	19.244.766	311.332	773.368	20.329.466	16.579.285	2.186.122	596.638	19.362.045
Exposição total	33.491.554	311.332	773.368	34.576.254	36.516.963	2.186.122	596.638	39.299.723
(-) Provisão para perdas de ativos financeiros	(191.483)	(34.632)	(251.368)	(477.483)	(80.012)	(216.785)	(197.194)	(493.991)
(=) Exposição líquida	33.300.071	276.700	522.000	34.098.771	36.436.951	1.969.337	399.444	38.805.732

Exposição máxima ao risco de crédito - instrumentos avaliados a valor justo

A tabela a seguir contém uma análise da exposição máxima ao risco de crédito de ativos financeiros avaliados a valor justo:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros ao VJR		
Instrumentos de Dívida	398.683	423.311
Cotas de fundos de investimento	398.683	423.311
Instrumentos de patrimônio designado ao VJORA		
Instrumentos de Patrimônio	59.012	26.842
Cotas de fundos de investimento	59.012	26.842

Avaliação da redução ao valor recuperável

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SFB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais políticas contábeis do SFB (Nota 3).

- Premissas para aplicação da abordagem de 3 estágios

Para a determinação da provisão das perdas esperadas, alguns conceitos importantes precisam ser inicialmente entendidos e definidos, sendo eles:

- Aumento significativo do risco de crédito;
- Inadimplência;
- Cura (diminuição do risco de crédito); e
- Segmentação.

Aumento significativo no risco de crédito e “cura”

O SFB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SFB avalia se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SFB considera que uma contraparte teve aumento significativo de risco de crédito (migração para o estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) durante todo o seu prazo esperado em:

- Cinco pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for inferior a 5%;
- 100% da PD no reconhecimento inicial, para os demais instrumentos financeiros; e
- Vinte pontos percentuais, para os instrumentos financeiros cujo risco de crédito, no reconhecimento inicial, for superior a 20%.

Além disso, considera-se que ocorreu um aumento significativo de risco de crédito quando a contraparte tiver um contrato renegociado (até o momento em que o mesmo for considerado curado, de acordo com as regras expostas mais adiante) ou restrições financeiras.

Considera-se que um instrumento deixou de apresentar aumento significativo de risco de crédito (ou seja, evento de “cura” que proporciona a volta para o Estágio 1) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de:

- 4 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos parcelados;
- 5 meses, para clientes que são pessoas físicas com produtos rotativos;
- 6 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito consignado;
- 9 meses, para clientes que são pessoas físicas com operações de crédito renegociadas;
- 5 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos parcelados;
- 6 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com produtos rotativos; e
- 9 meses, para clientes que são pessoas jurídicas com operações de crédito renegociadas.

Esses períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Definição de inadimplência e “cura”

O SFB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de perdas esperadas (PE), todos os casos que se encontram vencidos a mais de 90 dias, operações renegociadas vencidas a mais de 60 dias, operações onde o devedor possua apontamento de restrição financeira com atraso superior a 30 dias e/ou de cheque sem fundo e operações onde o devedor (pessoa jurídica) encontra-se em processo de recuperação judicial, concordata ou falência.

Para operações interbancárias (créditos a instituições financeiras), o SFB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

Considera-se que um instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 1 mês, para clientes com produtos rotativos, consignados ou parcelados, e de 3 meses, para clientes com operações renegociadas. Estes períodos foram determinados com base em uma análise que considera a probabilidade de um instrumento financeiro retornar ao status de inadimplência após “cura”.

Segmentação (agrupamento de ativos financeiros para cálculo coletivo de perdas esperadas)

Conforme mencionado na Nota 3, o SFB calcula suas perdas esperadas em bases coletivas para todas as suas exposições originadas de créditos a clientes.

O SFB agrupa essas exposições através de critérios de operação que possuem características semelhantes de risco de crédito, baseando-se em uma combinação de fatores internos, sendo eles:

- Tipo de contraparte (pessoa física ou pessoa jurídica); e
- Tipo de produto (produtos parcelados, produtos rotativos, operações de crédito consignado).

- Mensuração do risco de crédito

Para atendimento ao IFRS 9, o SFB deve mensurar as perdas esperadas considerando os seguintes parâmetros de risco de crédito:

- Probabilidade de inadimplência (*probability of default* – PD), considerando a situação econômica corrente e previsões de alterações nas condições econômicas e de mercado que afetem o risco de crédito, durante o seu prazo esperado (*visão forward looking*);
- Perda em caso de inadimplência (*loss given default* - LGD); e
- Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default* - EAD).

A provisão para perdas esperadas é determinada aplicando-se os percentuais de PD e LGD sobre a EAD (base de cálculo da provisão para perdas esperadas).

Probabilidade de inadimplência (probability of default – PD)

O SFB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes de varejo compreendem créditos pessoais, operações com cartões de crédito e cheque especial sem garantias. Essas operações recebem uma classificação de risco através de um modelo de *credit score* interno, que utiliza como parâmetros principais:

Para clientes que são pessoas físicas:

- Tipo de produto;
- Tempo de relacionamento;
- Identificação de restritivo externo;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Idade do cliente; e
- Renda.

Para clientes que são pessoas jurídicas:

- Tipo de produto;
- Atraso máximo observado nos últimos 6 meses;
- Tempo de fundação da empresa;
- Faturamento anual;
- Identificação de restritivo externo; e
- Tempo de relacionamento

A definição das classificações internas de risco de crédito está definida conforme a seguir:

Pessoa Física	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Requer atenção
F	Baixa qualidade
Pessoa Jurídica	
Rating	Qualidade
A	Boa
B	Normal
C	Normal
D	Requer atenção
E	Baixa qualidade
F	-

A carteira de operações de crédito encontrava-se assim distribuída entre os *ratings* internos em:

Rating	31/12/2024	31/12/2023
A	743.786	610.612
B	2.016.567	1.362.526
C	2.142.517	1.833.385
D	1.674.494	1.559.590
E	2.375.820	1.846.463
F	2.805.543	2.316.121
Total	11.758.727	9.528.697

Quando aplicável, também são utilizadas as classificações de risco de crédito atribuídas por agências de *ratings*, principalmente em operações que têm como contraparte outras instituições financeiras (empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, operações de compra com compromisso de revenda e instrumentos de dívida privados), governo federal (instrumentos de dívida públicos) e outras entidades privadas (instrumentos de dívida privados).

Perda em caso de inadimplência (LGD)

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

Exposição no momento da inadimplência (EAD)

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeitos ao cálculo das perdas esperadas (PE). Para os limites de crédito concedidos e não utilizados, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado e adicionando um "fator de conversão de crédito" que considera a utilização esperada do limite restante até o momento da inadimplência. Essas premissas variam por tipo de produto, com base na análise dos dados de inadimplência recentes do SFB.

Informações prospectivas (visão forward looking)

Nos modelos de PE, o SFB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo o IPCA e a SELIC as principais, conforme demonstrado no quadro abaixo.

Segmento	Variável macroeconômica	Projeção utilizada
Pessoa Física - Produtos Rotativos	IPCA para os próximos 4 meses	0.45% a.m.
Pessoa Física - Crédito Consignado	SELIC para os próximos 6 meses	5.50% a.a.
Pessoa Física - Produtos Parcelados	IPCA para o próximo mês	0.00% a.m.
	IPCA para os próximos 4 meses	0.45% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Rotativos	SELIC para os próximos 7 meses	5.50% a.m.
Pessoa Jurídica - Produtos Parcelados	SELIC para os próximos 3 meses	5.00% a.m.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para

esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação trimestralmente.

Apresentamos abaixo as mudanças no *impairment* em 31 de dezembro de 2024, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SFB:

Pessoa Física – Produtos Rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6091%	0,00%
	Piora 1%	1,6098%	0,04%
	Melhora 1%	1,6084%	-0,04%

Pessoa Física – Crédito Consignado		PD	% relativo
SELIC	Base	1,5292%	0,00%
	Piora 1%	1,5297%	0,04%
	Melhora 1%	1,5286%	-0,04%

Pessoa Física – Produtos Parcelados		PD	% relativo
IPCA	Base	6,2280%	0,00%
	Piora 1%	6,2280%	0,00%
	Melhora 1%	6,2280%	0,00%

Pessoa Jurídica – Produtos Rotativos		PD	% relativo
IPCA	Base	1,6706%	0,00%
	Piora 1%	1,6715%	0,05%
	Melhora 1%	1,6697%	-0,05%
SELIC	Base	1,6706%	0,00%
	Piora 1%	1,6729%	0,14%
	Melhora 1%	1,6683%	-0,14%

Pessoa Jurídica – Produtos Parcelados		PD	% relativo
SELIC	Base	3,3906%	0,00%
	Piora 1%	3,4046%	0,41%
	Melhora 1%	3,3767%	-0,41%

Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento do risco de liquidez do Banestes é executado por unidade segregada das áreas de negócio e de auditoria interna e possui uma Política de Gerenciamento de Risco de Liquidez, aprovada pelo Conselho de Administração e em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, que é um conjunto de diretrizes que tem como objetivo estabelecer limites operacionais e procedimentos destinados a manter a exposição ao risco de liquidez nos níveis estabelecidos pela administração da Instituição, adotando uma tolerância ao risco de liquidez compatível com a natureza das suas operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e a dimensão da sua exposição a esse risco.

A mensuração do risco de liquidez considera, principalmente, a possibilidade de saídas de recursos nas principais linhas de captações, saída de recursos com investimentos na carteira comercial e em títulos privados e as obrigações da instituição em geral. São adotadas estratégias de captação que proporcionam diversificação adequada das fontes de recursos e dos prazos de vencimento, sendo considerados instrumentos elegíveis para captação de recursos: depósito à vista, depósito a prazo, depósito de poupança, depósito interfinanceiro, emissão de títulos e valores mobiliários, captação de recursos em moeda estrangeira.

Para mitigação do risco de liquidez, o Banestes acompanha, diariamente, o risco de liquidez ao qual está exposto, a fim de manter um nível mínimo de recurso para assegurar a sua liquidez. O limite mínimo do colchão de liquidez adotado pela Instituição é revisado anualmente e fornece um nível de liquidez necessário para suportar os desembolsos de curto prazo, previstos ou imprevistos.

São utilizadas as seguintes ferramentas na gestão do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial Banestes:

- Monitoramento do Colchão de Liquidez diário, que prevê a manutenção de estoque adequado de ativos líquidos que possam ser convertidos em caixa em situação de estresse, frente aos limites mínimos definidos;
- Avaliação da liquidez intradia;
- Avaliação diária das operações com prazos de liquidação inferiores no mínimo de 90 dias;
- Análise do perfil e comportamento diário das captações de recursos;
- Apuração mensal do índice de liquidez de curto prazo desenvolvido internamente, que identifica o montante de ativos livres de alta liquidez para cobrir as saídas (líquidas) que a Instituição pode sofrer sob um severo cenário de estresse no horizonte de 30 dias;
- Avaliação do risco de liquidez por Comitê responsável, como parte do processo de aprovação de novos produtos e serviços, modificações relevantes em produtos ou serviços existentes, assim como da compatibilidade destes com os procedimentos e controles existentes;
- Execução, sempre que necessário, dos procedimentos definidos no Plano de Contingência para a recuperação dos níveis mínimos de liquidez.

A estrutura de gerenciamento do risco de liquidez do Conglomerado Prudencial adota um Plano de Contingência de Liquidez, atualizado anualmente, que estabelece estratégias de administração para situações de crise de liquidez, incluindo procedimentos para a geração de caixa em situações emergenciais.

Visando verificar a capacidade de liquidez da Instituição e elencando medidas corretivas, caso sejam necessárias, são realizados também “Testes de Estresse de Liquidez”, que utilizam:

- Projeção do Colchão de Liquidez para diferentes horizontes de tempo, em situações normais ou de estresse;
- Testes de estresse mensais que avaliam: a situação do colchão de liquidez após expectativas de saque dos depósitos sem a realização de novas captações;
- Expectativas de realização dos compromissos assumidos (exposições não contabilizadas no balanço patrimonial e linhas de crédito e de liquidez).

Prazos Contratuais Residuais de Ativos e Passivos Financeiros

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa referentes aos ativos e passivos financeiros do BANESTES. Os fluxos de caixa que o BANESTES estima para esses instrumentos são apurados de acordo com base em expectativas de realização e resgates dos valores futuros. Os ativos totais compreendem a carteira de crédito comercial e a carteira de investimento (tesouraria).

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor	Até 90 dias	De 91 a 360 dias	Acima de 360 dias
Ativo Total	59.647.611	19.229.342	6.409.670	34.008.599	60.136.456	11.883.601	10.281.011	37.971.844
Passivos não Derivativos	40.663.742	19.906.028	2.864.426	17.893.288	42.475.333	25.319.252	3.350.047	13.806.034
Depósitos de Instit. Financeiras	8.909.354	8.775.682	133.672	-	14.693.362	14.390.731	302.631	-
Depósitos de Clientes	30.123.850	10.948.307	2.075.445	17.100.098	26.945.094	10.265.843	2.879.011	13.800.240
Emissão de Títulos	1.383.055	43.411	565.661	773.983	693.035	557.428	135.607	-
Outros passivos financeiros	247.483	138.628	89.648	19.207	143.842	105.250	32.798	5.794

Risco de Mercado

O risco de mercado é definido como a possibilidade de perdas que podem ser ocasionadas por mudanças no comportamento das taxas de juros, do câmbio, dos preços das ações e dos preços de *commodities*, em função dos descasamentos de prazos, moedas e indexadores das

carteiras ativas e passivas da Instituição.

Para o gerenciamento de risco de mercado da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória (posições da carteira *Trading* mais as exposições em moedas estrangeiras e *commodities* da carteira *Banking*) utilizam-se, respectivamente, a metodologia VaR (*Value at Risk* - Valor em Risco), considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias, sendo que as volatilidades são apuradas por meio de um modelo de alisamento exponencial - EWMA (Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas), e as metodologias definidas pelo Bacen para os riscos das posições sujeitas à variação nas taxas de juros, às exposições em moeda estrangeira e em ativos sujeitos à variação cambial, *commodities* e ações, que inclui o risco apurado pela metodologia VaR paramétrico para as operações prefixadas em reais, considerando um nível escolhido de 99% de intervalo de confiança e um horizonte de tempo de 10 dias. As volatilidades e correlações utilizadas para a apuração da parcela de risco referente às exposições sujeitas à variação de taxas de juros prefixadas da carteira de negociação são extraídas do sítio eletrônico do Bacen. Esse gerenciamento da carteira de negociação (*Trading*) e regulatória é realizado diariamente. Na mensuração do risco de mercado, as posições classificadas na carteira de negociação são marcadas a mercado utilizando metodologias de avaliação a mercado ou de avaliação por modelo de apreçamento amplamente aceitas no mercado.

O risco de taxas de juros da carteira bancária (*Banking*) é apurado pela abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o valor presente dos fluxos de caixa dos instrumentos classificados nesta carteira, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição, e pela abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII), que consiste em avaliações do impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado de intermediação financeira da carteira bancária da instituição, sob cenários de choque nas taxas de juros definidos pela Instituição.

Exposição ao Risco

Carteira de Negociação

Consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação ou destinadas a *hedge* de outros instrumentos da carteira de negociação, e que não estejam sujeitas à limitação da sua negociabilidade. As operações detidas com intenção de negociação são aquelas destinadas à revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, efetivos ou esperados, ou realização de arbitragem.

Exposição ao risco de mercado – Carteira de *Trading* e *Banking*

Apresentamos a seguir os valores médio, máximo e mínimo do VaR das operações prefixadas da carteira de negociação (VaR PRE), de todas as operações da carteira de negociação (VaR *Trading*) e das operações classificadas tanto na carteira de negociação quanto das operações classificadas na carteira bancária (VaR Global), nos quais foram considerados o intervalo de confiança de 99% e o horizonte de tempo de 10 dias. O risco de taxas de juros da carteira bancária é apurado considerando tanto a abordagem de valor econômico (*Economic Value of Equity* - EVE) quanto a abordagem de resultado de intermediação financeira (*Net Interest Income* – NII):

	31/12/2024			31/12/2023				
	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2024	Mínimo	Média	Máximo	31/12/2022
VaR PRE	-	-	-	-	62	90	152	69
VaR <i>Trading</i>	1.096	1.844	3.289	3.289	1.871	3.137	4.289	3.504
<i>Banking</i> (ΔEVE)	80.122	336.521	470.709	80.122	439.592	463.397	478.520	478.520
VaR Global	81.434	117.918	181.643	181.643	56.079	67.754	77.531	56.079

Posição de Contas Sujeitas a Risco de Moedas

	Dólar	Euro	Outras	Total
Ativo				
Caixa e Equivalentes de Caixa	933	-	-	933
Total	933	-	-	933
Posição Líquida	933	-	-	933

Análise de Sensibilidade

A análise de sensibilidade é um instrumento que permite a mensuração do impacto das variações de mercado, tais como: taxa de juros, cotações de moedas, ações e fundos de investimentos sobre os instrumentos financeiros do Banestes.

Trimestralmente, é realizada a análise de sensibilidade das exposições financeiras da carteira de negociação (*Trading*) e da carteira bancária (*Banking*) sujeitas ao risco de mercado.

Essas análises de sensibilidade são realizadas a partir da construção dos seguintes cenários que apresentam condições que poderiam afetar negativamente as posições:

Cenário 1: Situação provável: adotada como premissa a deterioração de 1% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 2: Situação possível: adotada como premissa a deterioração de 25% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

Cenário 3: Situação remota: adotada como premissa a deterioração de 50% nas variáveis de risco de mercado, considerando as condições existentes em em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023.

No quadro a seguir encontram-se sintetizados os resultados apurados:

Análise de Sensibilidade (Carteira Trading e Banking)

Fatores de Risco	31/12/2024			31/12/2023		
	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa de Juros Prefixada (PRE)	(2.246)	(55.675)	(110.280)	(2.167)	(53.711)	(106.509)
IPCA	(330)	(7.249)	(12.648)	(485)	(8.078)	(14.348)
Dólar	(9)	(233)	(466)	(6)	(149)	(299)

(*) Percentual de deterioração nas variáveis de risco de mercado.

Cabe mencionar que as carteiras *Trading* e *Banking* analisadas são compostas por títulos públicos e privados classificados contabilmente como valor justo por meio de outros resultados abrangentes, moedas estrangeiras classificadas contabilmente como Caixa e Equivalentes de Caixa e Outros Ativos/Passivos e cotas de fundos de investimento classificados contabilmente como em valor justo através do resultado.

O valor de exposição líquida desses elementos que compõem a carteira *Trading* e *Banking* submetidas à análise de sensibilidade encontram-se na tabela a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	14.136.715	19.910.836
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	398.685	361.174
Caixa e Equiv. de Caixa/ Depósitos interfinanceiros/Outros Ativos/ Passivos c/caract.de trading	933	596

Quadro de Análise de Sensibilidade

Fator de Risco	Cenário 1 Situação Provável 1% (*)	Cenário 2 Situação Possível 25% (*)	Cenário 3 Situação Remota 50% (*)
Taxa Prefixada de Juros	(1.033)	(25.336)	(49.602)
Índices de Preços	(335)	(7.249)	(12.648)
Moedas	(9)	(233)	(466)
Fundos	(910)	(22.747)	(45.494)

Gerenciamento de Capital

Visando a adotar uma postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado, o Banestes instituiu a sua Política de Gerenciamento de Capital, que representa um conjunto de ações elaboradas considerando os objetivos estratégicos da organização que, por meio de um processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição, ou seja, do Patrimônio de Referência, visa avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos de crédito, mercado e operacional ao qual está sujeita, além de elaborar um planejamento de metas e de necessidades de capital.

Destaca-se ainda que a estrutura de gerenciamento de capital do Banestes prevê mecanismos que possibilitem a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos pela Instituição, adoção de um plano de capital abrangendo o horizonte mínimo de três anos, realização de simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital, bem como a elaboração de relatórios gerenciais periódicos sobre a adequação do capital para a diretoria e para o conselho de administração.

Alocação de Capital

O conceito de Patrimônio de Referência foi instituído pelo Acordo da Basileia, implementado no Brasil pela Resolução CMN n.º 2.099/1994. O PR consiste no somatório do Nível I e do Nível II e representa a base de cálculo para verificar se o patrimônio de referência exigido está sendo observado.

Para a apuração do risco de crédito, os cálculos são realizados seguindo os preceitos da Resolução n.º 229/2022 do Banco Central do Brasil, na qual os ativos são ponderados por fatores que variam de 0% a 1.250%. Essa Circular estabelece um conjunto de regras para cálculo da Parcela dos Ativos Ponderados pelo Risco para Cobertura do Risco de Crédito – RWAcpad para as operações de crédito, levando em consideração os instrumentos mitigadores de risco, e para os demais ativos e despesas registradas no ativo da Instituição. Estabelece também as regras para cálculo do RWAcpad para os compromissos, como, por exemplo, no caso de cartão de crédito, cheque especial e conta garantida.

Por intermédio desses cálculos, o SFB gera as suas análises que o auxiliam a manter o patrimônio de referência compatível com o grau de risco de seus ativos, estando sempre alinhado a um índice mínimo de 10,5% conforme regulamento do Banco Central do Brasil.

Conforme Resolução n.º. 4.955/2021, o Patrimônio de Referência deve ser apurado com base no Conglomerado Prudencial.

Informamos os principais indicadores do BANESTES referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, calculado em conformidade com o Novo Acordo de Basileia:

	Banestes Consolidado	
	Prudencial	
	31/12/2024	31/12/2023
Patrimônio Líquido Ajustado	2.357.214	2.216.351
(-) Redução Ajustes Prudenciais	382.803	(240.657)
(-) Ativos Intangíveis	365.944	(213.737)
(-) Investimentos significativos em assemelhadas	13.464	(26.920)
(-) Créditos Tributários	3.395	-
Patrimônio de Referência (PR) (Nível I + Nível II)	1.974.411	1.975.694
Exposições ao Risco:		
Parcela exigida para cobertura do Risco de Crédito (RWAcpad)	11.733.546	11.298.925
Parcela exigida para cobertura do Risco Operacional (RWAopad)	2.354.758	2.198.795
Parcela exigida para cobertura do Risco de Mercado (RWAm pad)	2.565	37.149
Parcela exigida para cobertura do Risco de Serviços de Pagamento (RWAsp)	540	-
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	14.091.409	13.534.869
Margem sobre o PR considerando IRRBB¹ e ACP²	414.690	76.012
Índice de Basileia [(PR/RWA)*100]	14,01%	14,60%
Montante do PR apurado para Cobertura do Risco de Taxa de Juros das Operações não Classificadas na Carteira de Negociação (IRRBB)	80.122	478.520

(*) BANESTES Conglomerado Prudencial - composto pelas instituições financeiras BANESTES S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e BANESTES Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. preparado segundo norma contábil do Bacen (BrGaap).

¹ IRRBB é parcela de capital para cobertura do risco das operações sujeitas a variações de taxas de juros não classificadas na carteira de negociação.

² ACP - Adicional de Capital Principal.

6. SEGMENTOS DE NEGÓCIOS

Informações por segmento de negócios são apresentadas seguindo os segmentos definidos e utilizados pela Administração do SFB para gerenciar os negócios, bem como para a geração de relatórios gerenciais internos.

O SFB está dividido em dois segmentos:

- **Financeiro:** engloba os negócios das carteiras do Banco Múltiplo, da Gestão de Ativos que opera com as atividades de gestão de fundos do SFB e das atividades de administração e intermediação de títulos e valores mobiliários.
- **Seguros e Outros:** envolve as transações de seguros nos diversos ramos e previdência privada realizados com terceiros, pessoas físicas e jurídicas, além das atividades de administração e intermediação de seguros, previdência e capitalização. E resultado de fundo de investimento.

As informações por segmento de negócios correspondentes aos semestres findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 são as seguintes:

Demonstração do Resultado do Exercício por Segmento

Em 31 de dezembro de 2024:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros e Outros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.409.100	34.613	(88)	1.443.625
Resultado de Prestação de Serviços (1)	215.129	(20.391)	(8.012)	186.726
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	1.054	-	89	1.143
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	34.570	-	-	34.570
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	147.225	(142)	147.083
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(174.210)	10	-	(174.200)
Despesas de Pessoal (1)	(545.010)	(35.967)	-	(580.977)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	34.293	32.680	-	66.973
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	139.271	-	(139.271)	-
Provisões	(14.490)	(611)	-	(15.101)
Despesas Tributárias	(100.380)	(15.891)	-	(116.271)
Outras Despesas Administrativas (2)	(372.578)	(18.635)	8.579	(382.634)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(16.278)	1.333	(425)	(15.370)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	610.471	124.366	(139.270)	595.567
Impostos Correntes e Diferidos	(127.850)	(39.083)	-	(166.933)
Resultado Líquido do Exercício	482.621	85.283	(139.270)	428.634
Resultado do Exercício Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	482.621	85.283	(139.270)	428.634
Total do Ativo	37.272.915	589.092	(935.985)	36.926.022
Passivo	34.785.040	198.385	(370.951)	34.612.474

Em 31 de dezembro de 2023:

	Segmento Financeiro	Segmento Seguros	Eliminações	Total
Margem Financeira (2)	1.421.229	23.940	-	1.445.169
Resultado de Prestação de Serviços (1)	206.753	(30.196)	(7.125)	169.432
Resultado de Ativos Financeiros a Valor Justo por meio do Resultado	(878)	-	-	(878)
Resultado de Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	(9)	-	-	(9)
Resultado de Seguros e Previdência (1)	-	145.747	(158)	145.589
Resultado de Operações de Câmbio e Var. Cambial	62	-	-	62
Resultado de Perdas com <i>Impairment</i> de Ativos Financeiros	(307.090)	(82)	-	(307.172)
Despesas de Pessoal (1)	(491.095)	(33.654)	-	(524.749)
Resultado de Alienação de Ativos Não Correntes Mantidos para Venda, Propriedade para Investimentos e Imobilizado	584	18.793	-	19.377
Resultado de Equivalência Patrimonial (2)	101.881	-	(101.881)	-
Provisões	(37.610)	(762)	-	(38.372)
Despesas Tributárias	(96.824)	(12.846)	-	(109.670)
Outras Despesas Administrativas (2)	(318.025)	(15.620)	7.384	(326.261)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais (2)	(42.479)	1.266	1.424	(39.789)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	436.499	96.586	(100.356)	432.729
Impostos Correntes e Diferidos	(74.985)	(33.941)	-	(108.926)
Resultado Líquido do Exercício	361.514	62.645	(100.356)	323.803
Resultado do Exercício Atribuível aos:				
Acionistas Controladores	361.514	62.645	(100.356)	323.803
Total do Ativo	41.628.306	417.961	(633.267)	41.413.000
Passivo	39.390.507	129.192	(227.517)	39.292.182

As eliminações entre o BANESTES S.A. e as empresas controladas referem-se:

- (1) Ao convênio de cooperação técnica cobrados de acordo com contratos mantidos entre as partes e pela utilização de estrutura física e de pessoal para as operações de corretagens, capitalização e seguros.
- (2) Aos lucros das Controladas, Juros sobre Capital Próprio e Dividendos recebidos pelas empresas, taxa de administração do FUNDO VGBL e resultado com imóveis.

7. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS A VALOR JUSTO POR NÍVEIS DE HIERARQUIAS

Os instrumentos financeiros a valor justo são classificados em três níveis:

Nível 1: Instrumentos financeiros a valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos, incluem títulos da dívida pública e ações de companhias abertas.

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: registra ativos ou passivos financeiros nos quais não são utilizados dados observáveis de mercado para fazer a mensuração. Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023 o SFB não possui instrumentos financeiros classificados nesse nível.

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o SFB atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos.

	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor Justo			Valor Justo		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio do Resultado	-	398.683	398.683	-	423.311	423.311
Cotas de Fundos de Investimento	-	398.683	398.683	-	423.311	423.311
Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	14.162.962	83.826	14.246.788	19.818.587	119.091	19.937.678
Cotas de Fundos de Investimento	-	59.012	59.012	-	26.842	26.842
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	13.076.796	-	13.076.796	18.387.538	-	18.387.538
Letras Financeiras	-	20.466	20.466	-	42.558	42.558
Debêntures	1.027.154	63.360	1.090.514	1.431.049	46.691	1.480.740

Não houve transferências de níveis entre os ativos financeiros para os períodos apresentados.

O valor de mercado dos Títulos Públicos Federais (LFT's, LTN's e NTN's), das Debêntures são obtidos a partir dos preços de mercado secundário, divulgado pela ANBIMA e/ou precificados por metodologia própria, observando os dados de mercado. O valor de mercado das Letras Financeiras é obtido a partir dos preços do mercado secundário ou valores divulgados pelos emissores e/ou precificado por metodologia própria, observando os dados de mercado. Para as Cotas de Fundo de Investimento o valor de mercado é obtido pelo valor da cota divulgado pelo próprio administrador do fundo. Os CRI's tem seu valor de mercado obtido através de metodologia própria, que precifica o ativo a partir de dados observados no mercado.

8. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Classificação contábil e valor justo - a tabela a seguir apresenta a classificação do Sistema Financeiro BANESTES das classes de ativos e passivos financeiros e o seu valor justo.

	31/12/2024				31/12/2023			
	Valor Contábil	Valor Justo			Valor Contábil	Valor Justo		
		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2		Total do Valor Justo	Nível 1	Nível 2
Instrumentos de Dívida	3.638.295	3.586.986	2.701.446	885.540	6.740.189	6.567.602	5.359.575	1.208.027
Créditos a Inst. Financeiras	4.454.961	4.454.961	-	4.454.961	2.599.165	2.599.165	-	2.599.165
Empréstimos e Recebíveis	11.285.113	11.285.113	-	11.285.113	9.039.165	9.039.165	-	9.039.165
Depósitos de Clientes (1)	22.841.860	22.464.175	-	22.464.175	22.383.278	22.380.663	-	22.380.663
Recursos de Inst.Financeiras(2)	8.917.652	8.917.652	-	8.917.652	14.642.959	14.642.959	-	14.642.959
Títulos de Dívida Emitidos	1.125.357	1.125.357	-	1.125.357	679.925	679.925	-	679.925

(1) Referem-se a depósitos à vista, poupança e a prazo.

(2) Recursos de Instituições Financeiras referem-se a operações compromissadas de liquidez imediata, depósitos e repasses.

9. DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL

a. Caixa e Equivalentes de Caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Disponibilidades	169.584	157.808
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (*)	4.120.768	1.656.332
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	1.411.307	376.250
Letras do Tesouro Nacional – LTN	576.302	679.999
Notas do Tesouro Nacional – NTN	2.133.159	600.083
Depósitos Compulsórios no Banco Central do Brasil	106.000	44.000
Aplicações Voluntárias no Banco Central	106.000	44.000
Total	4.396.352	1.858.140

(*) Operações cujo vencimento na data da efetiva aplicação for inferior a 90 dias.

b. Reservas no Banco Central

Estão compostas por créditos vinculados representados por cumprimento da exigibilidade dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e outros depósitos, como demonstrado a seguir:

	Forma de Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos à Vista e Outros Recursos	Sem Remuneração	101.973	121.152
Depósitos de Poupança	Índice de Poupança	922.293	835.640
Pagamentos Instantâneos - PIX	Sem Remuneração	88.696	105.495
Aplicações Voluntárias no Banco Central	SELIC	106.000	44.000
Total		1.218.962	1.106.287

10. ATIVOS FINANCEIROS - INSTRUMENTOS DE DÍVIDA E PATRIMONIAIS E CRÉDITOS A INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS
a. Classificação

31/12/2024							
Categoria/Papel	sem vencido.	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	-	1.409	114.161	128.427	31.766	122.920	398.683
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	-	1.409	114.161	128.427	31.766	122.920	398.683
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	59.012	2.951.142	26.152	803.701	230.701	10.161.789	14.232.497
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.952.530	-	30.596	-	10.093.670	13.076.796
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	10.182	10.284	-	-	20.466
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	59.012	-	-	-	-	-	59.012
Debêntures	-	-	16.095	768.573	232.435	73.411	1.090.514
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.388)	(125)	(5.752)	(1.734)	(5.292)	(14.291)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	4.292.625	1.709.870	1.230.411	673.437	186.913	8.093.256
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	4.129.914	1.213.586	671.419	260.370	47.177	6.322.466
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	164.707	456.254	354.838	18.744	-	994.543
Debêntures	-	-	38.405	204.772	394.637	81.310	719.124
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	2.476	-	-	58.513	60.989
Outros Títulos	-	-	-	-	2	1	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.996)	(851)	(618)	(316)	(88)	(3.869)

31/12/2023							
Categoria/Papel	sem vencido	até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR)	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	62.138	4.358	71.280	109.260	153.151	23.124	423.311
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	26.842	2.641	158.363	3.251.555	4.659.745	11.827.579	19.926.725
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	-	14.269	2.680.351	3.988.175	11.704.743	18.387.538
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	-	22.033	20.525	-	-	42.558
Aplicações em Cotas de Fundos de Investimento	26.842	-	-	-	-	-	26.842
Debêntures	-	2.645	122.267	552.803	674.487	128.538	1.480.740
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(4)	(206)	(2.124)	(2.917)	(5.702)	(10.953)
Mensurados ao custo amortizado (CA)	-	2.423.688	3.567.522	2.389.307	501.758	457.079	9.339.354
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	-	2.379.145	2.642.075	1.468.829	261.752	307.332	7.059.133
Títulos de Dívida de Emissores Privados	-	37.967	849.110	722.460	19.989	-	1.629.526
Debêntures	-	7.801	78.008	194.525	220.260	91.352	591.946
Certificados de Recebíveis Imobiliários	-	-	-	4.582	-	58.619	63.201
Outros Títulos	-	-	-	-	-	3	3
Perda de Valor Recuperável (<i>Impairment</i>)	-	(1.225)	(1.671)	(1.089)	(243)	(227)	(4.455)

b. Ganhos e Perdas não Realizados de Ativos Financeiros Mensurados através de Outros Resultados Abrangentes

	Saldo 31/12/2023	Ganho		Perda		Impostos	Saldo 31/12/2024
		Não Realizado					
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(6.116)	84.651	(125.424)	15.411		(31.478)	

c. Composição do *impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito das Instituições Financeiras

Ativos financeiros ao VJORA	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Instrumento de Dívida e Patrimônio	(14.291)	-	-	(14.291)	(10.953)	-	-	(10.953)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(6.056)	-	-	(6.056)	(8.545)	-	-	(8.545)
Notas Financeiras do Tesouro – NTN	(90)	-	-	(90)	(100)	-	-	(100)
Debêntures	(8.135)	-	-	(8.135)	(2.288)	-	-	(2.288)
Letras Financeiras	(10)	-	-	(10)	(20)	-	-	(20)
Total	(14.291)	-	-	(14.291)	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	31/12/2024				31/12/2023			
	Estágios			Total	Estágios			Total
	1º	2º	3º		1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras	(2.103)	-	-	(2.103)	(1.283)	-	-	(1.283)
Aplicações no Mercado Aberto	(1.937)	-	-	(1.937)	(778)	-	-	(778)
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	(166)	-	-	(166)	(505)	-	-	(505)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio	(1.766)	-	-	(1.766)	(3.172)	-	-	(3.172)
Letras Financeiras do Tesouro – LFT	(766)	-	-	(766)	(2.279)	-	-	(2.279)
Notas Financeiras do Tesouro - NTN	(288)	-	-	(288)	(216)	-	-	(216)
Títulos Públicos Federais - CVS	(33)	-	-	(33)	(47)	-	-	(47)
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	(29)	-	-	(29)	(30)	-	-	(30)
Debêntures	(338)	-	-	(338)	(278)	-	-	(278)
Letras Financeiras	(295)	-	-	(295)	(322)	-	-	(322)
Nota Comercial	(17)	-	-	(17)	-	-	-	-
Total	(3.869)	-	-	(3.869)	(4.455)	-	-	(4.455)

d. Movimentação do *Impairment* dos Instrumentos de Dívidas e Crédito a Instituições Financeiras

Em 31 de dezembro de 2024:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)
Novos ativos financeiros originados	8.728	-	-	8.728
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.175)	-	-	(11.175)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(891)	-	-	(891)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(14.291)	-	-	(14.291)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Novos ativos financeiros originados	10.572	-	-	10.572
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.461)	-	-	(11.461)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	19	-	-	19
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(2.103)	-	-	(2.103)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.975	-	-	2.975
Estorno de provisão de operações liquidadas	(387)	-	-	(387)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(1.132)	-	-	(1.132)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	(1.766)	-	-	(1.766)

Em 31 de dezembro de 2023:

Ativos financeiros ao VJORA	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(6.845)	-	-	(6.845)
Novos ativos financeiros originados	5.953	-	-	5.953
Estorno de provisão de operações liquidadas	(11.453)	-	-	(11.453)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	1.392	-	-	1.392
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(10.953)	-	-	(10.953)

Ativos financeiros ao custo amortizado	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Créditos a Instituições Financeiras				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(2.407)	-	-	(2.407)
Novos ativos financeiros originados	(853)	-	-	(853)
Estorno de provisão de operações liquidadas	1.831	-	-	1.831
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	196	-	-	196
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(1.233)	-	-	(1.233)
Instrumentos de Dívida e Patrimônio				
Saldos em 31 de dezembro de 2022	(3.002)	-	-	(3.002)
Transferência do Estágio 1 para Estágio 3	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados	2.334	-	-	2.334
Estorno de provisão de operações liquidadas	(2.456)	-	-	(2.456)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	(98)	-	-	(98)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	(3.222)	-	-	(3.222)

e. Ativos Financeiros Vinculados

Refere-se a ativos vinculados à garantia de certas operações de câmbio, operações de cartão de crédito e operações de seguro.

	31/12/2024	31/12/2023
Títulos de Dívida de Emissores Públicos	123.623	111.414
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	123.623	111.414
Vinculados a Provisões Técnicas de Seguros - Nota 22.c	121.328	139.214
Títulos de Renda Fixa - Públicos	121.328	139.214

11. ATIVOS FINANCEIROS - EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	31/12/2024			31/12/2023		
	Bruto	Impairment	Líquido	Bruto	Impairment	Líquido
Cartões	688.544	(31.568)	656.976	645.856	(39.981)	605.875
Crédito comercial	3.268.183	(154.327)	3.113.856	2.621.361	(203.120)	2.418.241
Imobiliário	2.828.256	(43.756)	2.784.500	2.177.568	(54.804)	2.122.764
Industrial	7.345	(147)	7.198	1.334	(6)	1.328
Pessoal	3.776.547	(62.968)	3.713.579	3.282.258	(77.897)	3.204.361
Renegociação	326.693	(164.154)	162.539	300.956	(101.329)	199.627
Rural	863.159	(16.694)	846.465	499.368	(12.399)	486.969
Total	11.758.727	(473.614)	11.285.113	9.528.701	(489.536)	9.039.165

Movimentação do Impairment
Em 31 de dezembro de 2024:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024	75.556	216.786	197.194	489.536
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(1.261)	9.765	-	8.504
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.077)	-	41.150	40.073
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(32.345)	76.330	43.985
Estágio 2 para o Estágio 1	27.863	(129.048)	-	(101.185)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	492	(2.237)	(1.745)
Estágio 3 para o Estágio 1	1.373	-	(28.612)	(27.239)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	89.134	5.108	79.814	174.056
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	3.733	(3.967)	1.766	1.532
Estorno de provisão de contratos liquidados	(7.708)	(32.158)	(114.037)	(153.903)
Total dos movimentos com impactos no resultado	187.613	34.633	251.368	473.614
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024	187.613	34.633	251.368	473.614

Em 31 de dezembro de 2023:

	Estágios			Total
	1º	2º	3º	
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2022	41.970	159.270	170.429	371.669
Movimentos com impactos no resultado:				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	(6.494)	48.196	-	41.702
Estágio 1 para o Estágio 3	(1.030)	-	50.458	49.428
Estágio 2 para o Estágio 3	-	(13.255)	51.445	38.190
Estágio 2 para o Estágio 1	1.971	(28.541)	-	(26.570)
Estágio 3 para o Estágio 2	-	1.172	(9.926)	(8.754)
Estágio 3 para o Estágio 1	180	-	(5.131)	(4.951)
Novos ativos financeiros originados ou comprados	39.721	108.307	47.637	195.665
Mudanças nas PDs, LGDs, EADs	8.724	(22.022)	(9.387)	(22.685)
Estorno de provisão de contratos liquidados	(9.486)	(36.341)	(98.331)	(144.158)
Total dos movimentos com impactos no resultado	75.556	216.786	197.194	489.536
Perda Esperada em 31 de dezembro de 2023	75.556	216.786	197.194	489.536

Composição por vencimento

	31/12/2024	31/12/2023
Total Vencimento e Direcionamento dos Empréstimos e Recebíveis	11.758.727	9.528.701
Prestações Vencidas	85.214	76.894
A partir de 15 dias	85.214	76.894
Prestações a Vencer	11.673.513	9.451.807
Até 90 dias	1.167.441	974.689
De 91 a 360 dias	2.237.452	1.943.399
Acima de 360 dias	8.268.620	6.533.719

12. ATIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

12.1. Impostos Correntes e Diferidos

	31/12/2024		31/12/2023	
	IR	CS	IR	CS
Resultado antes da Trib. e Participações	624.952	624.952	529.373	592.373
Encargo de Imp. de Renda e Contr. Social às Alíquotas Vigentes	(156.238)	(124.990)	(148.094)	(118.474)
Ajustes aos Encargos de Imposto de Renda e Contr. Social				
Juros sobre o Capital Próprio	37.925	30.340	35.830	28.665
Resultado de Equivalência Patrimonial	32.860	24.389	24.370	18.236
Adições (exclusões) de caráter permanente	(1.838)	9.518	891	9.204
Adições (exclusões) de caráter temporário	(450)	(363)	16.084	12.849
Total dos Valores Devidos	(87.741)	(61.106)	(70.919)	(49.520)
Realização da Reserva de Reavaliação	691	553	56	48
Incentivos Fiscais	4.332	-	4.056	-
Despesa de Imp. de Renda e Contr. Social Corrente	(82.718)	(60.553)	(66.807)	(49.472)
Receitas (Despesas) de Imp. De Renda e Contr. Social Diferida	(498)	(384)	(1.638)	(1.291)
Ativo Fiscal Diferido	(12.730)	(10.050)	5.566	4.710
Insuficiência (Superveniência) de Depreciação Arrend. Mercantil	-	-	6	-
Total da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social	(95.946)	(70.987)	(62.873)	(46.053)

* A alíquota efetiva de IR e CS é de 37,89% e 25,17% para o acumulado de doze meses de 2024 e 2023, respectivamente.

12.2. Movimentação dos Saldos do Crédito Tributário

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2024
Refletidos no Resultado				
Diferenças Temporárias				
Provisão para Devedores Duvidosos	222.915	127.849	(149.541)	201.223
Ações Trabalhistas	29.072	10.532	(11.052)	28.552
Ações Cíveis	29.728	2.823	(5.243)	27.308
Contingências Fiscais	20.051	1.228	(3.588)	17.691
Outras Contingências	14.897	53.244	(53.826)	14.315
Ajustes de IFRS*	(4.111)	(16.093)	8.648	(11.556)
Total de Adições Temporárias	312.552	179.583	(214.602)	277.533
Crédito Tributário Não Corrente	1.346	(404)	586	1.528
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	313.898	179.179	(214.016)	279.061
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor de Mercado – VJORA	15.042	55.918	(41.503)	29.457
Total de Créditos Tributários Refletidos no Resultado	15.042	55.918	(41.503)	29.457
Total Geral dos Créditos Tributários	328.940	235.097	(255.519)	308.518
Total dos Créditos Tributários Ativados	328.940	235.097	(255.519)	308.518

* Composto pelo efeito fiscal dos ajustes em IFRS.

a. Saldos da Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos e sua Movimentação

	Saldo em 31/12/2023	Constituição	(Realização)	Saldo em 31/12/2024
Refletidos no Resultado				
Superveniência de Depreciação de <i>Leasing</i>	-	-	-	-
Diferenças Temporárias	19.402	2.194	(1.312)	20.284
Refletidos no Patrimônio Líquido				
Ajustes ao Valor Justo – Tít. Disp. P/Venda	17.442	19.206	(36.609)	39
Reserva de Reavaliação de Imóveis	549	-	(1.244)	(695)
Total Geral dos Débitos Tributários	37.393	21.400	(39.165)	19.628

b. Expectativa de Realização do Crédito Tributário

	Crédito Tributário Ativado				
	Adições Temporárias		Prejuízo Fiscal e Base Negativa		Total
	IR	CSLL	Prejuízo Fiscal	Base Negativa CSLL	Ativado
2025	31.733	25.844	-	-	57.578
2026	27.931	22.345	-	-	50.276
2027	32.641	25.387	-	-	58.027
2028	19.980	15.985	-	-	35.965
2029	14.305	11.444	-	-	25.749
2030 a 2034	44.957	35.966	-	-	80.923
Total	171.547	136.971	-	-	308.518
Valor Presente	135.646	108.332	-	-	243.978
Valor Presente em 31/12/2023	150.210	120.315	-	-	270.526

13. OUTROS ATIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Depósitos Judiciais dados em Garantia	195.558	193.040
Depósitos Trabalhistas	41.297	42.081
Depósitos Cíveis	52.177	47.706
Depósitos Fiscais (Nota 20)	99.978	101.623
Depósitos de Sinistros	1.710	1.231
Outros Depósitos	396	399
Impostos e Contribuições a Compensar	14.370	37.363
Pagamentos a Ressarcir	30.943	21.695
Serviços Prestados a Receber	3.106	2.457
Adiantamentos e Antecipações Salariais	6.536	6.026
Adiantamentos para Pagamentos	26.303	23.563
Arrendamentos Operacionais a Receber	14	14
Despesas Antecipadas	68.024	87.283
Participações Pagas Antecipadamente	18.083	17.218
Relações Interfinanceiras e Interdependências (a)	112.534	127.753
Devedores Diversos - País	109.008	97.794
Outros Ativos	7.930	7.415
Total	592.409	621.621

a. Relações Interfinanceiras e Interdependências

	Forma de Remuneração	31/12/2024	31/12/2023
Relações Interfinanceiras		112.534	127.753
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	Sem Remuneração	4.612	123
Sistema Financeiro da Habitação		100.459	121.907
SFH - FGTS a Ressarcir	Índice de Poupança	3.711	3.202
SFH - Fundo de Compensação das Variações Salariais	TR + Juros	108.462	130.419
Provisão p/ Perdas com FCVS	Sem Remuneração	(11.714)	(11.714)
Correspondentes	Sem Remuneração	7.463	5.723
Total das Relações Interfinanceiras e Interdependências		112.534	127.753

14. ATIVOS NÃO CORRENTES MANTIDOS PARA VENDA

	31/12/2024	31/12/2023
Custo de aquisição		
Saldo no Início Do Exercício	65.707	62.431
Aquisições	45.883	32.331
Alienações / Baixas	(63.819)	(29.055)
Transferências	139	-
Total	47.910	65.707
Desvalorização de Ativos Mantidos para Venda		
Saldo no Início do Exercício	(1.888)	(834)
Desvalorização	(15.372)	(4.297)
Baixas / Alienações	15.754	3.243
Total	(1.506)	(1.888)
Resultado Líquido	46.404	63.819

15. ATIVOS IMOBILIZADOS E DE ARRENDAMENTOS

	Terrenos e Edificações	Instalações e Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	Móveis e Equipamentos	Equipamentos de Processamento de Dados	Equipamentos de Comunicação, Segurança e Transporte	Outros	Imobilizado de Arrendamento(*)	Total
Custo de Aquisição								
Saldo em 31/12/2023	10.648	54.649	32.445	107.751	23.542	7.686	147.819	384.540
Aquisições	-	7.258	10.952	5.740	49.739	170	27.956	101.815
Alienações/ Baixas	(6.598)	(509)	(502)	(2.546)	(49.145)	-	(73.977)	(133.277)
Transferências	-	(139)	(9.448)	9.317	1.041	-	-	771
Saldo Final em 31/12/2024	4.050	61.259	33.447	120.262	25.177	7.856	101.798	353.849
Depreciação								
Saldo em 31/12/2023	(5.360)	(27.741)	(17.948)	(84.252)	(12.161)	(5.787)	(67.550)	(220.799)
Depreciação do Período	(125)	(4.974)	(1.551)	(8.641)	(2.727)	(536)	(24.336)	(42.890)
Baixas/Alienações	3.078	27	489	2.532	130	-	67.550	73.806
Saldo Final em 31/12/2024	(2.407)	(32.688)	(19.010)	(90.361)	(14.758)	(6.323)	(24.336)	(189.883)
Saldo Líquido Final em 31/12/2024	1.643	28.571	14.437	29.901	10.419	1.533	77.462	163.966
Saldo Líquido em 31/12/2023	5.288	26.908	14.497	23.499	11.381	1.899	80.269	163.741

(*) O imobilizado de arrendamento é composto majoritariamente por contratos de aluguel de imóveis.

16. ATIVOS INTANGÍVEIS

	Sistemas de Processamento de Dados	Sistemas de Comunicação e de Segurança	Licenças e Direitos Autorais e de Uso	Outros (*)	Total
Custo de Aquisição					
Saldo em 31/12/2023	165.051	12.127	139.490	68.889	385.557
Aquisições	32.971	-	154.256	34.323	221.550
Alienações / Baixas	(3)	-	(64)	-	(67)
Transferências	16.331	-	-	(17.241)	(910)
Saldo Final em 31/12/2024	214.350	12.127	293.682	85.971	606.130
Depreciação					
Saldo em 31/12/2023	(89.522)	(7.055)	(72.307)	-	(168.884)
Amortização do Período	(20.711)	(878)	(35.743)	-	(57.332)
Baixas / Alienações	3	-	-	-	3
Transferências					
Saldo Final em 31/12/2024	(110.230)	(7.933)	(108.050)	-	(226.213)
Saldo Líquido Final em 31/12/2024	104.120	4.194	185.632	85.971	379.917
Saldo Líquido em 31/12/2023	75.529	5.072	67.183	68.889	216.673

(*) O Outros é composto majoritariamente por ativos em desenvolvimento.

17. RECURSOS DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
No País:	8.917.652	14.642.959		
Depósitos à Vista	911	8.237		
Operações Compromissadas	8.691.325	14.304.994	12,02% e 12,15% a.a	11,65% a.a
Obrigações por Repasses:	192.895	86.609		
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	185.557	85.345		
BNDES	-	6		
Finame	7.338	1.258		
Depósitos Interfinanceiros	32.521	243.119	10,50% e 12,15% a.a	10,80% e 11,65% a.a
Total	8.917.652	14.642.959		
Composição por Vencimento				
Exigível à Vista	911	8.237		
Exigível a Prazo	8.916.741	14.634.722		
Até 90 dias	8.775.872	14.387.421		
De 91 a 360 dias	117.077	239.968		
Acima de 360 dias	23.792	7.333		
Total	8.917.652	14.642.959		

Os passivos financeiros denominados de "Recursos de instituições financeiras" são mensurados inicialmente ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado, utilizando-se do método da taxa efetiva de juros.

18. DEPÓSITOS DE CLIENTES - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
Depósitos à Vista	983.072	1.315.050		
Depósitos a Prazo	17.214.632	16.847.763	0,57% a 100,00% CDI	0,57% a 100,00% CDI
Depósitos de Poupança	4.644.156	4.220.465	0,55% e 0,61% a.m	0,52% e 0,63% a.a
Outros	-	-		
Total	22.841.860	22.383.278		
Composição por prazo de vencimento				
Exigível à Vista	9.681.063	9.791.103		
Exigível a Prazo	13.160.797	12.592.175		
Até 90 dias	415.932	55.107		
De 91 a 360 dias	1.226.028	1.345.532		
Acima de 360 dias	11.518.837	11.191.536		
Total	22.841.860	22.383.278		

Os passivos financeiros denominados de "Depósitos de clientes" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

19. TÍTULOS DE DÍVIDA EMITIDOS - AO CUSTO AMORTIZADO

	31/12/2024	31/12/2023	Taxas mínimas e máximas 31/12/2024	Taxas mínimas e máximas 31/12/2023
Letras de Crédito Imobiliário	573.341	339.670	80,00% e 96,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Letras de Agronegócio	552.016	340.255	80,00% e 96,00% CDI	80,00% e 92,00% CDI
Total	1.125.357	679.925		
Composição por prazo de vencimento				
Até 90 dias	42.824	387.576		
De 91 a 360 dias	514.529	292.349		
Acima de 360 dias	568.004	-		
Total	1.125.357	679.925		

Os passivos financeiros denominados de "Títulos de dívida emitidos" são mensurados, inicialmente, ao valor justo e, subsequentemente, pelo seu custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros.

20. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a. Ativos Contingentes

Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, a menos que a probabilidade de êxito seja praticamente certa. Não existem processos ativos cuja perspectiva de êxito é praticamente certa ou provável, que devam ser registrados.

b. Passivos Contingentes

O SFB é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista, decorrentes do curso normal de suas atividades.

As provisões foram constituídas considerando a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, para os processos com probabilidade de perda avaliada como provável.

A Administração do SFB entende que a provisão constituída é suficiente para atender perdas decorrentes dos respectivos processos, cujo saldo e movimentação são as seguintes:

Natureza	31/12/2024					31/12/2023				
	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Outras	Total
Saldo em 31/12/2023	64.611	66.184	45.070	314	176.179	63.343	66.709	54.302	270	184.624
Constituições/Atualizações	23.464	6.225	2.777	811	33.277	46.408	11.498	7.125	497	65.528
Pagamentos/Reversões	(24.558)	(11.602)	(7.957)	(692)	(44.809)	(45.140)	(12.023)	(16.530)	(453)	(74.146)
Saldo Atual	63.517	60.807	39.890	433	164.647	64.611	66.184	44.897	314	176.006

c. Processos Trabalhistas

São ações ajuizadas por empregados e ex-empregados, visando a obter indenizações de natureza trabalhista. A provisão é realizada de acordo com a classificação de perda provável das ações trabalhistas no último dia útil de cada mês do ano corrente. Quanto aos processos com pedido de indenização em decorrência de dispensa discriminatória, baseada na Resolução 696 (Normativo interno do Sistema Financeiro BANESTES), foi provisionado o percentual de 72,69% em todos os processos, considerando a média de pagamentos desta matéria. Em 31 de dezembro de 2024, o SFB possuía provisão trabalhista de R\$ 63.517 (R\$ 64.611 em 31/12/2023) sendo que se encontrava registrado, na mesma data, em depósito judicial R\$ 37.807 (R\$ 38.134 em 31/12/2023) e em depósito recursal a importância de R\$ 3.490 (R\$ 3.947 em 31/12/2023).

d. Processos Cíveis

São demandas que têm por objetivo pedidos de indenização por danos morais e materiais. No que se refere aos pedidos de indenização por dano moral, na maioria das vezes, são relativos a protestos abusivos, devolução indevida de cheques e registro indevido de dívidas nos órgãos de proteção ao crédito.

As questões discutidas nas ações, normalmente não constituem eventos capazes de causar impacto representativo no resultado econômico e financeiro da Instituição. Estas ações tramitam perante Juizados Especiais Cíveis, nos quais os pedidos são limitados em 40 salários mínimos, e também na Justiça Comum.

A provisão é realizada de acordo com o histórico de condenações pelo tipo de pedido existente nos processos. O valor provisionado é resultado da aplicação do percentual obtido com a média aritmética ponderada dos percentuais de variação entre o valor do pedido corrigido e o valor de condenação dos processos existentes no banco de sentença.

e. Processos Fiscais

O SFB discute judicialmente a exigência de alguns tributos originários de lançamentos, multas e autuações pelos órgãos fiscalizadores.

Os advogados da Instituição utilizam os critérios de natureza das ações, atualização de cada ação e posicionamento de nossos tribunais onde as referidas ações são classificadas conforme a possibilidade de perda em: provável, possível e remota.

Assim, demonstramos a seguir as provisões constituídas para riscos fiscais, segregadas por tipo de tributo e, caso aplicável, o respectivo depósito judicial:

Natureza – Fiscal	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósito Judicial	Provisão	Depósito Judicial
INSS - Diversas NFLD (1)	10.487	60.336	13.305	57.348
IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/91 (2)	26.059	36.037	24.619	40.915
Honorários - Diversas Ações	3.344	-	6.384	-
Outros	-	3.605	589	3.360
Total	39.890	99.978	44.897	101.623

(1) Contribuições Previdenciárias e Terceiros - Ações judiciais que visam afastar as autuações fiscais que versam sobre Contribuições Previdenciárias, Terceiros e descumprimento de obrigação acessória com relação a Guia de Recolhimento do FGTS e de Informações à Previdência Social - GFIP.

(2) **IRPJ, ILL e CSLL - Lei n.º 8.200/1991** - Ação judicial com pedido de dedução integral da diferença havida entre o IPC e o BTN, nos índices de correção monetária das Demonstrações Financeiras para efeitos fiscais e societários, reconhecida pela Lei n.º 8.200/1991, no percentual de 84,32%, na apuração do lucro real do ano-base de 1992, Exercício 1993, e na base de cálculo do imposto de renda sobre o lucro líquido e da contribuição social sobre o lucro. O processo transitou em julgado e atualmente encontra-se em fase liquidação de sentença, e foi levantado em favor do BANESTES, parte do depósito judicial no valor de R\$ 7.102 já reconhecido pela União.

f. Passivos Contingentes Classificados como Riscos de Perdas Possíveis

O Sistema Financeiro BANESTES mantém sistema de acompanhamento para todos os processos judiciais e administrativos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais nos quais figura como “autor” ou “réu” e, amparado na opinião dos assessores jurídicos e/ou da Superintendência Jurídica, classifica as ações de acordo com sua chance de êxito quando estiver no polo ativo e risco de perda quando figurar no polo passivo. Nesse contexto, os processos contingentes do polo passivo avaliados como riscos de perdas possíveis, estão demonstrados a seguir:

Processos Trabalhistas - As contingências trabalhistas com probabilidade de perda possível são ações referentes a equiparações salariais, horas extras, danos morais e materiais, supressão de função, reintegrações, dentre outras verbas. Os valores destas contingências totalizam R\$ 11.587 (R\$ 26.453 em 31/12/2023).

Processos Cíveis - Das ações com estas características, o valor total é de R\$ 346.381 (R\$ 582.901 em 31/12/2023) sendo que as mais relevantes representam R\$ 39.556 (R\$ 193.181 em 31/12/2023).

Processos Fiscais - Os valores totais dos processos que representam possibilidade de redução do ativo e perfazem um montante de R\$ 22.502 (R\$ 21.132 em 31/12/2023) referentes a questionamentos judiciais de cunho tributário.

21. OUTROS PASSIVOS

	31/12/2024	31/12/2023
Passivo de Contratos de Arrendamento (a)	77.650	84.562
Impostos a Recolher	40.897	35.305
Obrigações por Aquisição de Bens	58.427	32.632
Obrigações por Prestação de Serviço de Pagamento	138.578	128.116
Obrigações Sociais e Estatutárias	91.595	74.908
Operações de Cartões de Crédito	-	3.202
Pagamentos a Efetuar	125.839	77.426
Receita Diferida	3.437	7.341
Recursos em Trânsito de Terceiros	11.999	17.412
Relações Interfinanceiras	586.531	533.405
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas	37	4
Credores por Recursos a Liberar	79.876	98.195
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	27.292	43.116
Obrigações por Transações de Pagamentos	33	36
Obrigações por Convênios Oficiais	35.927	24.958
Credores Diversos - País	142.719	107.325
Outros Passivos	42.498	33.447
Total	1.463.335	1.301.390
Total Passivo Circulante	1.368.102	1.220.630
Total Passivo Não Circulante	95.233	80.760

a. Composição de Vencimento do Passivo de Arrendamento

	31/12/2024	31/12/2023
até 1 ano	24.981	26.953
de 1 ano a 5 anos	45.025	50.182
acima de 5 anos	7.644	7.427
Total	77.650	84.562

22. OPERAÇÕES DE SEGUROS

a. Passivo para cobertura remanescente

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	180.694	173.843	354.537
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(58.458)	(31.537)	(89.995)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(333)	-	(333)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	47.982	31.575	79.557
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	20.739	(372.966)	(352.227)
Saldo Final em 31/12/2024	95.236	(86.706)	8.530

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Saldo Inicial em 31/12/2022	17.359	(3.060)	14.299
(+) Prêmios Recebidos de Seguros	226.119	245.545	471.664
(-) Pagto Custo de Aquisição Seguros (Comissões)	(47.066)	(45.614)	(92.680)
(-) Pagto Prêmios Restituídos de Seguros	(441)	-	(441)
(+) Custo de Aquisição (Comissões) Reconhecimento como Despesa	71.125	4.847	75.972
(-) Valor Reconhecido como Receita de Seguros	(362.484)	(89.339)	(451.823)
Saldo Final em 31/12/2023	(95.388)	112.379	16.991

b. Passivos de contratos de resseguros mantidos

Em dezembro de 2024:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2023	8.951
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	2.564
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	-
Saldo Final em 31/12/2024	11.515

Em dezembro de 2023:

Movimentação do grupo de contas	Ramo
	Pessoas
Saldo Inicial em 31/12/2022	8.902
(+) Despesa Reconhecidas de Prêmios de Resseguros Líquido Comissões	13.309
(-) Prêmios de Resseguros Pagos no Período	(13.260)
Saldo Final em 31/12/2023	8.951

c. Passivos para sinistros ocorridos líquido resseguro
Em dezembro de 2024:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.718	20.682	54.400
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(20.304)	(4.659)	(24.963)
Saldo Final Ajustado	13.414	16.023	29.437

Em dezembro de 2023:

	Agrupamento de Ramos		Total
	Danos	Pessoas	
Movimentação do grupo de contas			
Saldo de Sinistros Ocorridos Líquido Resseguro	33.438	19.209	52.647
(+/-) Ajuste do Saldo com base no (LIC)	(12.436)	(546)	(12.982)
Saldo Final Ajustado	21.002	18.663	39.665

23. MARGEM FINANCEIRA

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas Financeiras		
Caixa e Equivalentes de Caixa	478.161	475.003
Créditos a Instituições Financeiras	71.843	105.217
Empréstimos e Recebíveis	1.629.601	1.444.496
Títulos de Investimento	2.339.723	3.038.410
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	62.790	59.395
Outras Receitas Financeiras	8.431	9.045
Total	4.590.549	5.131.566
Despesas Financeiras		
Recursos de Instituições Financeiras	(1.229.870)	(1.633.055)
Depósitos de Clientes - Ao Custo Amortizado	(1.915.274)	(2.051.472)
Depósitos Especiais	(542)	(609)
Outras Despesas Financeiras	(1.238)	(1.261)
Total	(3.146.924)	(3.686.397)
Margem Financeira	1.443.625	1.445.169

24. RESULTADO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E COMISSÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de Prestação de Serviços		
Conta-Corrente / Poupança	114.800	115.977
Cartões de Crédito/ Débito	62.798	54.567
Administração de Fundos de Investimentos	32.097	28.557
Taxa de Distribuição de Fundos de Investimentos	13.678	23.320
Arrecadações e Convênio	25.104	27.037
Transferencia de Fundos e Recursos	17.476	13.836
Operações de Crédito e Garantias Prestadas	18.510	15.603
Cobrança	15.352	15.468
Corretagem de seguros	35.783	23.538
Serviços de Custódia	775	762
Outras Receitas de Prestação de Serviços	10.689	11.759
Total	347.062	330.424
Despesas de Prestação de Serviços		
Serviços do Sistema Financeiro	(86.865)	(93.751)
Cartões de Crédito	(36.471)	(33.214)
Correspondente Bancário	(17.784)	(19.743)
Informação Cadastral	(3.407)	(3.700)
Outros Serviços do Sistema Financeiro	(29.203)	(37.094)
Despesas de Comercialização de Planos de Seguros e Previdência	(27.795)	(28.813)
Despesas de Corretagem de Seguros	(23.850)	(19.753)
Despesas de Tarifas Interbancárias	(4.222)	(4.723)
Outras Despesas de Prestação de Serviços	(17.604)	(13.952)
Total	(160.336)	(160.992)
Resultado Líquido	186.726	169.432

25. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO NO RESULTADO

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Instrumentos de Dívidas	1.054	-
Fundos de Investimento	89	-
Total	1.143	-
Despesas		
Instrumento de Dívidas	-	(878)
Total	-	(878)
Resultado Líquido	1.143	(878)

26. RESULTADO DE ATIVOS FINANCEIROS MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Receitas de Alienação de Instrumentos de Títulos de Renda Fixa	34.570	-
Total	34.570	-
Despesas		
Despesas de Alienação de Instrumentos de Dívidas	-	(9)
Total	-	(9)
Resultado Líquido	34.570	(9)

27. RESULTADO DE SEGUROS E PREVIDÊNCIA

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	193.980	203.266
Pessoas	158.941	148.911
Total	352.921	352.177
Despesas de Contratos de Seguros e Resseguro		
Danos	(145.837)	(132.258)
Pessoas	(60.001)	(74.330)
Total	(205.838)	(206.588)
Resultado de Seguros e Previdência	147.083	145.589

28. RESULTADO DE OPERAÇÕES DE CÂMBIO E VARIAÇÃO CAMBIAL

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Variação Cambial	-	162
Total	-	162
Despesas		
Variação Cambial	-	(100)
Total	-	(100)
Resultado Líquido	-	62

29. RESULTADO DE PERDAS COM IMPAIRMENT DE ATIVOS FINANCEIROS

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Reversão de Provisão de Operações de Crédito	143.765	140.035
Total	143.765	140.035
Despesas		
Provisão de Operações de Crédito	(315.213)	(444.053)
Outras Provisões	(2.752)	(3.154)
Total	(317.965)	(447.207)
Resultado Líquido	(174.200)	(307.172)

30. DESPESAS DE PESSOAL

	31/12/2024	31/12/2023
Salários	(294.918)	(272.120)
Encargos Sociais Obrigatórios	(98.263)	(88.355)
Benefícios	(86.643)	(79.288)
Participações Estatutárias no Lucro	(88.653)	(73.778)
Remuneração da Diretoria e Conselho de Administração	(8.703)	(7.342)
Treinamento	(2.209)	(2.711)
Remuneração do Comitê de Auditoria	(387)	(370)
Remuneração do Conselho Fiscal	(1.201)	(785)
Total	(580.977)	(524.749)

31. PROVISÕES

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas		
Reversão de Provisões Cíveis	10.025	11.163
Reversão de Provisões Fiscais	7.454	15.556
Reversão de Provisões Outras	692	439
Total	18.171	27.158
Despesas		
Contingências Trabalhistas	(23.464)	(46.408)
Contingências Cíveis	(6.225)	(11.498)
Contingências Fiscais	(2.777)	(7.127)
Contingências Outras	(806)	(497)
Total	(33.272)	(65.530)
Resultado das Provisões	(15.101)	(38.372)

32. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	31/12/2024	31/12/2023
Contribuição ao Cofins	(80.753)	(77.061)
Impostos s/Serv.de Qualquer Natureza-ISS	(18.572)	(17.754)
Contribuição ao PIS/PASEP	(13.263)	(12.640)
IPTU	(1.503)	(1.338)
Outras	(2.180)	(877)
Total	(116.271)	(109.670)

33. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	31/12/2024	31/12/2023
Depreciações e Amortizações	(100.222)	(80.318)
Serviços Técnicos Especializados	(71.593)	(52.204)
Processamento de Dados	(56.209)	(47.484)
Segurança e Vigilância	(24.624)	(23.667)
Manutenção e Conservação de Bens	(28.223)	(24.673)
Comunicação	(11.353)	(14.231)
Propaganda, Promoções e Publicidade	(28.622)	(25.171)
Transporte	(11.489)	(12.851)
Água, Energia e Gás	(6.421)	(6.287)
Serviços de Terceiros	(14.760)	(14.074)
Juros de Direito de Uso de Arrendamento	(6.855)	(4.465)
Viagens	(2.448)	(1.791)
Materiais	(2.980)	(1.768)
Aluguéis(1)	(2.755)	(3.947)
Seguros	(327)	(265)
Contribuições Filantrópicas	(2.211)	(1.992)
Outras Despesas Administrativas	(11.542)	(11.073)
Total	(382.634)	(326.261)

(1) Refere-se a arrendamentos de curto prazo, baixo valor e pagamento variável.

34. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS E NÃO OPERACIONAIS

	31/12/2024	31/12/2023
Outras Receitas		
Dividendos de Ações Disponíveis para Venda	2	-
Ganho de Capital	-	3.000
Recuperação de Encargos e Despesas	2.582	839
Atualizações Monetárias	11.447	15.497
Depósitos Judiciais	11.412	15.347
Outras Atualizações	35	150
Créditos Decisões Trans. Julgado Cont. Previdenciárias	770	285
Reversão de Provisões Operacionais	18.788	5.654
Variações Cambiais Ativas	1.248	279
Variações Cambiais Inversas	-	1
Outras Receitas Operacionais	1.738	4.381
Outras Rendas Não Operacionais	1.257	1.202
Total	37.832	31.138
Outras Despesas		
Contribuições ao FGC	(23.799)	(22.543)
Despesas com Cartões	(6.675)	(6.868)
Perda de Capital	(5.393)	-
Ressarcimento de Custos	(3.018)	(6.898)
Aprovisionamentos e Ajustes Patrimoniais	(37)	(17)
Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	(7.406)	(21.150)
Encargos Trabalhistas INSS - Proc - Trabalhistas	(1.763)	(2.676)
Remuneração de Arrecadação - Benefício INSS	(1.348)	(1.549)
Despesa com Processos Cíveis	(133)	(410)
Estorno de Tarifa - Conta Corrente	(1.604)	(1.530)
Despesa com Regulação de Seguros	(690)	(743)
Variações Monetárias Passivas	(51)	(25)
Variações Cambiais Passivas	(188)	(409)
Variações Cambiais Inversas	-	(1)
Outras Despesas Operacionais	(688)	(5.825)
Outras Despesas Não Operacionais	(409)	(283)
Total	(53.202)	(70.927)
Resultado Líquido	(15.370)	(39.789)

35. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2024 foi baseado no lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais, no valor de R\$ 428.634 (R\$ 323.803 em 2023), e na quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação de 315.912.860. O valor do resultado por ação básico e diluído foi de R\$ 1,36 em 31 de dezembro de 2024 e R\$ 1,02 em 31 de dezembro de 2023.

36. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social - Constituído por 231.006.000 ações ordinárias e 84.906.860 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas, das quais 92,48% das ações ordinárias e 92,06% das ações preferenciais pertencem ao Estado do Espírito Santo.

b. Reservas de Lucros - O lucro líquido, como definido no artigo 191, da Lei n.º 6.404/76, depois de computada a CSLL, apurado em cada balanço semestral ou anual terá, pela ordem:

c1. Reserva Legal - 5% (cinco por cento), antes de qualquer destinação, para constituição da Reserva Legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do Capital Social. No exercício em que o saldo da Reserva Legal acrescido dos montantes das Reservas de Capital de que trata o

§ 1º do artigo 182 da Lei n.º 6.404/76 exceder 30% (trinta por cento) do Capital Social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a Reserva Legal.

c2. Reservas Estatutárias - São constituídas do lucro líquido do exercício após as deduções legais e dividendos até atingir o limite de 100% do Capital Social, conforme estabelecido no Estatuto Social. Estão compostas por:

- **Reserva para Margem Operacional** - está limitada a 80% do valor do Capital Social e tem por finalidade garantir meios financeiros para a operação da sociedade, sendo formada com recursos equivalentes a até 100% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

- **Reserva de Risco em Operações de Câmbio** - está limitada a 10% do valor do Capital Social e tem por finalidade cobrir o risco de exposição em operações de câmbio, sendo formada com recursos equivalentes a até 2% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76.

d. Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP)

d.1. Dividendos - O Estatuto Social confere direitos a dividendos obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento), no mínimo, não podendo exceder a 60% (sessenta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei n.º 6.404/76, como dividendo obrigatório (Norma BrGaap). Conforme faculta o artigo 9º da Lei n.º 9.249/95, o Banco optou pela distribuição de Juros sobre o Capital Próprio que foi imputado ao valor dos dividendos obrigatórios, e estão demonstrados no quadro a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Base de Cálculo:		
Lucro do Exercício BRGAAP	392.487	370.620
Reserva Legal	(18.103)	(18.447)
Base de cálculo	374.384	352.173
Total Dividendos e JSCP do Exercício	151.699	201.322
Juros sobre o Capital Próprio	151.699	143.322
Dividendos	-	58.000

d.2. Juros sobre o Capital Próprio - Os Juros sobre o Capital Próprio contabilizados no semestre findo em 31 de dezembro de 2024 no montante de R\$ 151.699 (R\$ 143.322 em 2023), com retenção de 15% de IRRF no valor de R\$ 1.114 (R\$ 1.044 em 2023), exceto para os acionistas pessoas jurídicas imunes ou isentos, que líquidos do Imposto de Renda na Fonte perfazem o montante de R\$ 150.585 (R\$ 142.278 em 2023), foram calculados com base na remuneração da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, conforme artigo 9º da Lei n.º 9.249/1995, objetivando melhor aproveitamento tributário, previsto no Estatuto Social da Instituição, ad referendum da AGO 2024.

Demonstrativo de Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referentes aos períodos de 2024 e 2023:

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2024	21.600	(157)	21.443	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre/2024	29.124	(214)	28.910	0,092189979
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2024	21.600	(158)	21.442	0,068373285
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 2º semestre/2024	36.175	(269)	35.906	0,114509425
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Exercício	151.699	(1.114)	150.585	0,480192544

	Valor Bruto Provisionado/ Pago	IRRF 15%	Valor Líquido Provisionado/ Pago	Valor Bruto por Ação Ordinária e/ou Preferencial (Em Reais)
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 1º trimestre/2023	21.000	(152)	20.848	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 2º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 1º semestre /2023	32.228	(236)	31.992	0,102014380
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 3º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio mensais do 4º trimestre/2023	21.000	(153)	20.847	0,066474027
Juros sobre o Capital Próprio Intermediários do 2º semestre/2023	27.094	(197)	26.897	0,085765694
Dividendos do 2º semestre/2023	58.000	-	58.000	0,183594932
Total Juros sobre o Capital Próprio / Dividendos do Exercício	201.332	(1.044)	200.278	0,637271114

d.3. Política de Dividendos do BANESTES S.A

O Conselho de Administração da Instituição aprovou em reunião extraordinária realizada em 23/03/2020 a Política de Dividendos do BANESTES.

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 19 de dezembro de 2023, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o Exercício de 2024. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (www.banestes.com.br/ri) e nos sites da Comissão de Valores Mobiliários (www.cvm.gov.br) e da B3 (<http://www.b3.com.br/>).

No dia 16 de janeiro de 2024, em consonância com o item 5.2 da Política, foi declarado pelo Conselho de Administração, ad referendum da AGO de 2024, o pagamento intermediário de Dividendos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, no valor bruto de R\$ 58.000 sendo R\$ 0,18359493 por ações ordinária e preferencial (ON e PN).

Conforme previsto no item 5.1 da Política de Dividendos do BANESTES, o Conselho de Administração aprovou, no dia 17 de dezembro de 2024, o Calendário de Pagamentos de JCP Mensais para o exercício de 2025. O Fato Relevante com o cronograma de pagamentos está disponível no site de Relações com Investidores do BANESTES (ri.banestes.com.br) e no site da CVM (www.cvm.gov.br).

37. ADMINISTRAÇÃO DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

O SFB gerencia e administra ativos mantidos em fundos de investimento de propriedade de terceiros e outras modalidades de investimento em favor dos investidores. As demonstrações financeiras desses fundos não estão incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas exceto o Fundo de Investimento VGBL, em função de deter o controle, governar sua política operacional e financeira, ser o único quotista e gestor deste fundo.

As tarifas e as comissões auferidas durante o período pelos serviços prestados pelas entidades do SFB a esses fundos são reconhecidas sob a rubrica "Receitas de Prestação de Serviços" na demonstração consolidada do resultado.

O patrimônio líquido dos fundos são os seguintes:

Fundos	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de Investimento BANESTES Institucional - Renda Fixa	136.493	174.002
Fundo de Investimento BANESTES Invest Money - Renda Fixa	159.790	183.064
Fundo de Investimento BANESTES Invest Public - Renda Fixa	1.335.200	1.465.080
BANESTES Investidor Automático Fundo de Investimento - Renda Fixa - Curto Prazo	50.102	96.884
Fundo de Investimento BANESTES Previdenciário - Renda Fixa	131.077	261.091
Fundo de Investimento BANESTES Liquidez Renda Fixa Referenciado DI	3.294.832	2.927.068
Fundo de Investimento BANESTES Solidez Automático Renda Fixa Curto Prazo	465.154	278.126
Fundo de Investimento BANESTES Referencial IRF - M1 - Tít. Públicos - Renda Fixa	158.328	175.973
Fundo de Investimento BANESTES Tesouro Automático Renda Fixa Curto Prazo	1.175.512	199.160
BANESTES Debêntures Incentivadas FIC de Fundos de Investimento Multim. Créd. Priv	57.672	28.615
BANESTES Vitória 500 FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	7.511	7.704
BANESTES Valores FIC de Fundos de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	235.518	185.632
BANESTES VIP DI FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa Referenciado DI	339.546	282.381
BANESTES FIC de Fundo de Investimento de Ações - BTG Absoluto Institucional	70.603	148.992
BANESTES Estratégia FIC de Fundo de Investimento Renda Fixa	147.617	145.095
BANESTES Dividendos Fundo de Investimento e Cotas de Fundos de Investimento de Ações	8.317	13.819
FUNSES FIC FIM	735.744	577.449
BANESTES Invest Facil Fundo de Investimento Renda Fixa Simples	2.217	10.939
BANESTES Explorer Institucional Fundo de Investimento em Cotas de FI Renda Fixa Longo Prazo		10.327
BANESTES Selection Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado	18.167	12.327
BANESTES IMA-B 5 Títulos Públicos Fundo de Investimento Renda Fixa Longo Prazo	18.361	15.364
BANESTES Crédito Corporativo I FIC de FI Renda Fixa Crédito Privado Longo Prazo	12.560	11.099
BANESTES MultiEstratégia Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado	5.136	10.331
Total	8.565.457	7.220.522

38. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefício Pós-Emprego

O BANESTES é um dos patrocinadores da BANESES - Fundação BANESTES de Seguridade Social, pessoa jurídica sem fins lucrativos, que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciais a seus empregados. A modalidade deste Plano de Benefícios é de Contribuição Variável - CV, que é uma conjugação das características das modalidades de Contribuição Definida - CD e Benefício Definido - BD. Preponderantemente, possui características de CD na fase de acumulação de recursos e BD na fase de pagamento do benefício.

Em 29/10/2013 a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, por meio da Portaria n.º 602, publicada no Diário Oficial da União de 30/10/2013, aprovou as alterações do Regulamento do Plano II de Aposentadoria da BANESES, referentes ao fechamento do Plano II, não permitindo, a partir de 30/10/2013, a adesão de novos participantes. O Regulamento do Plano II e o Estatuto da BANESES estão disponíveis no endereço eletrônico da BANESES <https://www.baneses.com.br/institucional/nossos-planos/plano-ii> e <https://www.baneses.com.br/institucional/quem-somos/estatuto>, respectivamente.

Foi publicado no Diário Oficial da União, Portaria n.º 149 de 15/02/2017, a aprovação do Regulamento do Plano III de Aposentadoria da Fundação BANESTES, de Contribuição Definida - CD, para adesão de novos participantes, empregados do Sistema Financeiro BANESTES e da Fundação BANESTES. A data de início de funcionamento do Plano III, definida pelo Conselho Deliberativo da fundação, foi 02/05/2017.

No exercício de 2024 as contribuições mensais da patrocinadora, com valor individual equivalente a 100% da contribuição básica efetuada pelo participante ativo (limitado a 9% do salário de participação), corresponderam ao BANESTES R\$ 14.386 (R\$ 13.113 em 2023). Essas contribuições são reconhecidas mensalmente como Despesa de Pessoal.

Os Conselhos Deliberativo da BANESES e de Administração do BANESTES, em reuniões realizadas em 25/07/2013 e 29/07/2013 respectivamente, aprovaram a política de reconhecimento de passivo atuarial (deficit) de forma equalizada entre participantes ativos (benefícios de riscos), assistidos e patrocinadores, onde cada um contribuirá na proporção de 50%.

Tal aprovação teve como base a Lei Complementar n.º 108/2001, que disciplina, nos termos do artigo 1º, "a relação entre a União, os Estados,

o Distrito Federal e os Municípios, inclusive suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e empresas controladas direta ou indiretamente, enquanto patrocinadores de entidades fechadas de previdência complementar, e suas respectivas entidades fechadas” e a Lei Complementar n.º 109/2001 que determina no artigo 21 que “o resultado deficitário nos planos ou nas entidades fechadas será equacionado por patrocinadores, participantes e assistidos, na proporção existente entre as suas contribuições, sem prejuízo de ação regressiva contra dirigentes ou terceiros que deram causa a dano ou prejuízo à entidade de previdência complementar”.

Os exercícios encerrados em 31/12/2024 e 31/12/2023 apresentaram resultados superavitários, tendo como consequência um ativo financeiro, conforme estudos atuariais efetuados por empresa especializada. Entretanto não foi reconhecido o ganho atuarial nas Demonstrações Financeiras do patrocinador, em função da definição dada pelo IAS 19 com relação a contabilização de um ativo atuarial, que deverá observar o *asset ceiling*, que corresponde ao valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções de contribuições futuras para o plano.

Essa definição enseja a análise da situação atuarial presente em cada plano de benefícios e dos dispositivos da legislação que rege as entidades fechadas de previdência complementar EFPC no tocante à revisão de plano e destinação de superavit, de forma a se definir se existe, com um alto grau de certeza, a possibilidade da empresa obter um benefício financeiro decorrente do superavit apresentado nos planos de benefícios.

Com base em parecer de atuário independente, a seguir são apresentadas as informações pertinentes aos planos de aposentadoria do BANESTES, em conformidade com a Resolução CVM n.º 110/2022 e IAS 19.

Nome do Plano	Planos I e II Aposentadoria	
	31/12/2024	31/12/2023
Períodos Findos em		
A. Reconciliação da Obrigação de Benefício Definido		
1. Obrigação de Benefício Definido no Final do Ano Anterior	1.410.389	1.345.064
2. Custo do Serviço		
a. Custo do Serviço Corrente	533	1.217
3. Custo dos Juros	133.355	157.837
4. Fluxo de Caixa		
a. Benefícios Pagos pelo Plano Líquido Contribuições Assistidos	(55.235)	(115.791)
5. Outros Eventos Significativos	-	-
6. Redimensionamento da Obrigação		
a. Efeito da Alteração de Premissas Financeiras	(195.002)	13.232
b. Efeito da Experiência do Plano	-	8.830
7. Efeito da Mudança da Taxa de Câmbio	-	-
8. Obrigação de Benefício Definido no Final do Ano	1.294.040	1.410.389
B. Reconciliação do Valor Justo do Ativo do Plano		
1. Valor Justo do Ativo do Plano no Final do Ano Anterior	1.578.820	1.503.689
2. Juros Sobre o Valor Justo do Ativo do Plano	145.305	176.451
3. Fluxo de Caixa		
a. Contribuição do Participante	4.855	15.285
b. Contribuição do Patrocinador	3.105	11.219
c. Benefícios Pagos pelo Plano Líquido Contribuições Assistidos	(55.235)	(115.791)
4. Outros Eventos Significativos	-	-
5. Redimensionamento do Valor Justo dos Ativos do Plano		
a. Rendimento do Valor Justo do Ativo do Plano (Deduzido dos Juros Sobre o Valor Justo do Ativo)	(71.867)	(54.086)
6. Efeito da Mudança de Câmbio	-	-
7. Valor Justo do Ativo do Plano no Final do Ano	1.604.983	1.536.767

	31/12/2024	31/12/2023
C. Valor Reconhecido no Balanço Patrimonial da Empresa		
1. Obrigação de Benefício Definido	1.294.040	1.410.389
2. Valor Justo do Ativo do Plano	(1.604.983)	(1.536.767)
3. Situação Financeira do Plano	(310.943)	(126.378)
4. Efeito do Limite Máximo Teto do Ativo	310.943	126.378
5. Passivo/(Ativo) Líquido	-	-

	31/12/2024	31/12/2023
D. Componente do Custo/(Receita) de Benefício Definido do Exercício		
1. Custo do Serviço		
a. Custo do Serviço Corrente Deduzido das Contribuições de Participantes Ativos	(4.522)	(14.068)
b. Custo Total do Serviço	(4.522)	(14.068)
2. Custo Líquido dos Juros		
a. Juros Sobre a Obrigação de Benefício Definido	133.355	157.837
b. Juros/(Rendimento) Sobre o Valor Justo dos Ativo do Plano	(145.305)	(176.451)
c. Juros Sobre o Limite Máximo de Reconhecimento de Ativo/Passivo Oneroso	11.950	-
d. Custo Total dos Juros	-	(18.614)
3. Redimensionamento de Outro Benefício de Longo Prazo	-	-
4. Despesa Administrativa e Imposto	-	-
5. Custo da Obrigação de Benefício Definido Incluído no Resultado da Empresa	(4.522)	(32.682)

	31/12/2024	31/12/2023
E. Componentes do Custo / (Receita) de Benefício Definido para o Próximo Exercício		
1. Custo do Serviço		
a. Custo do Serviço Corrente	1.105	1.065
Custo do Serviço Corrente Bruto	1.105	1.065
Contribuições Esperadas de Ativos para Próximo Exercício	-	-
b. Custo do Serviço Passado	-	-
c. (Ganho)/Perda Decorrente de Liquidação Antecipada do Plano	-	-
c. Custo Total do Serviço	1.105	1.065
2. Custo Líquido dos Juros		
a. Juros Sobre a Obrigação de Benefício Definido	139.601	133.356
b. Juros/(Rendimento) Sobre o Valor Justo dos Ativo do Plano	(166.895)	(145.305)
c. Juros/(Rendimento) Sobre o Direito Reembolsável	-	-
d. Juros Sobre o (Limite Máximo de Reconhecimento de Ativo) /Passivo Oneroso	27.294	11.949
5. Custo da Obrigação de Benefício Definido Incluído no Resultado da Empresa	1.105	1.065

	31/12/2024	31/12/2023
F. Movimentação do Passivo Líquido		
1. Passivo/(Ativo) Líquido no Final do Exercício Anterior	(126.377)	(158.625)
2. Despesa do Ano	(4.522)	(32.681)
3. Pagamento de Contribuição Patrocinadora	(2.953)	(11.219)
4. (Ganhos)/Perdas Atuariais do Exercício	(165.141)	76.148
5. Variação no Teto do Ativo	(11.950)	-
6. Resultado da Obrigação de Benefício Definido Incluído em Outros Resultados Abrangentes	-	-
7. Passivo/(Ativo) Líquido no Final do Exercício	-	-
Total	(310.943)	(126.377)

	31/12/2024	31/12/2023
Média ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido		
1. Taxa Nominal de Desconto	10,59%	9,46%
2. Taxa de Desconto Atuarial	7,37%	5,35%
3. Taxa Nominal de Crescimento Salarial	4,03%	4,94%
4. Taxa de Inflação Estimada no Longo Prazo	3,00%	3,90%
5. Taxa Nominal de Reajuste de Benefício	0,00%	0,00%

	31/12/2024	31/12/2023
Média Ponderada das Premissas para Determinar o Custo/(Receita) de Benefício Definido		
1. Taxa Nominal de Desconto	10,57%	11,73%
2. Taxa de Desconto Atuarial	6,34%	6,1006%
3. Taxa Nominal de Crescimento Salarial	5,02%	6,36%
4. Taxa de Inflação Estimada no Longo Prazo	3,98%	5,31%
5. Tábua de Mortalidade Geral	AT- 2000 Suavizada 30% por sexo	AT- 2000 Suavizada 20% por sexo

	31/12/2024	31/12/2023
Expectativa de Vida Esperada para Aposentadoria aos 65 Anos		
1. Aposentadoria Hoje (Idade Atual 55 Anos)	31,12	30,54
2. Aposentadoria Daqui a 25 Anos (Idade Atual 30 Anos)	54,95	54,12

	31/12/2024	31/12/2023
Análise de Sensibilidade nas Hipóteses		
Taxa Nominal de Desconto		
1. Taxa Nominal de Desconto - 1,00%	1.458.735	1.541.317
Premissa da Análise	9,49%	8,42%
2. Taxa Nominal de Desconto + 1,00%	1.211.079	1.298.718
Premissa da Análise	11,70%	10,49%

	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de Caixa Esperados para os Próximos Anos		
1. Contribuição Esperada a ser Paga pela Empresa	-	-
2. Contribuição Esperada da Empresa para Direito Reembolsável	-	-
3. Total Previsto de Pagamentos de Benefícios pelo Plano		
Ano 1	136.639	135.562
Ano 2	134.214	132.851
Ano 3	130.832	130.194
Ano 4	128.386	127.590
Ano 5	125.905	125.038
Próximos 5 Anos	593.357	588.664

	31/12/2024	31/12/2023
Estatísticas dos Participantes		
1. Data da Base do Cadastro	30/11/2024	01/10/2023
2. Ativos e Autopatrocinados		
a. Quantidade	1.114	1.070
b. Folha Anual de Salários de Participação	158.767	137.332
c. Salário de Participação Médio Anual	143	128
d. Idade Média	48,7	48,9
e. Tempo de Serviço Médio	22,7	22,9
3. Aposentados e Pensionistas		
a. Quantidade	2.516	2.434
b. Benefício Médio Anual	145.047	113.222
c. Idade Média	69,11	67,95

39. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com controladores são efetuadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, como segue:

Além das transações apresentadas no quadro a seguir, no acumulado até 31 de dezembro de 2024 foram distribuídos Juros sobre o Capital próprio ao Estado do Espírito Santo (Controlador) no montante de R\$ 200.277 (R\$ 184.389 em 2023).

Transação	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos (1):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(6.660)	(66.615)	-	-
Depósitos à Vista (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(11.891)	(8.636)	-	-
Depósitos a Prazo (2):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	(5.683.336)	(6.046.454)	(650.841)	(840.034)
Demais Transações (3):				
Estado do Espírito Santo (controlador) (*)	-	-	(950)	(909)
Companhia do Gás de Espírito Santo (**)	-	-	-	2.417
Companhia Espiritosantense de Saneamento – CESAN (***)	111.303	114.053	12.932	7.790

(*) Compreende o Estado do Espírito Santo e órgãos da Administração Direta.

(**) Refere-se a operação de crédito de investimento para expansão das atividades da entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, realizada de acordo com taxas e prazos de mercado. Em 03/07/2023 foi assinado o contrato de Alienação da ES Gás.

(***) Refere-se a operação realizada com a CESAN - Companhia Espiritosantense de Saneamento, em 15/06/2023, entidade controlada pelo Estado do Espírito Santo, para Recomposição de Caixa, operação feita de acordo com taxas e prazos de mercado.

(1) Juros sobre o Capital Próprio e Dividendos referem-se a valores destinados pelo Banco ao controlador;

(2) As transações com partes relacionadas foram efetuadas pelas taxas médias praticadas no mercado, vigentes nas datas das operações, considerando a ausência de risco.

(3) As demais transações referem-se a receitas de cobrança entre o BANESTES e o controlador e são cobradas de acordo com contratos mantidos entre as partes.

a. Remuneração do Pessoal-Chave da Administração:

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado o montante global anual da remuneração dos Administradores, dos membros do Conselho de Administração e dos membros do Conselho Fiscal, conforme determina o Estatuto Social.

A seguir informamos a remuneração e os benefícios pagos:

Benefícios	31/12/2024				31/12/2023			
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Comitê de Auditoria
Remuneração paga	1.369	7.685	850	387	911	6.795	784	370
Participação nos resultados	516	2.287	-	-	323	2.109	-	-
Benefícios pós-emprego	-	318	-	-	-	620	-	-
Totais:	1.885	10.290	850	387	1.234	9.524	784	370

40. RECONCILIAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO E DA DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO

Estão apresentados abaixo os quadros com a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido entre as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) e o IFRS, com a descrição conceitual dos principais ajustes:

Atribuído à Controladora	Patrimônio Líquido		Lucro Líquido	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
BRGAAP	2.357.214	2.216.351	392.487	370.620
Provisão Perdas Esperadas Operação Crédito e TVM – PDD	(110.797)	(174.694)	35.314	(90.907)
Contratos de Arrendamento	3	(4.047)	4.051	185
Efeito Fiscal	44.907	80.277	(22.508)	41.005
Outros	22.221	2.931	19.290	2.900
IFRS	2.313.548	2.120.818	428.634	323.803
Diferenças entre o IFRS x BRGAAP	(43.666)	(95.533)	36.147	(46.817)

Provisão Perdas Esperada de Operações de Crédito e TVM

São as perdas esperadas de empréstimos e adiantamentos a clientes e aos demais ativos financeiros.

Contratos de Arrendamento

É o reconhecimento dos contratos de arrendamento com prazo maior que 12 meses e cujo o ativo individual tem valor relevante.

Efeito Fiscal sobre os Ajustes de IFRS

Constituição de IR e CSLL diferidos sobre as diferenças de prática contábil.

Outros Ajustes

São os ajustes de valores não materiais, de forma individual ou agregada.

41. AUTORIZAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria do BANESTES autorizou a conclusão destas Demonstrações Financeiras Consolidadas em 24 de fevereiro de 2025, as quais consideram os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem afetar estas Demonstrações.

Órgãos da Administração em 24 de fevereiro de 2025.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Maelcio Maurício Soares (Presidente)
Carla Barreto
Danilo Ronaldo Alves dos Santos Bicalho
João Luiz Pereira de Oliveira
José Amarildo Casagrande
José Roberto Macedo Fontes
Marcello Rinaldi
Marinete Andrião Francischetto
Sebastião José Balarini

DIRETORIA

José Amarildo Casagrande (Presidente)
Alcio de Araujo
Carlos Artur Hauschild
Fernando Valli Cardoso
Joseane de Fátima Geraldo Zoghbi
Marcos Vinícius Nunes Montes
Silvio Henrique Brunoro Grillo
Vicente Lopes Duarte

CONTADOR

Magno Willian Viana da Silva
CRC-ES 020.893/O-0

CONSELHO FISCAL

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Dâmaris Rafaela Rizzi Mação Perozini
Eliseu José Fidêncio
Murilo de Campos Cuestas
Tamires Endringer Depes

COMITÊ DE AUDITORIA

Christiano Santos Corrêa
Marinete Andrião Francischetto
Mário Zan Barros (Coordenador)



KPMG Auditores Independentes Ltda.

Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro

20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil

Telefone +55 (21) 2207-9400

kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas do

Banestes S.A. – Banco do Estado do Espírito Santo

Vitória - ES

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo (“Banestes”) e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com a normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banestes e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração das perdas esperadas de operações de crédito

Conforme Notas Explicativas nº 3(d) e 11 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria

O Banestes registrou em 31 de dezembro de 2024, R\$ 473.614 mil de provisão para perdas esperadas de operações de crédito, que compreendem as operações de empréstimos, adiantamento a clientes, operações de compra com compromisso de revenda e demais instrumentos de dívida não mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR) e para os limites de créditos concedidos e não utilizados.

A provisão de perda esperada é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo, e caso não tenha ocorrido aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, a provisão é baseada na expectativa de perda para 12 meses.

A mensuração da provisão de perdas esperadas é apurada com base em julgamento e premissas baseadas no comportamento histórico de perdas e projeções de perdas esperadas considerando variáveis macroeconômicas.

Devido à relevância das operações de crédito e do montante de provisão de perdas esperadas e ao grau de julgamento inerente à mensuração das perdas esperadas dessas operações, bem como à complexidade dos métodos e premissas utilizados, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:

- avaliação do desenho e da efetividade operacional, por amostragem, dos controles internos relevantes relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações sujeitas ao risco de crédito, incluindo as políticas e manuais que documentam as modelagens desenvolvidas, à aplicação das metodologias, à utilização de índices e premissas utilizados pelo Banestes no cálculo das perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com base em amostragem, das premissas que suportam a avaliação do Banestes quanto às perdas esperadas das operações, incluindo a análise de suficiência das garantias, quando aplicável, e inspecionamos as documentações de itens selecionados;

- recálculo da provisão para perdas esperadas das operações de crédito;

- avaliação, com o envolvimento de nossos especialistas em riscos de crédito, dos modelos, premissas e dados utilizados pelo Banestes para mensurar as perdas esperadas das operações de crédito avaliadas de forma coletiva, incluindo as premissas e dados utilizados para determinação das perdas esperadas por meio da aplicação de cálculos estatísticos para avaliação da performance e estabilidade desses modelos e metodologias desenvolvidos pelo Banestes; e

- avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitáveis os saldos de perdas esperadas para as operações de crédito, bem como as respectivas divulgações do Banestes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Mensuração das provisões e divulgações dos passivos contingentes – Trabalhistas, cíveis e fiscais

Conforme Notas Explicativas nº 3(l) e 20 das demonstrações financeiras consolidadas.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria conduziu esse assunto
<p>O Banestes é parte passiva em processos judiciais de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais, decorrentes do curso normal de suas atividades com as respectivas provisões registradas nas demonstrações financeiras consolidadas no montante de R\$164.647 mil.</p> <p>Essas provisões foram constituídas considerando a probabilidade de perda atribuída a cada processo, ou seja, a probabilidade que recursos financeiros são exigidos para liquidar as obrigações e que o montante das obrigações possa ser estimado com suficiente segurança, com base nas avaliações dos assessores legais/jurídicos e do Banestes, que levam em consideração, inclusive, o histórico de condenações em cada processo judicial.</p> <p>Devido a relevância dos montantes e as incertezas e julgamentos envolvidos para a mensuração dos passivos contingentes e provisões, consideramos que este é um assunto significativo para a nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none">- entendimento e avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes que envolvem o controle dos passivos contingentes e a mensuração dos montantes provisionados;- obtenção e avaliação de informações sobre processos judiciais por meio de confirmações recebidas dos assessores jurídicos externos e internos;- avaliação, com base em amostragem, das premissas utilizadas na mensuração dos processos selecionados, incluindo a inspeção da documentação dos processos judiciais;- avaliação da suficiência de provisão por meio do histórico de desembolso em relação aos respectivos valores de provisão; e- avaliação das divulgações efetuadas pelo Banestes nas demonstrações financeiras consolidadas descritas nas notas explicativas, de acordo com normas aplicáveis. <p>Com base nos procedimentos executados e nos resultados obtidos, consideramos que são aceitáveis os montantes das provisões e das divulgações dos passivos contingentes, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A Administração do Banestes é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banestes continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banestes e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banestes e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banestes e suas controladas.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banestes e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banestes e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Marcelo Faria Pereira
Contador CRC RJ-077911/O-2

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA EXERCÍCIO 2024

Introdução - O Comitê de Auditoria, como órgão estatutário do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo foi instalado em março de 2010 pelo Conselho de Administração, e está em conformidade com a Resolução n.º 4.910, de 27/5/2021, do Conselho Monetário Nacional e Estatuto Social do Banestes (disponível no site <http://www.banestes.com.br/ri>), sendo que a partir de agosto de 2014 suas atividades se estenderam à Banestes Seguros S.A., em conformidade com a Resolução n.º 432/2021 e alterações, do Conselho Nacional de Seguros Privados.

Competências - O Comitê de Auditoria reporta-se ao Conselho de Administração, e desempenha as suas atribuições com autonomia e independência, atuando como órgão auxiliar, consultivo e de assessoramento, sem poder decisório ou atribuições executivas. As funções e responsabilidades são desempenhadas em cumprimento às atribuições legais aplicáveis, estatutárias e definidas no seu Regimento Interno.

A composição do Comitê de Auditoria é formada por três membros, eleitos pelo Conselho de Administração, composto pelos Senhores Mario Zan Barros (coordenador), Marinete Andrião Francischetto e Christiano Santos Corrêa.

O Comitê de Auditoria tem a competência de zelar pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; pela integridade e qualidade das Demonstrações Financeiras do Banestes e de suas controladas; eficácia e efetividade da atuação das auditorias independente e interna, e pelo acompanhamento permanente da qualidade dos controles internos e da gestão de riscos.

A Administração do Banestes é responsável pela elaboração, divulgação e integridade das Demonstrações Financeiras das empresas que compõem o Sistema Financeiro Banestes e pela adoção das melhores práticas de sistemas de controles internos e procedimentos, de modo a garantir a observância às Normas Contábeis Brasileiras e a toda Legislação aplicável, e tem proporcionado livre acesso do Comitê de Auditoria às áreas do Banco, mantendo um canal de comunicação efetivo com o Comitê de Auditoria.

Atividades exercidas no período - o Comitê de Auditoria realizou 33 (trinta e três) reuniões, sendo 12 (doze) reuniões ordinárias e 21 (vinte e uma) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões previamente agendadas no início do exercício, para cumprimento de suas obrigações. Das 33 (trinta e três) reuniões, 17 (dezessete) foram realizadas no primeiro semestre, sendo 6 (seis) reuniões ordinárias e 11 (onze) extraordinárias; e 16 (dezesseis) reuniões no segundo semestre, sendo 06 (seis) reuniões ordinárias e 10 (dez) extraordinárias, obedecendo a um cronograma de reuniões ordinárias mensais e extraordinárias, para o cumprimento de suas obrigações regimentais, estatutárias e demais normativos legais, com destaque para as seguintes atividades:

- Conhecimento das perspectivas do Banestes e das estratégias da Diretoria quanto às políticas gerais e de controles internos da instituição;
- Aprovação e acompanhamento do Plano da Auditoria Interna: sua execução, relatórios emitidos, conhecimento dos pontos levantados e das recomendações, como também as providências tomadas pelo Conselho da Administração;
- Conhecimento do teor das Atas das reuniões ordinárias e extraordinárias da Diretoria do Banestes, realizadas entre 01 de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024;
- Conhecimento e acompanhamento do plano de implementação da Instituição referente à Resolução CMN 4.966/21;
- Acompanhamento do sistema de controles internos e da gestão de riscos com base nas reuniões com os auditores internos e auditores independentes;
- Acompanhamento do processo de elaboração das demonstrações financeiras, mediante reuniões com os administradores e auditores independentes;

BANESTES S.A. - BANCO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

- Recebimento a análise das manifestações feitas pelo canal de denúncias e da Ouvidoria e apuração das denúncias ou suspeição de violação ao Código de Ética.

Os assuntos tratados nas reuniões do Comitê de Auditoria foram registrados em Atas, que estão arquivadas à disposição do Conselho de Administração do Banestes e do Banco Central do Brasil e fazem parte deste relatório, em sua versão completa.

Sistemas de Controles Internos e Gerenciamento de Riscos - A Diretoria responsável pela área de riscos e controle tem como principais funções as atividades de controle interno, gerenciamento de riscos de mercado, liquidez, crédito e operacional, e pela disseminação da cultura de gestão de riscos e controle na Instituição. O monitoramento de risco operacional e a avaliação da efetividade dos controles internos são desenvolvidos com o objetivo de manter o ambiente de controle interno, dentro dos padrões estabelecidos. O Comitê de Auditoria acompanha as suas atividades por meio de reuniões e relatórios e tem recomendado uma ampliação dos processos de gestão de riscos, avaliação e melhoria dos controles internos, adequada ao porte e à complexidade dos negócios do Banestes, especialmente no que diz respeito aos processos que envolvem a área de Tecnologia da Informação (TI). O Comitê de Auditoria também entende que as atividades que se relacionam à política de crédito do Banco, incluindo os seus controles, devem merecer atenção especial dos gestores e contar com apoio efetivo dos sistemas de informática.

Auditoria Interna - O Comitê de Auditoria reuniu-se com a Auditoria Interna durante o exercício de 2024 para tratar de assuntos relacionados aos trabalhos do Comitê, bem como para o acompanhamento do Plano Anual de Auditoria e conhecimento dos trabalhos realizados e eventuais anomalias identificadas. É responsabilidade da Auditoria Interna comunicar ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração eventuais deficiências que possam comprometer a efetividade dos controles internos do Banestes e/ou a qualidade de suas demonstrações financeiras. Os relatórios da Auditoria Interna, no período, não apontaram falhas no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas internas, cuja gravidade tivesse colocado em risco, de forma irreversível, a continuidade dos negócios do Sistema Financeiro Banestes. Os assuntos levantados pela Auditoria Interna sobre melhorias no ambiente de controle interno são discutidos com os gestores e diretores responsáveis com o objetivo de regularização e, nos casos mais relevantes, o Comitê de Auditoria atua junto ao Diretor responsável para aprimoramento e fortalecimento dos controles internos. O Comitê de Auditoria também avaliou a proposta do Plano Anual de Auditoria Interna para o exercício de 2024 e solicitou a inclusão de algumas ações sobre temas considerados relevantes.

Ouvidoria Geral - O Comitê de Auditoria realizou reuniões com o Gerente da Ouvidoria Geral e recebeu os relatórios quantitativos e qualitativos acerca da atuação da Ouvidoria do Banestes, referentes ao ano de 2024, sem que houvesse necessidade de encaminhamento de proposições ao Conselho de Administração.

Auditoria Externa - A KPMG Auditores Independentes Ltda. foi a empresa responsável pelo exame e emissão do relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras semestrais e pela emissão dos relatórios especiais sobre as revisões trimestrais no exercício de 2024.

O Comitê de Auditoria reuniu-se trimestralmente com os representantes da KPMG Auditores Independentes Ltda. no ano de 2024 e avaliou que os trabalhos desenvolvidos pelos Auditores, tanto em relação ao volume e a qualidade das informações fornecidas, quanto ao teor do seu relatório, com o qual concorda, foram satisfatórios. Além disso, o Comitê não recebeu informações que evidenciassem fatos que pudessem comprometer a independência dos auditores externos. Por sua vez, os Auditores Independentes confirmaram a manutenção de uma adequada política de independência e que, no desempenho de suas atividades de auditoria no Sistema Financeiro Banestes ("SFB"), não ocorreram situações que pudessem afetar essa independência. Na conclusão dos trabalhos de auditoria não foram apontadas falhas materiais no cumprimento da legislação, da regulamentação e das normas Internas, cuja gravidade pudesse comprometer a continuidade dos negócios do SFB.

Demonstrações Financeiras - O Comitê de Auditoria analisou os aspectos que envolvem o processo de elaboração das demonstrações financeiras, notas explicativas, relatórios financeiros e relatório da administração com data base em 31/12/2024, tendo ainda, realizado reuniões com os responsáveis pela elaboração de tais documentos e com os auditores independentes, para informações e esclarecimentos adicionais. Além disso, foram analisadas as práticas contábeis utilizadas pelo Banestes na elaboração de demonstrações financeiras, não tendo sido constatados fatos ou diferenças que pudessem influenciar, de forma material, a situação econômica e financeira da Instituição.

Subsidiárias Integrais Banestes Seguros S.A., Banestes Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Banestes DTVM), e Banestes Loteria S.A., e empresa controlada, Banestes Administradora e Corretora de Títulos e Capitalização Ltda.(Banescor) - O Comitê de Auditoria analisou a elaboração das Demonstrações Financeiras com o objetivo de observar as práticas contábeis adotadas, bem como a efetividade dos controles internos dessas empresas. O Comitê tem recomendado a ampliação das ações que visam à redução de processos manuais e à integração de sistemas na Banestes Seguros S.A.

Foi verificado também as Demonstrações Financeiras dos Fundos administrados pela subsidiária integral, Banestes DTVM.

Programa 4.966 - Para obter melhor compreensão e acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos no Programa de Implementação da 4.966 (Resolução n.º 4.966/2021, do Conselho Monetário Nacional – CMN), o Comitê solicitou reportes trimestrais aos gestores responsáveis pelo atendimento à norma.

Recomendações - Com base em análises de assuntos discutidos em reuniões e em relatórios e/ou informações obtidas nas diversas áreas do Sistema Financeiro Banestes e Auditoria Externa, o Comitê tem recomendado ao Conselho de Administração do Banestes, a adoção de medidas para aprimorar as atividades relacionadas à mitigação de riscos, especialmente os riscos envolvendo a área de TI, a gestão do crédito, o fortalecimento dos controles internos e a melhoria dos sistemas informatizados.

Conclusão - O Comitê de Auditoria do Banestes S.A - Banco do Estado do Espírito Santo, no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do Comitê, não recebeu, neste período, registro de denúncia de descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração do Banestes S.A. que indicassem a existência de fraudes, falhas ou erros que colocassem em riscos a continuidade do Sistema Financeiro Banestes ou pudessem afetar, de forma material a fidedignidade de suas Demonstrações Financeiras.

Além disso foram procedidas às análises das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas (BRGAAP), Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, as Demonstrações Financeira Padronizadas – DFP, o Relatório do Conglomerado Prudencial do 2º semestre de 2024, bem como o Relatório da Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, e considerando as informações prestadas pelos auditores independentes, opinam, por unanimidade, recomendar sua aprovação pelo Conselho de Administração e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária para deliberação pelos acionistas.

Vitória (ES), 24 de fevereiro de 2025.

Mário Zan Barros
coordenador

Christiano Santos Corrêa

Marinete Andrião Francischetto

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Declaramos ter examinado os Relatórios da Administração e as Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS, bem como as Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo, relativas ao exercício de 2024, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração dos Fluxos de Caixa, a Demonstração do Valor Adicionado, as Notas Explicativas, o Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais e o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras, sem ressalvas.

Somos de parecer favorável à aprovação dos referidos documentos.

Vitória (ES), 24 de fevereiro de 2025.

Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza
Conselheiro Efetivo

Damaris Rafaela R. M. Perozini
Conselheira Suplente

Eliseu José Fidêncio
Conselheiro Efetivo

Murilo de Campos Cuestas
Conselheiro Efetivo

Tamires Endringer Depes
Conselheira Efetiva

DECLARAÇÃO

Em conformidade com o Artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29.03.2022, declaramos que:

1. Baseado em nosso conhecimento, no planejamento apresentado pelos Auditores Independentes e nas discussões subsequentes sobre os resultados de auditoria, concordamos com as opiniões expressas no parecer sem ressalvas, elaborado pela KPMG Auditores Independentes, não havendo qualquer discordância.
2. Revisamos as Demonstrações Financeiras contidas nas Demonstrações Financeiras Padronizadas - DFP individuais e consolidadas (BRGAAP) e Demonstrações Financeiras Consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 do Banestes S.A. - Banco do Estado do Espírito Santo e, baseado nas discussões subsequentes, concordamos que tais Demonstrações refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira correspondente aos períodos apresentados.

Vitória (ES), 24 de fevereiro de 2025

José Amarildo Casagrande
Diretor-Presidente

Silvio Henrique Brunoro Grillo
Diretor de Relações com Investidores e de
Finanças